



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO (PPGDSTU)
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

JAQUELINE ALMEIDA FERREIRA

COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE: apropriação e estratégias do Movimento Xingu Vivo para Sempre em reação à Hidrelétrica de Belo Monte.

Belém
2014

JAQUELINE ALMEIDA FERREIRA

COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE: apropriação e estratégias do Movimento Xingu Vivo para Sempre em reação à Hidrelétrica de Belo Monte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Josep Pont Vidal

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Almeida, Ferreira, Jaqueline

Comunicação e identidade: apropriação e estratégias do Movimento Xingu Vivo para Sempre em reação à Hidrelétrica de Belo Monte/ Jaqueline Almeida Ferreira; orientador Josep Pont Vidal. – 2014.

134 f. : il. ; 29 cm
Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

1. Comunicação. 2. Identidade social. 3. Política Pública. 4. Amazônia. I. Vidal, Josep Pont, orientador. II. Título.

CDD. 22. 302.209811

COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE: apropriação e estratégias do Movimento Xingu Vivo para Sempre em reação à Hidrelétrica de Belo Monte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovada em 28/05/2014

Banca Examinadora

Josep Pont Vidal
Orientador - NAEA/UFPA

Luís Eduardo Aragon Vaca
Examinador Interno - NAEA/UFPA

Salomão Antônio Mufarrej Hage
Examinador Externo - ICED/UFPA

A Francisca Basílio de Almeida e Mário da Silva
Ferreira (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos às queridas Nádia Bentes e Celina Hamoy, as primeiras a me sugerirem o tema que depois veio a tornar esta dissertação. À Celina devo acrescentar agradecimentos ainda mais especiais não só pelo apoio intelectual, como pelo incentivo e compreensão permanentes durante o tempo em que estive dedicada às aulas, às leituras e à redação. O mesmo reconhecimento vai à querida Alessandra Cordovil, parceira de trabalho e dilemas há quase uma década. Agradeço também às amigas Ida Pietricovsky e Fátima Santos simplesmente pela amizade sincera, pelo carinho e ternura, sentimentos que não têm preço.

Preciso agradecer também aos colegas da turma 2012 pelos momentos de descontração, que me animaram a seguir até o fim, especialmente às amigas Ana Laura Lima, Anaíza Pimentel, Tanny Ingrid Marin e Suely Rodrigues.

Agradeço a todos os professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) pelos conhecimentos compartilhados e aos servidores pelo apoio sempre providencial e indispensável. Agradeço aos professores Salomão Hage, do Instituto de Ciências da Educação (ICED) e Rosane Steinbrenner e Ivânia Freitas, do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), pelo apoio e conhecimento compartilhado.

Agradeço aos ativistas do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) por me atenderem e me fornecerem informações preciosas a este trabalho, especialmente Antônia Melo e Maria Helena.

Ao professor Josep Pont Vidal vão todos os meus agradecimentos pela paciência e sabedoria, por me aceitar em seu grupo de pesquisa e por me ensinar a riqueza do universo acadêmico. Devo a ele todos os méritos que esta dissertação possa ter, e as falhas e erros, assumo-os todos, como uma aluna que reconhece a enorme capacidade do mestre, mas, por teimosia, nem sempre lhe escuta.

Preciso concluir meus agradecimentos com a recordação do querido professor Thomas Hurtienne, mestre de tantos doutores e que me concedeu a honra de ser meu também. Professor Thomas não estava mais nesta dimensão para me ver chegar até o fim, mas lhe serei eternamente grata pela humildade de me aceitar como sua aluna.

Por fim, repito os agradecimentos aos meus pais Francisca e Mário, pelo apoio de toda a vida desde os primeiros passos na vida escolar, e a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

RESUMO

Existe uma trajetória de ação coletiva na Amazônia Brasileira que tem na busca pela compreensão e reconhecimento de seu discurso a afirmação de seus modos de vida e racionalidade. Essa ação coletiva, representada pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), coalizão de organizações que personificam na hidrelétrica de Belo Monte seu símbolo máximo de oposição, busca a compreensão e reconhecimento de seu discurso por meio da apropriação sobre ferramentas de comunicação, particularmente a internet e seus aparatos tecnológicos, e da *cultura da mídia* (KELLNER, 2001), com todos seus ícones de poder e formatação de culturas e identidades na contemporaneidade. O processo de apropriação empreendido pelo MXVPS não se dá de maneira fortuita, mas apresenta um *modus operandi*, uma ação de reconhecer os “adversários”, apropriar-se deles estrategicamente e fazê-los, a partir da mediação, da cultura e da identidade, transformarem-se em outra coisa, em outros sentidos, agora úteis à luta contra-hegemônica por reconhecimento. O MXVPS engendra sua ação a partir: 1) da própria história dos grupos que integram o coletivo, uma história de violações de direitos e silenciamento diante do quadro geral de influência societária; 2) das representações e significações de suas identidades, sobretudo no cenário nacional e internacional, e 3) a percepção destes grupos de seu entorno político para obter resultados da ação. As conclusões de pesquisa apontam para a existência de uma trajetória de comunicação paradigmática na Amazônia em reação a um grande projeto de desenvolvimento, com metodologias específicas pautadas em atos discursivos e identidade. São estratégias que pretendem, por meio de *Ação Comunicativa* (HABERMAS, 1987) voltada ao entendimento mútuo, tornar válidas pretensões e discursos, levando ao reconhecimento e, potencialmente, ao atendimento de suas reivindicações. Essa ação, empreendida por meio de atos comunicativos, tem ainda o potencial de estruturação do espaço público, na perspectiva de uma luta (protagônica) para se inserir (não mais como grupo historicamente marginal, mas como ator emancipado de seus desejos e pretensões) no conflituoso espaço de decisão política, incidindo sobre mudanças sociais e políticas (e, em potencial, normativas) que afetem seus territórios, identidades e modos de reprodução material e simbólica.

Palavras-chaves: Comunicação. Identidade. Esfera Pública. Amazônia.

RESUMEN

Hay una historia de la acción colectiva en la Amazonia brasileña que tiene en la búsqueda de la comprensión y el reconocimiento de su discurso la afirmación de sus medios de vida y racionalidad. Esta acción colectiva, representada por el Movimiento Xingu Vivo para Siempre (MXVPS), una coalición de organizaciones que encarnan la hidroeléctrica de Belo Monte el último símbolo de su oposición, busca la comprensión y el reconocimiento de su discurso a través de la apropiación de las herramientas de comunicación, sobre todo Internet y sus aparatos tecnológicos, y la *cultura de los medios* (KELLNER, 2001), con todos sus iconos de poder y formación de las culturas e identidades en la época contemporánea. El proceso de apropiación realizado por MXVPS no sucede por casualidad, sino que tiene un *modus operandi*, una acción de reconocer los "adversarios", apropiarse de ellos y hacerlos, estratégicamente, desde la mediación de la cultura y la identidad, convertirse en algo más, de otras maneras, ahora útiles a la lucha contra-hegemónica de reconocimiento. El MXVPS engendra su acción a través de: 1) la historia misma de los grupos que componen el colectivo, una historia de violaciones de derechos humanos y de silenciamiento en el marco general de la sociedad; 2) de las representaciones y los significados de su identidad, sobre todo en el escenario nacional e internacional, y 3) la percepción de ese grupo del panorama político para lograr éxito en sus intentos. Los resultados de la investigación apuntan a la existencia de un camino de comunicación paradigmático en la Amazonia en respuesta a un gran proyecto de desarrollo, con metodologías específicas guiadas por actos discursivos y su identidad. Son estrategias que pretenden, por medio de la *Acción Comunicativa* (HABERMAS, 1987) dirigidas a la comprensión mutua, hacer válidas las pretensiones y los discursos, lo que lleva al reconocimiento y, potencialmente, la satisfacción de sus demandas. Esta acción, que si lleva a cabo por medio de los actos comunicativos, todavía tiene el potencial de estructuración del espacio público, la perspectiva de una lucha (protagonista) para insertarse (no como grupo históricamente marginal, sino como actor emancipado de sus deseos e intenciones) en la contenciosa arena de decisión política, incidiendo sobre los cambios sociales y políticos (y, potencialmente, normativos) que les afectan a sus territorios, sus identidades y modos de reproducción simbólica y material.

Palabras-clave: Comunicación. Identidad. Esfera Pública. Amazonia.

ABSTRACT

There is a trajectory of collective action in the Brazilian Amazon that has the quest for understanding and recognition of his speech to claim their livelihoods and rationality. This collective action, represented by the Xingu Alive Forever Movement (MXVPS, in portuguese), a coalition of organizations that embody the Belo Monte hydroelectric your ultimate symbol of opposition, seeks understanding and recognition of your speech through the appropriation of communication tools, particularly internet and its technological apparatus, and media culture (KELLNER, 2001), with all its icons of power and formatting of cultures and identities in contemporary times. The appropriation process undertaken by MXVPS does not happen fortuitously, but has a methodology, an action to recognize the "adversaries", appropriate them and make them, strategically, through the mediation of culture and identity, turn into something else, in other ways, now useful to counter-hegemonic struggle for recognition. The MXVPS engenders its action by: 1) the history of the groups that make up the collective, a history of human rights violations and silencing; 2) the representations and meanings of their identities, especially in the national and international stage, and 3) the perception of the political groups around for the results of action. This research findings point to the existence of a paradigmatic trajectory of communication in the Amazon in response to a major development project, with specific methodologies guided by discursive acts and identity. They are strategies that are intended, by means of *Theory of Communicative Action* (HABERMAS, 1987), aimed at mutual understanding, make valid claims and speeches, leading to recognition and, potentially, to meet their demands . This initiative was undertaken by means of communicative acts, still has the potential structuring of public space, the prospect of a fight (protagonist) to insert them (not as historically marginal group, but as a emancipated actor of their desires and intentions) in the contentious area of policy-making, focusing on social and political changes (and, potentially, normative) that affecting their territories, identities and modes of symbolic and material reproduction

Keywords: Communication. Identity. Public Sphere. Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Relação de documentos pesquisados.....	28
Quadro 2 -	Fontes entrevistadas, critério de seleção, tempo e local da entrevista	30
Quadro 3 -	Produtos de comunicação (vídeos e textos) produzidos pelo MXVPS e parceiros	31
Figura 1 -	Mesorregião de Altamira, no Pará	41
Imagem 1 -	<i>Post</i> publicado no Facebook do MXVPS usando o personagem do desenho animado Os Smurffs na campanha “#parebelomonte”.....	62
Imagem 2 -	Imagens dos guerreiros do filme Avatar e dos índios Juruna, em Altamira, no documentário “Uma mensagem de Pandora”.....	67
Imagem 3 -	Reprodução de reportagem sobre o encontro entre Raoni e Sting: estratégia e representações diversas na ação contra Belo Monte, no jornal O Estado de São Paulo	79
Imagem 4 -	Reprodução de <i>frames</i> da sequência inicial do documentário “Vozes do Xingu”	83
Imagem 5 -	Indígena se apresenta com adereços e objetos que expressam sua identidade	84
Imagem 6 -	Indígena fala com jornalistas sobre grandes obras na Amazônia	89
Imagem 7 -	Mensagem final em vídeo produzido por movimentos sociais	90
Imagem 8 -	Menino Arara faz apelo a Dilma Rousseff	96
Imagem 9 -	O banner eletrônico do projeto Damodracy: entre a Amazônia e a Mesopotâmia	101
Imagem 10 -	Anciã Gürzel, de Hasankeyf	103
Imagem 11 -	Mayalu Txucarramãe, da etnia Kayapó	103
Imagem 12 -	Placa colocada no cemitério da Vila Santo Antônio	118

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Reprodução da imagem da índia Tuíra e do presidente da Eletronorte, Antônio Lopes Muniz, em 1989, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu	57
Fotografia 2 -	Manifestantes usam máscaras satirizando a presidente Dilma Rousseff e demais autoridades do Governo Federal em protesto no ano de 2012	60
Fotografia 3 -	Ativista satiriza com máscara e texto o então presidente do IBAMA...	61
Fotografia 4 -	Índios e representantes do Governo Federal em reunião em Brasília....	64
Fotografia 5 -	Adolescentes fazem trocadilho com o nome do consórcio construtor de Belo Monte e apelam à Justiça que paralise a obra	65
Fotografia 6 -	A foto de Sting e Raoni acompanhou a legenda: “reencontro de dois velhos amigos”.....	78
Fotografias 7 -	Na coletiva de imprensa, Raoni diz: “Não queremos barragens no Rio Xingu. Espalhem isso”	78
Fotografia 8 -	Imagem veiculada em campanha pelo respeito e reconhecimento da cultura indígena	86
Fotografia 9 -	Índios de etnias do Mato Grosso do Sul	87
Fotografia 10 -	Criança indígena em campanha de mobilização	88
Fotografia 11 -	Campanha dos Munduruku contra BM	88
Fotografia 12 -	Sônia Guajajara, com adereços típicos de sua etnia, no Conselho de Direitos Humanos da ONU	94
Fotografia 13 -	Crianças brincam às margens do rio, símbolo de futuro e continuidade	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AGU	Advocacia Geral da União
AIDA	Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ASW	Ação por um Mundo Solidário
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCBM	Consórcio Construtor Belo Monte
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CISA	Indian Council of South America
CLPI	Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado
CMXV	Comitê Metropolitano Xingu Vivo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRACOX	Comissão dos Atingidos pela Barragem do Xingu
DHESCA	Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
EACDH	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FMAP	Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver Produzir e Preservar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICV	Instituto Centro de Vida
IMV	Instituto Madeira Vivo
ISA	Instituto Socioambiental
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MAMEP	Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MPE	Ministério Público do Estado
MPF	Ministério Público Federal
MMCC	Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade
MSTX	Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica e Xingu
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNP	Processo de Comunidades Negras do Pacífico
PIN	Plano de Integração Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDDH	Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos
SINTEP	Sindicatos dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TJE	Tribunal de Justiça do Estado
TRF	Tribunal Regional Federal
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Apresentação	14
1.2	Problema de pesquisa	18
1.3	Hipóteses de pesquisa	22
1.4	Objetivo geral	23
1.4.1	Objetivos específicos.....	23
1.5	Procedimentos metodológicos	25
1.5.1	Análise do discurso como procedimento metodológico.....	31
2	MOVIMENTOS SOCIAIS	34
2.1	Referências conceituais	34
2.2	Novos movimentos sociais e novas mídias	36
2.3	O Movimento Xingu Vivo para Sempre e sua área de influência	39
3	MARCO TEÓRICO	42
3.1	A comunicação como lugar de apropriação, reação e afirmação de identidades	42
3.2	O conceito de comunicação – para mudar o lugar das perguntas	42
3.3	O lugar da comunicação – o povo, as minorias, os movimentos sociais	45
3.4	O conceito de Apropriação	47
3.5	O poder da identidade	49
3.6	A Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, como paradigma teórico	51
4	OBSERVAÇÃO EMPÍRICA	57
4.1	Estratégia de luta por reconhecimento – primeira estratégia: influenciar a mídia	57
4.2	“Sem vocês, mas sobre vocês”: o processo de apropriação sobre a internet e a cultura da mídia	59
4.3	A lógica política e simbólica do processo de apropriação do MXVPS	69
4.3.1	As oportunidades políticas.....	69
4.3.2	A identidade como escudo e arma.....	82
4.3.3	O território como lugar do discurso e da afirmação da identidade.....	97
5	CONCLUSÕES	104
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICES	125

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Essa dissertação tem o campo da comunicação como seu objeto epistemológico central, mas não se trata de qualquer comunicação espontânea, profissional ou institucionalizada, mas especificamente a comunicação que figura como elemento central estruturador das relações sociais e do espaço público. Depreende-se daí que tal comunicação é aquela que se confunde com linguagem e está a serviço da construção e/ou afirmação da identidade a partir da alteridade, da cultura e da relação intersubjetiva e dialógica entre pessoas. A ideia parece complexa, mas é simples, pois parte do princípio de que, ao comunicar-se, o ser humano constrói um discurso sobre si e sobre o mundo que o rodeia, seus horizontes percebidos, seja individualmente ou como ator coletivo (como é o caso deste trabalho como se verá mais adiante). A comunicação, livre de coerção e arbitrariedades, tem o potencial de resolução de conflitos societários por meio da busca do consenso e da participação ativa e igualitária dos cidadãos em todos os níveis de discussão que lhes dizem respeito; um ideal de sociedade ainda buscado, mas já em construção sobre bases cada vez mais sólidas.

Aliadas as questões da identidade, da comunicação e da ação coletiva, pode-se admitir, como propõe Scherer-Warren (2006), que “existe um movimento social quando uma ação gera um princípio identitário grupal, define os opositores ou adversários à realização plena dessa identidade ou identificação e age em nome de um processo de mudança societária, cultural ou sistêmica”. Ou seja, este trabalho se define a partir de modelos ou trajetórias de ação coletiva que, por meio de sua ação processual localizada na comunicação, possibilitam mudanças ou reflexões sobre mudanças no espaço público que é, assume-se também neste trabalho, o espaço onde os indivíduos que formam a sociedade se movimentam e articulam, criam e recriam a racionalidade sob qual vivem e se reproduzem material e simbolicamente.

Essa articulação entre comunicação, identidade e movimento social pode ser buscada e exercida (além de pesquisada, como faz esta dissertação) em meio às discursividades, aos *atos de fala*¹ (HABERMAS, 1987; AUSTIN, 1990), na perspectiva de que, a partir da *Teoria da Ação Comunicativa* (HABERMAS, 1987), todo enunciado tem uma pretensão em comum: a

¹ A teoria dos Atos de Fala, de John Austin (1990), da qual Habermas se utiliza para agregar pressupostos à Teoria da Ação Comunicativa, faz parte de uma tradição de pesquisas e teorias dentro da chamada filosofia da linguagem, segundo a qual a linguagem, como sistema de signos, tem papel fundamental na condição do ser humano como ser social e em interação social.

compreensão. Assim, ao se comunicar, qualquer sujeito, seja individualmente, seja como forma de coletividade, tem a pretensão de ser compreendido e reconhecido em seus anseios e, para isso, estabelece estratégias para formas de convencimento. A ideia de um agir comunicativo segue na lógica de uma “interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelas trocas de atos comunicativos orientados ao entendimento, e não somente a influências recíprocas”. (HABERMAS 1997, p. 418).

Desvendar como os enunciados se constroem, e os significados e representações que deles emanam, é papel da Análise do Discurso (AD), por isso as Formações Discursivas (FD) estruturadas pelo movimento social analisado também foram levadas em conta e analisadas (ainda que não na profundidade que um estudo metodologicamente e conceitualmente chamado de Análise do Discurso exige).

Assim, o discurso adota um caráter de convencimento, de aparato útil à necessidade humana de existir e de se fazer reconhecer em sua identidade e autorreconhecimento, portanto, no caso de grupos subalternos, historicamente excluídos das pautas de decisão e poder, tem um potencial de contra-hegemonia, de chamar atenção, de dizer aquilo que lhes é importante e de traçar estratégias (discursivas) de convencimento.

Não se pode esquecer – e isso será tratado mais adiante – que, como espaço de luta por reconhecimento, o discurso, sobretudo quando institucionalizado, sempre foi e continua sendo também uma arena de lutas por poder; e se inserir nesse campo nunca foi tarefa simples para grupos excluídos e marginais. Assim, ao estudar a ação de comunicação empreendida por um movimento social da Amazônia, a questão desloca-se fundamentalmente para o lugar em que essa comunicação se concretiza, a partir do qual esse discurso é enunciado e quais são as pretensões de seus enunciadores. Trata-se de analisar onde o discurso está e como ele foi elaborado e reelaborado pelo movimento social a partir das estruturas tradicionais de comunicação, como a mídia de massa, incluindo aí a internet, e os ícones da *Cultura da Mídia*² (KELLNER, 2001). A perspectiva é tratada por Barbero (2004) e Certeau (1990, 2008) quando os autores discutem os usos e práticas que os destinatários das supostas mensagens de poder operacionalizam a partir da apropriação, resignificação e reelaboração do que lhes é destinado. Sobre isso, Certeau (1990) discorre que, ao receber as mensagens, sobretudo da mídia e da política institucionalizada, os usuários constituem “mil práticas de se reapropriar do espaço tradicionalmente ocupado pelas técnicas de produção sociocultural”.

² Kellner (2001) define cultura da mídia como “uma cultura veiculada pela mídia, cujas imagens, sons e espetáculo ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões públicas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam suas identidades”.

Nesse esquema de emissão e recepção de mensagens é claro que há uma operação de poder que busca massificar os modos de vida e cultura, porém há também uma prática que não pode ser discutida exclusivamente na perspectiva de “como a violência da ordem hegemônica se transforma em tecnologia disciplinar, mas que trata de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricolada dos grupos e indivíduos” (CERTEAU, 1990, p. 40-41).

Essa breve introdução associando identidade, comunicação/discurso e prática social objetiva aclarar que a principal opção metodológica e conceitual desta dissertação é filiar-se radicalmente à crença na capacidade das chamadas minorias de se apropriarem de aparatos técnicos e sociais que lhes permitam resignificar os processos de opressão e transformar o que veem em outra coisa, em outro discurso, não mais de legitimação, mas de reação, de resistência e de reordenamento do político em termos culturais e identitários. Trata-se mesmo de uma pedagogia, uma pedagogia do oprimido (FREIRE, 1972), que leva o oprimido a ver a sua própria opressão, dar nome a seus opressores e articular os objetivos e práticas de sua libertação (KELLNER, 2001).

Comunicação e identidade devem ser analisadas a partir de uma perspectiva cognitiva, de percepção que temos de nós mesmos, do mundo em que vivemos e do sentido que conferimos às exterioridades por meio de nossos discursos em intersecção aos dos outros atores, em rede podemos chamar, usando uma expressão muito usual na contemporaneidade nos estudos da comunicação e dos movimentos sociais. O conhecimento transformado em relações de comunicação parece ser o início e o fim de um longo trabalho de construção da identidade (MARTINO, 2012).

Há uma compreensão de que o conceito de identidade é complexo, multifacetado e pode ser pensado (e estudado) a partir da Antropologia, da Psicologia Social, da Sociologia, da Filosofia, entre outros. A questão que se coloca neste trabalho é pensar a identidade como efeito de sentido produzido pela e na linguagem, pela e na comunicação livre de coerção (GREGOLIN, 2009). Isso implica dois aspectos a serem considerados: como as narrativas são construídas e como elas são trabalhadas nos meios de comunicação (neste caso, nos chamados novos meios de comunicação, a internet, ou nos meios de comunicação chamados alternativos).

O “objeto comunicante” nesta dissertação será o grupo de pessoas reunidas em torno do movimento de reação radical contrária à Hidrelétrica de Belo Monte chamado Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), uma coalizão de organizações que durante todo o período desta pesquisa se manteve firme no discurso de não aceitar a hidrelétrica, tampouco

as condicionantes impostas ou negociadas pelo consórcio construtor da obra, denunciando regularmente o que eles (o movimento) consideram um modelo de desenvolvimento que viola direitos humanos e destrói as possibilidades de reprodução material e cultural dos povos da Amazônia (aí incluídos índios, ribeirinhos, agricultores, pescadores, etc.). Em nenhum momento há algum tipo de aprovação ou reprovação ao movimento e sua causa principal na atualidade; o que se propõe é uma análise da comunicação produzida e de como ela é produzida, operando apropriação sobre instrumentos de comunicação e fazendo uso de identidades que se (re) produzem, se afirmam, se enfraquecem, se alteram a partir do processo comunicativo dialógico, dos sentidos criados e construídos nos discursos dos grupos que se aglutinam em torno do MXVPS e seus efeitos, ainda que de forma limitada pelo perfil deste estudo, no debate público.

Desde logo, é preciso deixar claro também que não há um grande esforço de conceituar o que é o Movimento Xingu Vivo para Sempre, se um movimento social, um coletivo em rede, um grupo de influência, etc., tampouco seu grau de institucionalidade ou de sua rede de parceiros. Essas definições são menos importantes para o objeto desta dissertação, que está intimamente vinculado à ação, à motivação, às estratégias do grupo estudado, ao modo do que diz Castells (2012): “a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar” (CASTELLS, 2012, p. 175).

Logicamente há um componente significativo neste trabalho, intimamente relacionado às significações (“reais” ou construídas nos imaginários mundo afora) acerca dos atores estudados, que é o fato de tratar-se de um movimento que nasceu e faz comunicação na e desde a Amazônia. Assim, a análise converge para observar as perspectivas políticas e identitárias emergentes do discurso produzido pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre em contraponto a elementos como: 1) a trajetória de dominação e silenciamento dos habitantes da Região e um contemporâneo (e inédito) exemplo de apropriação estratégica (BARBERO 2002, 2005; CERTEAU, 1990; TARROW, 1997) de meios de comunicação e redes de comunicação, operando esquemas políticos por meio da cultura, da identidade e da comunicação; 2) as estratégias discursivas articuladas em reação às interferências estatais na região e análogas às diversas mudanças no entorno político e normativo local e transnacional; e 3) a significação do território no discurso e na identidade numa perspectiva pós-desenvolvimentista e local-global (ESCOBAR, 2004, 2010; QUIJANO, 2006).

Apesar da localização da comunicação como campo epistemológico, fica claro também o caráter interdisciplinar desta dissertação. Trata-se mesmo do enfoque multiperspectívico que os estudos culturais e de comunicação devem ter. Sobre isso, Kellner (2001) defende a interpretação da comunicação e seus produtos com mecanismos políticos a fim de decodificar mensagens e efeitos ideológicos, utilizando uma ampla gama de estratégias textuais, metodológicas e críticas. O que se segue é um exercício desse aprendizado.

1.2 Problema de Pesquisa

A comunicação moderna contemporânea e seus correlatos técnicos e operacionais, a mídia e as novas tecnologias, implicam uma nova qualificação da vida, um *bios virtual* (SODRÉ, 2010, p. 15) que envolve a todos. Nós, que habitamos hoje o mundo, podemos nos dizer seres viventes da era da informação, um período histórico centrado nas tecnologias digitais de informação e comunicação concomitantes a uma estrutura social em rede (CASTELLS, 2006, p. 225). A indústria cultural, mais do que nunca, possibilita a multiplicação do espetáculo nos espaços midiáticos, sites e redes sociais, fenômeno que se tornou um princípio organizacional da economia, da política, da sociedade e da vida cotidiana (KELLNER, 2006, p. 119).

De todos os modos e por meio das mais variadas correntes epistemológicas, é fato que a comunicação adquiriu uma centralidade definidora de padrões na nossa sociedade. Mas que comunicação é esta? Que padrões são estes? Quem emite os discursos da mídia? É fato também que nos últimos anos as tecnologias da comunicação possibilitam o fortalecimento de redes e de redes de redes de movimentos sociais que se engajam em lutas societárias. Há uma apropriação dos chamados novos meios para democratizar o espaço comunicacional. Porém, ainda assim, cabe a pergunta: que espaços essas novas tendências do uso da comunicação ocupam na sociedade atual e qual sua influência na discussão pública de assuntos relevantes do ponto de vista social e coletivo? O quanto ela reflete anseios, desejos e afirmação de “novos” padrões políticos e de comportamento pautados não em exterioridades, mas no que há de identitário e afirmador do homem como senhor livre de sua vida e de sua sociedade?

Antes é preciso lembrar que, assim como a dignidade³, que para determinadas correntes dos direitos humanos aparece como um elemento definidor da ideia de natureza

³ Na obra “A afirmação histórica dos Direitos Humanos”, uma referência no Brasil para a definição do conceito de dignidade da pessoa humana, Fábio Konder Comparato (2005) diz que a resposta à pergunta “o que é dignidade humana” foi dada pelos campos da religião, da filosofia e da ciência. A justificativa religiosa é oriunda

humana (MONSALVE; ROMAN, 2009, p. 41), a comunicação também surge como uma característica inerente a todos os seres humanos, que independentemente de sua cor, raça, credo, cultura, gênero, etnia, idade, profissão, idade, capacidade cognitiva e física, lugar social, etc. se comunicam e usam essa atividade para influenciar seu entorno social e alcançar seus desejos pessoais ou coletivos. Assim, antes de qualquer outra definição, comunicação é uma atividade, um atributo, humano.

Apesar disso, para vários autores (COMPARATO, 2010; GALEANO, 2006; KUCINSKI; LIMA, 2009; ENZENSBERGER, 1969; PIOVESAN, 2012; MARTÍN-BARBERO, 2006, 2005), a comunicação está cada vez mais afastada dessa condição ontológica.

Para Galeano (2006), o mundo nunca foi tão desigual economicamente e tão igualmente uniformizador com relação a ideias e costumes, uma uniformização hostil à diversidade cultural do planeta. Esse processo, chamado por ele de *incomunicação* consiste em um nivelamento cultural operado pelos meios de comunicação, que impõem uma adoração unânime dos valores da sociedade neoliberal (GALEANO, 2006, p. 149). Esse processo implica ainda o fato de que nunca na história da humanidade as tecnologias da comunicação foram tão avançadas, atingindo um número tão grande de pessoas em frações de tempo tão curtas.

Nunca na história tantos homens foram mantidos em *incomunicação* por um grupo tão pequeno. O número daqueles que somente têm direito de escutar e de ver não cessa de crescer, ao passo que se reduz vertiginosamente o número daqueles que têm o privilégio de informar, de se expressar e de criar (GALEANO, 2006, p. 149) a partir de seus próprios padrões de reconhecimento do mundo.

Sobre isso, diz Comparato (2010):

A vida política, como todas as demais formas de relacionamento social, pressupõe a organização de um espaço próprio de comunicação. No regime democrático, esse espaço é necessariamente público [...] porque o poder político supremo (a soberania) pertence ao povo [...]. Na realidade, porém, a organização do espaço público de comunicação [...] faz-se hoje com o alheamento do povo, ou a sua transformação em massa de manobra dos setores dominantes (COMPARATO, 2010, p. 322).

da fé monoteísta, da crença na existência de um Deus único, sem as paixões e defeitos dos antigos deuses da mitologia. Foi esse Deus, criador de tudo, anterior e superior ao mundo, quem deu ao homem a supremacia sobre todas as outras coisas da Criação. A perspectiva filosófica vem com a afirmação da natureza essencialmente racional do ser humano e a indagação central de toda a filosofia, “o que é o homem”, o que já postula a singularidade deste ser, capaz de tomar a si mesmo como objeto de reflexão. A justificativa científica surge com as descobertas evolucionistas dos seres vivos e a noção de que o homem não somente representa o ápice de toda a cadeia evolutiva das espécies vivas, como ele o centro e o motivo de toda a dinâmica vital.

Habermas (2008) analisa que a configuração desse tal espaço próprio do público estruturado pelas relações comunicativas (esfera pública) da atualidade é o resultado de um processo de erosão das condições institucionais e da existência de uma esfera pública politizada e esclarecida (LUBENOW, 2007). Interessado nos aspectos normativos da esfera pública (a ideia de um interesse geral e de regras universais e racionais), Habermas busca seu modelo comparativo na esfera pública burguesa dos séculos XVIII e XIX e aponta alguns fatores causadores desse declínio: 1) o desaparecimento gradual da distinção entre Estado e sociedade civil, com o Estado adotando cada vez mais um caráter intervencionista sobre a vida dos cidadãos; 2) os salões e cafés que serviram de primeiros fóruns públicos de discussão desapareceram e 3) a imprensa periódica que outrora foi o espaço legítimo de debates passou a ser organizada cada vez mais como instituições comerciais em grande escala, passando a informação a ter um valor de produto como outro qualquer. A partir dessa análise, Habermas (2008) estabelece que a esfera pública é capaz de gerar, de um lado, efeitos críticos e, de outro, efeitos manipuladores sobre a sociedade. São as chamadas *funções críticas* e *funções manipuladoras* da esfera pública, sendo as primeiras atribuídas a processos genuínos de comunicação pública e as segundas referentes aos processos subvertidos pelo poder. Assim, a opinião pública se afasta de sua concepção original, abandonando um padrão de legitimidade para confundir-se com opiniões individuais representativas estatisticamente. Sobre a análise habermasiana de esfera pública, argumenta Lubenow (2007):

Se, no século XVIII, a opinião pública era, ao menos na teoria, dada na forma do debate racional crítico, no século XX revelou-se como uma forma manipuladora da própria prática política. A esfera pública torna-se um cenário para interesses privados desenvolverem legitimidade, através de um processo que aponta apenas para um desequilíbrio entre as forças de integração social, legitimidade esta que procura encobrir a distinção entre genuínos processos de comunicação pública e aqueles que são subvertidos pelo poder (LUBENOW, 2007, p. 105).

Retomando ao que já foi dito no segundo parágrafo deste mesmo tópico e apesar do quadro de dominação, algo está mudando as tradicionais relações unilaterais de comunicação, bem como os tradicionais esquemas emissor-mensagem-receptor (e os rumos da pesquisa em Comunicação também, como veremos adiante). O desenvolvimento da técnica transformou a comunicação em algo interativo, multidirecional e participativo (COSTA, 2009, p. 235). As representações individuais ou coletivas cada vez mais prescindem de intermediários para promover ações e sentidos por meio da comunicação, operando uma apropriação dos meios para alcançar seus objetivos. A comunicação em rede desafia o clássico modelo industrial da modernidade (a indústria cultural de Adorno e Horkheimer) por estar centrada em um modelo

de cooperação e compartilhamento de informação e conhecimento (BENKLER apud COSTA, 2009, p. 235).

Castells (2013, p. 158) aprofunda esta perspectiva radicalmente:

Nos últimos anos, a comunicação em larga escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que denominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem.

Neste ponto da discussão, comunicação e movimento social voltam a convergir. A questão da pesquisa em comunicação agora não pode se vincular mais exclusivamente aos estudos da recepção, à influência dos meios sobre a audiência, aos efeitos do discurso sobre cidadãos que somente os reproduziram inconscientemente ou, ainda, à indústria cultural. O problema de pesquisa se volta agora a esses novos modelos comunicativos que surgem da emergência dos aparatos tecnológicos e sua apropriação pelo popular (também no sentido de não profissional ou empresarial/comercial, mas, sobretudo, no sentido de contra-hegemônico, reacionário, como veremos na sequência).

Muito deste impulso crítico dos estudos da comunicação e dos mecanismos comunicacionais se deram em função da emergência da internet, que possibilitou de forma mais fluída (apesar de que a sociedade mundial da atualidade ainda estar longe do exercício pleno da comunicação) o exercício do direito à comunicação mesmo daqueles mais excluídos historicamente, além de remexer velhos conceitos sobre os esquemas de comunicação, rompendo, como já dissemos, com o tradicional esquema emissor-mensagem-receptor.

Para Stasiak e Barrichelo (2007), a potencialização da interatividade entre sujeitos e os fluxos de informação possibilitados pela internet nos processos comunicacionais desafiam não somente as organizações (incluindo aí os movimentos sociais) a adequar suas práticas ao novo cenário sociotécnico, mas também e, sobretudo, trazem à tona a urgência de perspectivas compreensivas e/ou (re) interpretativas de alguns conceitos abordados nos estudos de Comunicação. Stasiak e Barrichelo (2007) ilustram a perplexidade que alguns pesquisadores da Comunicação ainda demonstram a partir da velocidade com que estão sendo chamados a se posicionar epistemologicamente diante da emergência desse novos meios com a citação de Guillermo Orozco, um dos mais importantes pesquisadores contemporâneos da Comunicação:

Investi décadas de minha vida de pesquisador em comunicação a estudos de recepção da televisão, especialmente junto ao público infantil. O que noto, hoje, é que a linha de pesquisa da recepção dos meios de comunicação está sendo desafiada pela interatividade, que coloca outras telas para competir com a tela da televisão. Devo reconhecer, com humildade, que não sei como reacomodar estudos da recepção diante da interatividade promovida pela Internet, iPod e celular. Este é um ótimo desafio para se entender o que se passa com os usuários destas tecnologias (OROZCO, 2007, apud STASIAK et. al., 2007, p. 113, grifo nosso).

E se os objetivos da “indústria da manipulação” ou “indústria da consciência” (ENZENSBERGER, 2003) eram dominar mentes e expandir poder, cabe agora a pergunta que segue a inversão da ordem: o que querem esses novos “comunicadores”, potencialmente emancipados, reunidos em torno dos novos movimentos sociais e da emergência da internet como instrumento de emancipação? O problema central se converte para a análise nas apropriações operadas sobre os meios, nas estratégias de mobilização em rede, nos sentidos, nas representações e mediações contidas na comunicação de um determinado ator coletivo, ou seja, na comunicação produzida e seu potencial transformador do debate público a partir da produção/reprodução de identidades e busca por reconhecimento e legitimidade.

Retomando a concepção original de esfera pública a partir da qual Habermas (2008) desenvolve sua teoria - um modelo normativo de esfera pública concebida como consenso entre os cidadãos e fundamento de legitimação -, cabe arguir sobre as condições comunicativas que definem os processos de opinião pública. A função crítica da esfera pública demanda autores capazes de dotar de sentidos seus processos comunicativos a partir do diálogo, da interação, do consenso crítico e participação responsável, ou seja, todos processos dependentes da socialização e, por isso constitutivos da identidade seja individual ou coletiva, por um lado, e afirmadores da percepção da condição social do ser humano, seja daquela em que se vive ou daquela que se quer transformar.

1.3 Hipóteses de pesquisa

A partir da argumentação de que, tradicionalmente, os estudos de comunicação se aliam prioritariamente às questões técnicas dos aparatos comunicativos e/ou aos efeitos da mídia sobre os receptores, formulam-se hipóteses que tentam, a partir de vasto referencial teórico, relativizar a totalidade desses fundamentos tradicionais, relevando trajetórias de comunicação que possam servir de base empírica para fundamentar a importância da sociabilidade e da ação estratégica e comunicativa para o fortalecimento de atuação de atores coletivos e, de maneira mais ampla, contribuir para o debate público de questões relevantes

para a sociedade. Assim, as hipóteses que conduzem essa investigação seguem a seguinte construção argumentativa:

a) Existe desde a Amazônia, especificamente na Região do Xingu, um grupo de cidadãos reunidos em torno de uma ação coletiva, que se apropriam de aparatos comunicativos e dos elementos da cultura da mídia para publicizar suas demandas e pretensões societárias;

b) Ao proceder tais processos de apropriação, esses cidadãos organizados coletivamente, se valem de suas culturas e representações sociais e identitárias de forma estratégica e de modo a aproveitar as oportunidades do entorno político para pautar suas demandas e lograr êxito na conquista de seus objetivos como movimento social;

c) A ação social orientada aos atos comunicativos a partir da autorrepresentação e da identidade possui um potencial de fortalecimento do debate público sobre questões relevantes na pauta de debates da atualidade, como meio ambiente, diversidade cultural e modelo de desenvolvimento, além da inserção destes sujeitos coletivos nos espaços de decisão política e poder institucionalizado.

1.4. Objetivo geral

Descrever e analisar uma trajetória de ação coletiva desenvolvida a partir da comunicação e da representação identitária para pautar demandas como movimento social no espaço público e político.

1.4.1. Objetivos específicos

a) Analisar o processo de apropriação realizado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre sobre novos meios de comunicação, sobre a cultura da mídia e redes de comunicação em reação à Hidrelétrica de Belo Monte;

b) Analisar como os atores que se representam nos aparatos comunicativos operados pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre utilizam suas representações identitárias como estratégia para pautar suas demandas no espaço público;

c) Descrever os potenciais efeitos e/ou contribuições da ação do MXVPS na estruturação de um espaço público de debate e comunicação e incidência sobre o espaço político.

1.5 Procedimentos metodológicos

A transposição de fatos da vida e das relações entre os atores sociais para material epistemologicamente reconhecido exige uma série de técnicas, regras lógicas e procedimentos organizados de forma a tornar o que poderia ser um simples levantamento de dados em um instrumento útil ao desenvolvimento do conhecimento científico, este contingente, sistemático, verificável e falível (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 21).

Nesse caminho, faz-se necessária a definição e estabelecimento de um método que, senão garanta todos os resultados planejados, seja o conjunto de procedimentos por intermédio dos quais se proporá os problemas científicos e se colocará à prova as hipóteses (BUNGE, 1974). Neste trabalho houve o privilégio às técnicas e às abordagens alinhadas ao método indutivo, ou seja, partiu-se de dados particulares para uma verdade geral ou universal (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 53).

O foco da investigação é a ação social empreendida pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), como já dito, uma coalizão de organizações, cuja sede e principais atividades são produzidas a partir do município de Altamira, no Pará.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório descritivo de uma determinada ação, os procedimentos se concentraram nos seguintes passos metodológicos: 1) Revisão bibliográfica acerca das principais teorias da Comunicação e alguns conceitos a ela relacionados e relevantes para esta dissertação, como a lógica emissão-recepção, comunicação em rede, *cybercultura*, etc.; 2) análise, por meio de entrevistas a lideranças e parceiros estratégicos do MXVPS, das configurações políticas, históricas, contextuais e simbólicas da Região do Xingu que resultaram na conformação e nas atuais estratégias de ação do MXVPS; 3) análise do processo de *apropriação* (MARTÍN-BARBERO, 2008, 2004) operado pelo MXVPS sobre aparatos da internet, ícones da mídia (*cultura da mídia*), redes sociais e linguagens audiovisuais, para manifestar reação contrária à hidrelétrica de Belo Monte e 4) análise, por meio da identificação de produtos comunicativos e análise do discurso, da participação do coletivo no debate público da atualidade sobre temas como meio ambiente, diversidade cultural e étnica, grandes projetos, desenvolvimento, etc.

Estas premissas indicam tratar-se de uma pesquisa eminentemente qualitativa, que tem as relações e ambiente naturais como fonte direta dos dados, além da tendência a ser descritiva a partir de uma análise intuitiva, de modo a enfatizar o significado social e processual dos fatos levantados. Tais pressupostos condicionaram todos os procedimentos, desde a definição do problema e objeto, passando pelas atividades de levantamento e

sistematização de dados, até a formulação das hipóteses e conclusões finais. Tais procedimentos foram: pesquisa documental, documentação direta com trabalho de campo em Altamira e Belém, observação direta intensiva, com observação não-participante e entrevista a partir de roteiros de temas. Por fim, foram utilizadas técnicas de análise do discurso, explicados detalhadamente na sequência.

A partir de uma hipótese de trabalho preliminar relacionada à importância e relevância da comunicação para o fortalecimento dos movimentos sociais e debate público sobre determinados temas, o primeiro passo da pesquisa foi definir o movimento social (ou coalizão de atores sociais) que se alinhasse ao perfil que se pretendia estudar e que pudesse, em primeiro lugar, refletir um processo e, em segundo, ser abordado a partir de evolução de um determinado fenômeno, no caso as próprias mudanças políticas, institucionais e sociais pelas quais passaram as expressões da sociedade civil desde as décadas de 70 no Brasil e na atualidade com a emergência da internet, dos aparatos midiáticos e das comunicações em rede. Assim que o primeiro contato com o objeto se deu por meio de pesquisa documental de notícias, material audiovisual e documentos lançados publicamente em conjunto pelo MXVPS e seus parceiros. A esta altura, o critério de seleção foi quantitativo, ou seja, identificar a capacidade de produção de conteúdo numericamente publicizado (quantas reportagens, notas/manifestos públicos, fotografias, e-mails, *posts* em redes sociais, etc.) e qualitativo, com objetivo de analisar, ainda que de forma incipiente, o modelo de ação empregado e seus possíveis desdobramentos dentro dos limites analíticos desta dissertação.

Foram selecionadas 289 reportagens publicadas por meio do site www.xinguvivo.org.br no período entre 2010 e março de 2014, sendo 52 referentes ao ano de 2010, 111 referentes ao ano de 2011⁴, 40 referentes ao ano de 2012, 75 referentes ao ano de 2013 e 11 até 30 de março de 2014 (ver títulos das reportagens mais significativas para o objeto desta dissertação nos apêndices). Além das reportagens, foram analisadas fotografias e vídeos publicizados por meio do site, do *Facebook* e do canal de vídeos *Youtube*. Esse volume de material apontou ser o Movimento Xingu Vivo para Sempre um coletivo de organizações que efetivamente mantêm uma produção comunicacional, disseminada em rede e com inter-relações locais, regionais, nacionais e transnacionais, estes critérios de exigibilidade para o movimento social a ser estudado, a partir do referencial teórico dos novos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2001, 2012; SCHERER-WARREN, 1996, 2011),

⁴ Vale ressaltar que o volume de reportagens produzidas em 2011 se explica em função de ser o ano em que foi expedida a licença autorizando o início da obra.

dos processos de apropriação (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2008) e da Escola do Processo Político (TARROW, 1997).

A observação direta não participativa foi feita por meio de três viagens de campo a Altamira, em abril e agosto de 2013, além do registro direto (com participação presencial da pesquisadora) e indireta (por meio de busca em jornais e sites noticiosos) de quatro eventos, reuniões e/ou manifestações públicas realizadas por membros do coletivo em Belém. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas focalizadas, a partir de um roteiro de tópicos relativos ao problema a ser estudado (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 281) com três lideranças políticas do MXVPS, uma representante do Movimento entre os ribeirinhos e pescadores, uma representante de movimentos de mulheres, uma representante do movimento de infância além de uma representante de empresários. Os entrevistados, apesar do direcionamento esperado para obtenção de determinadas respostas, tiveram liberdade para discorrer como preferiam, na perspectiva de que o pesquisador deve tratar as pessoas (seus informantes) como sujeitos capazes de analisar sua própria situação e de produzir análises de múltiplas vozes com múltiplos pontos de vista (POUPART, 2008, p. 215). As entrevistas foram gravadas e transcritas com objetivo de identificar com maior fidelidade possível as informações. Uma característica da metodologia está no processo de seleção dos entrevistados, limitado a duas categorias de pessoas: aquelas que efetivamente possuíam poder de decisão sobre o conteúdo produzido e publicizado nos canais de comunicação do Xingu Vivo, bem como em relação às articulações em rede do movimento, e aquelas que, mesmo não fazendo parte direta do Movimento, se articularam, produziram e propagaram notícias em torno das demandas propostas pelo Movimento Xingu Vivo, reforçando a rede comunicativa, sobretudo nacional e transnacional. As entrevistas foram longas, com média de duas horas para cada informante, já que, segundo Thiollent (2011), a observação intensiva de grupos limitados supõe a utilização de entrevistas aprofundadas que objetivam a obtenção de dados com alta qualidade informacional.

Na sequência, os quadros com dados e referências sobre as fontes documentais, jornalísticas e audiovisuais pesquisadas e as entrevistas realizadas.

Quadro1- Relação de documentos pesquisados

Título	Data	Conteúdo	Procedência	Destinatário
Painel de Especialistas	10/2009	Documento formulado por especialistas de diversas universidades sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte produzido pela Eletrobras.	24 especialistas de diversas instituições de ensino e pesquisa e 14 colaboradores	Poder Público Instituições de pesquisa Movimentos Sociais Público em geral Sistema de Justiça
Comunicado dos Povos Indígenas	12/2009	Comunicado assinado por lideranças indígenas requisitando serem consultados sobre a obra de Belo Monte.	Povos Kayapó, Tukaiá; Juruna, Arara, Yanomami e Guarani	Vice- Procuradora – Geral da República - Deborah Macedo Duprat Presidente Luis Inácio Lula da Silva Ministro de Minas e Energia Edson Lobão Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc Presidente da FUNAI Marcio Meira Presidente do IBAMA Roberto Messias Franco Ministro da Justiça Tarso Genro Presidente do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes
Notificação da CIDH ao Governo Brasileiro por violação de direitos indígenas.	04/2011	Resposta da CIDH à petição sobre medidas cautelares ao Governo Brasileiro, entre elas a paralisação das obras.	CIDH	Governo Federal
Sacrificando direitos em nome do progresso – povos indígenas ameaçados nas Américas.	2011	Relatório da Anistia Internacional sobre violações de povos indígenas, incluindo os povos do Xingu.	Anistia Internacional	Público
Petição sobre violações de direitos humanos no processo de licenciamento da Usina de Belo Monte.	06/2011	Petição internacional pedindo medidas cautelares ao Estado brasileiro por violação de direitos humanos no contexto das obras de Belo Monte em relação a comunidades indígenas da Bacia do Rio Xingu.	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).	Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) / Organização dos Estados Americanos (OEA).

Manifesto sobre Poder Judiciário Brasileiro	11/2012	Carta pedindo celeridade quanto aos julgamentos dos processos judiciais sobre Belo Monte.	Movimento Xingu Vivo para Sempre e parceiros	Supremo Tribunal Federal (STF) Tribunal Regional Federal (TRF) 9ª Vara da Justiça Federal de Belém Tribunal de Justiça do Estado do Pará Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Nota da OIT sobre descumprimento da Convenção 169.	03/2012	Nota técnica de especialistas em aplicação de convenções e recomendações sobre a aplicação da Convenção 169 no Brasil.	OIT	Governo Brasileiro
Nota pública em solidariedade ao jornalista Ruy Sposati.	05/2013	Documento assinado por coletivo de organizações em apoio ao jornalista do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) MXVPS, Ruy Sposati.	Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV)	Nota pública
Nota de Repúdio pelo fim do tráfico humano e exploração sexual em Belo Monte.	02/2013	Nota lançada por ocasião da descoberta de boate em Vitória do Xingu com casos de exploração de adolescente e tráfico de pessoas.	Comitê Metropolitano Xingu Vivo para Sempre (CMXVPS)	Nota pública
Conheça a UHE Belo Monte.	2013	Publicação institucional explicando o que é a Hidrelétrica de Belo Monte e demais efeitos da obra.	Norte Energia AS	Público.
Documento de organizações civis brasileiras e internacionais sobre grandes barragens e violações de direitos indígenas.	03/2014	Documento de organizações da sociedade civil denunciando violações de direitos humanos de povos indígenas no contexto da UHE Belo Monte.	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil Organização internacional AINDA	Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Fonte: Elaboração Própria (2014).

Quadro2 - Fontes entrevistadas, critério de seleção, tempo e local da entrevista.

Entrevistado (nome fictício)	Critério de seleção	Tempo de duração da entrevista	Local e data
Liderança MXVPS	Este entrevistado foi selecionado por ser uma importante liderança, com efetivo poder de decisão sobre o material publicizado pelo MXVPS, com reconhecimento nacional e internacional pelo ativismo junto aos movimentos sociais de Altamira e região. Faz parte dos movimentos sociais de Altamira desde a década de 80.	2h15m	Altamira / abril 2013 e agosto de 2013.
Liderança de parceiro.	Trata-se de uma importante liderança da região de Altamira com vasto reconhecimento nacional e internacional pela atuação por direitos humanos na região. Ocupa cargo de liderança em organização indígena.	1h40m	Altamira /abril de 2013
Liderança internacional	Ocupa cargo de articulação e influência em importante organização internacional de apoio e parceria ao MXVPS	Entrevista por e-mail.	Brasília/março de 2014.
Liderança social	Pessoa que participou de momentos de formação dos movimentos sociais de Altamira, sobretudo dos direitos de mulheres, e do MXVPS.	1h15.	Altamira / abril de 2013.
Liderança ribeirinha.	Liderança de uma das comunidades ribeirinhas que será afetada pelo reservatório de Belo Monte. Participou de várias campanhas e vídeos do MXVPS.	50 minutos	Altamira / agosto de 2013
Liderança infância	Liderança envolvida com o movimento social em Altamira desde a década de 90.	50 minutos.	Altamira /agosto de 2013.
Liderança empresarial	Liderança empresarial de outro importante grupo de ação coletiva de Altamira. Esteve com ativistas do MXVPS em reuniões e atividades locais.	1h15	Altamira/ Abril de 2013

Fonte: Elaboração Própria (2014).

Quadro 3 - Produtos de comunicação (vídeos e textos) produzidos pelo MXVPS e parceiros

Tipo	Nome	Suporte de veiculação
Texto jornalístico	Ver títulos em “apêndices”.	Internet /mailing de destinatários.
Vídeos documentários	Uma mensagem para Pandora	Internet (facebook, site e youtube).
	Defendendo os rios da Amazônia	Internet (site)
	<i>Damocracy</i>	Internet (site, youtube)
	Castanhais	Internet (site)
	Belo Monte – anúncio de uma guerra	Internet (site, youtube)
	Menino Arara do Xingu manda mensagem para Dilma	Internet (site)

Fonte: Elaboração Própria (2014).

1.5.1 Análise do discurso como procedimento metodológico

Um trabalho de pesquisa que pretende analisar formas de comunicação e identidade não pode prescindir totalmente o uso da Análise do Discurso (AD), senão como suporte teórico central, ao menos como metodologia para decifrar sentidos emergentes nas expressões verbais e não verbais que dificilmente se tornariam visíveis de outra maneira.

Assim, afirma-se que uma parte importante da orientação metodológica deste trabalho vem da teoria da Análise do Discurso, a partir da escola que nasce em Pêcheux (1975, 1990, 1999) e tem em Gregolin (2005, 2007) uma de suas maiores expressões no Brasil. A orientação materialista de Pêcheux⁵ é relativizada em detrimento das noções de Formação Discursiva (FD), interdiscurso e intradiscurso, já estes elementos remetem à cultura, à história e representações. Veremos cada uma delas e como elas são operacionalizadas metodologicamente.

Gregolin (2005, 2007) explica que a FD é aquilo que pode e deve ser enunciado por um determinado sujeito em uma determinada conjuntura de luta social. Toda FD está alicerçada no interdiscurso, que é aquilo que “fala sempre, antes, fora ou independentemente”, ou seja, aquilo que não está necessariamente na superfície do enunciado, mas está inscrito na história e nas relações sociais. Assim, é no interdiscurso que se constituem os objetos dos quais o enunciador se apropria para fazer deles objetos do seu próprio discurso. Há ainda uma distinção entre o interdiscurso (processo) e o sistema da língua (intradiscurso), na medida em

⁵ Influenciado pela obra do pós-marxista francês Louis Althusser, Pêcheux desenvolve uma teoria materialista do discurso, segundo a qual é sobre a base linguística que se desenvolvem os processos discursivos, fundados por relações ideológicas de classe e contradição (GREGOLIN, 2005, p. 2). Anos depois, ao agregar a questão da memória a seus estudos, ele amplia a perspectiva inicial focalizada na ideologia e da luta de classes, até a questão das representações e crenças.

que o processo é onde se realizam os efeitos de sentido (e, traduzindo a discussão para o objeto desta dissertação, as identidades e representações dos sujeitos que anunciam) e o sistema da língua (ou as comunicações) é a base material onde os sentidos se realizam. Assim, o corpus linguístico passa a ser o lugar privilegiado da análise do interdiscurso.

A partir dessa construção teórica, sintetiza Gregolin (2005):

Isso torna possível enxergar, na dispersão dos enunciados, certas regularidades nos acontecimentos discursivos, pois toda a massa de textos que pertencem a uma mesma FD insere-se em um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas de um certo espaço e tempo (GREGOLIN, 2005, p. 5).

Um outro conceito, o de memória, é agregado, entendido como um “conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices legíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX apud GREGOLIN, 2005, p. 4). Assim, assume-se metodologicamente que os discursos emitidos por meio das comunicações do Movimento Xingu Vivo para Sempre e seus parceiros articulam uma rede identitária que está relacionada à sua história seja como conjunto de movimentos ou como grupos isolados de índios, ribeirinhos, agricultores, etc., a seu lugar no mundo, às ameaças que recebem e como as devolvem como discursos de reação, etc. Trata-se de fazer emergir, a partir dos trajetos temáticos, aquilo que se repete com feixes de relações e deslocamentos, de repetições e ausências, o que significa lutar contra um projeto. A análise se volta a descobrir e jogar luz não somente sobre aquilo que dizem diretamente, mas como significam sua própria condição e identidade e reagem socialmente, usando-a como ação social.

Conclusivamente, os passos metodológicos da análise do discurso envolvem:

a) Descrição das materialidades discursivas, partindo-se do pressuposto de que a materialidade deve ser relacionada à falha, ao equívoco, ao discurso outro; o que fala e o que cala;

b) Descrição e a interpretação como operações simultâneas. Como o discurso se constrói a partir da alteridade nas sociedades e na história, a interpretação deve seguir as redes de enunciados léxico-sintaticamente determinados que operam objetos implícitos, elipses, interrogações e negações e múltiplas formas de relatos, etc.;

c) Todo discurso é um acontecimento: o discurso acontece em perspectiva a outros discursos, numa rede discursiva, estabelecendo relações e deslocamentos. “O objeto da AD

deve ser essa interdiscursividade, as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico” (GREGOLIN, 2005, p. 17). Por isso a análise dos discursos do MXVPS se dá em perspectiva aos discursos dos meios midiáticos e grupos e setores sociais favoráveis à Belo Monte e contrários e/ou negadores das representações dos povos do Xingu, por exemplo.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 Referências conceituais

O tema da ação coletiva, que vem sendo chamada de movimento social, é objeto privilegiado na pesquisa social (SCHERER-WARREN, 2011. p. 13). O ponto central da análise é considerar que a ação coletiva tem uma trajetória no Brasil e na América Latina, que se reflete não apenas na variedade de conceitos, paradigmas e conclusões, como também nas estratégias (de afirmação ou resistência, por exemplo) adotadas pelos atores sociais ao longo das últimas décadas, e que explicam a conformação que eles apresentam nos dias atuais (em rede e cada vez mais apropriados dos aparatos eletrônicos de forma contra-hegemônica, por exemplo).

Para esta dissertação, pelo caráter multifacetado do conjunto de organizações estudadas, não se buscou uma definição exata sobre “movimento social”, reconhecendo a diversidade e a institucionalidade (ou não-institucionalidade) do (s) coletivo (s) estudado (s) chamado (s), genericamente, e para enquadramento analítico, “movimento social”. Mesmo assim, o conceito de movimento social, sobretudo sob o ponto de vista do caráter e da motivação da ação, não é consensual. Scherer-Warren (2011) discorre sobre a variedade conceitual citando correntes teóricas para as quais movimento social é toda a ação coletiva, independente do alcance reivindicatório, do alcance político ou cultural de luta. Outros autores (CIFUENTES apud SCHERER-WARREN, 2011) chegam a falar em vazio teórico sobre o tema na América Latina na medida em que se denomina movimento social qualquer conduta coletiva empiricamente observável. Diani (2010) chama movimento social as redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural com base em uma identidade coletiva compartilhada. O mesmo autor cita a definição de Charles Tilly para movimento social:

Uma série sustentada de interações entre detentores de poder e pessoas que reivindicam, com sucesso, falar em nome de uma clientela (*constituency*) carente de representação formal, no curso da qual tais pessoas apresentam demandas, publicamente visíveis, por mudança na distribuição ou no exercício do poder, respaldando essas demandas com demonstrações públicas de apoio. (TILLY, 1994, apud DIANI, 2010).

Para Gohn (2008), o movimento social pode ser um espaço educativo, no sentido amplo de educação, na perspectiva de aprendizagem e saberes. Os movimentos sociais são

fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes, um processo de caráter político e social. Nesse sentido, para analisar esses saberes, é importante verificar as redes de articulações. Touraine (2003) define movimentos social como grupos que combinam um conflito social e um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social (TOURAINÉ, 2003, p. 119).

De forma didática, Scherer-Warren (2011) divide em três fases o desenvolvimento do que, hoje, chama-se movimento social: 1ª) de meados do século XX até a década de 1970; 2ª) os anos de 1970; 3ª) a partir dos anos 80 (além das perspectivas dos anos 90, da qual trataremos mais adiante).

Na primeira fase há um predomínio de buscar na sociedade política⁶ a explicação para a ação social, voltando-se, de um lado, para o Estado e, de outro, para a atuação dos partidos. O resultado é que neste período foi dado pouco significado às ações da sociedade civil. Ou seja, a categoria “movimento social” ainda não era central no entendimento da mudança, concebida como diacrônica, macroestrutural, evolucionista e progressista (SCHERER-WARREN, 2011, p. 15).

A partir de 1970 surgem novas considerações paradigmáticas que impõem a ênfase a uma multiplicidade de fatores que vão além da luta de classe. Esse movimento começou em Touraine (2003), que propôs uma relação teórica entre categorias de classe e movimentos sociais, considerando-os fermentos da ação social em que os movimentos sociais superam as classes (MAFALTTI, 2011).

A partir da década de 80, a categoria “movimento social” passa a ser a referência central a um grande número de reflexões teóricas, com estudos de grupos específicos organizados (SCHERER-WARREN, 2011, p. 17). Nesse período há uma série de mudanças que desde então, mas principalmente depois, nos anos 90, vai marcar a atuação e a valorização da diversidade cultural, política, étnica e de causa próprias daqueles que serão chamados “novos movimentos sociais”. Na década de 80, passa-se a buscar na cultura popular⁷ aspectos positivos de espontaneidade, autenticidade e comunitarismo (OSIEL apud SCHERER-WARREN, 2011, p. 17), algumas dessas características presentes nas

⁶ Scherer-Warren (2011) explica que a teoria social latino-americana da ação coletiva foi desenvolvida predominantemente sob a perspectiva marxista, porém a dificuldade de constituição de classes fundamentais e a ausência de consciência de classe levaram os estudiosos do tema a se voltarem para a sociedade política como forma de explicar a mudança social.

⁷ Antes a cultura popular era vista como: “arcaica” pelas correntes funcionalistas e estruturalistas do desenvolvimento, e “alienada” pelo Marxismo, entre outras classificações, em geral, preconceituosas para com os movimentos e ações populares.

Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁸, nas lutas pela terra e moradia, nos movimentos de defesa dos direitos humanos e defesa étnica, etc. Como:

A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia, pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. (SCHERER-WARREN, 2011, p. 17, grifo nosso).

Nos anos 90, os conceitos e enfoques sobre movimentos sociais e ação coletiva se encontram e se fundem ao conceito de rede, já muito utilizado por outras disciplinas e práticas, desde a Engenharia, passando pelo urbanismo, Física e outros. Segundo Scherer-Warren (1995), as ciências sociais utilizam-se do conceito de rede desde a década de 40, mas a partir dos anos 90 ele aglutina, como conceito teórico, a noção de novas formas de organização e relacionamento dos atores coletivos e movimentos sociais com vistas à mudança social e até a uma nova perspectiva e sociedade. Subjacente à questão da mudança social, essa significação, que é definida como um “conceito propositivo de rede” (SCHERER-WARREN, 1995), considera fundamental analisar a participação cidadã e a forma como os atores se organizam para conduzir esse processo estrategicamente.

Na sociologia, a noção de rede como ação estratégica se vincula a várias tradições teóricas⁹. A teoria dos Novos Movimentos Sociais (MELUCCI, 1989) introduz a ideia de rede como uma área de movimento formada por pequenos grupos e indivíduos que compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, comportam mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes, propondo inovações culturais (SCHERER-WARREN, 1995).

2.2 Novos Movimentos sociais e novas mídias

Um elemento novo foi trazido para a discussão de movimentos sociais e redes: as possibilidades e usos ensejados pela internet, que, na definição de Gomes (2011) é “um mega-ambiente de conexões via computador” ou, segundo Costa (2009, p. 16), é “tudo mais que

⁸ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são grupos de cidadãos que se reúnem a partir de temas comuns às suas comunidades, sobretudo problemas sociais como pobreza, desnutrição e outros. O modelo surgiu no início dos anos 60 como uma experiência comunitária no Brasil e demais países da América Latina. Fonte: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2013).

⁹ Além da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Scherer-Warren (1995) cita a Teoria da Mobilização de Recursos (DEROY PINEAU, 1991; GRANOVETTER, 1973; ROSENTHAL, 1985, et. al.), voltada a analisar como os atores formam as redes.

lida com linguagem, a informação, o entretenimento e os serviços disponibilizados mediante artefatos tecnologicamente avançados em relação aos suportes conhecidos há mais tempo, notadamente a televisão, o rádio e o papel”. Traduzindo em termos cotidianos, são os *websites*, *blogs*, redes sociais (como o *Facebook*, *twitter* e o *Instagram*), as plataformas de discussão *online* (como o *Gtalk*, *MSN* e o *Whatsapp*), e as convergências midiáticas possibilitadas, sobretudo, pela velocidade incrível dos avanços tecnológicos dos telefones celulares, *tablets* e outros aparelhos portáteis aptos a carregar e transmitir textos, sons, imagens para qualquer um, em qualquer lugar ou a qualquer tempo. Essas características são as que mais definem o que se convencionou chamar “novos meios” ou “novas mídias”.

A quantidade de dados transmitidos e a velocidade com que passam de um polo a outro subverte a tradicional lógica a emissão-recepção. Na era da internet todos são potencialmente emissores e receptores, todos recebem, mas também resignificam e repassam sentidos por meio de informação. Para Levy (1996, 1999), as possibilidades do que ele chama de “virtual” e “*cybercultura*” alteram as relações sociais definitivamente, produzindo, potencialmente, uma universalidade sem totalidade, uma interconexão generalizada e aberta à diversidade.

Para alguns autores, como Maia (2011) e Gomes (2011), a internet foi o elemento que contribuiu para potencializar as mudanças percebidas nos movimentos sociais nas últimas décadas, contribuindo para reacender as formas de participação políticas:

A internet proporcionou uma nova infraestrutura – mais rápida e mais barata, com grande potencial para produção e difusão autônoma de informação e com uma gama de recursos para a conexão e para a ação política em escala local, nacional e transnacional (MAIA, 2011, p. 47).

Além da descrição dessa tendência instrumental da internet, a apropriação que os movimentos sociais e as redes de movimentos sociais operam sobre a internet e demais aparatos digitais se dá, segundo Castells (2013), no âmbito de que, reativas à degradação cada vez maior das condições materiais – e culturais – de vida e à crise de legitimidade de os Estados de conduzirem os assuntos públicos, as pessoas assumem o papel de defender suas demandas e até a ordem societária posta, se apropriando de meios eletrônicos e digitais de reverberar seus pontos de vista e entrarem no jogo de poder dos discursos midiáticos. Há, portanto, nesse argumento, um peso à “auto”, à autoafirmação, à autorrepresentação, à autolinguagem, enfim, a uma afirmação (ainda que muitas vezes hipotética e até ingênuas,

mas, sem dúvida, em franca construção) de que não é mais necessário haver intermediários para a ação social coletiva por meio da comunicação e da identidade.

O movimento social estudado nesta dissertação o (MXVPS) - como outros espalhados por várias partes do mundo - apresenta características comuns identificadas por Castells (2013):

a) *São conectados em redes de múltiplas formas.* Apropriando-se de plataformas tecnológicas, formam redes dentro do movimento, com outros movimentos globais, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. Ainda que mantenham bases territoriais e centros de comando fixos e localizados politicamente e espacialmente, sua existência continua no espaço livre da internet. A rede formada por esses movimentos não precisa de uma institucionalidade formal, pois existe enquanto houver um determinado número de participantes, ainda que frouxamente conectados;

b) *Os movimentos são simultaneamente locais e globais.* Esses movimentos começam sua trajetória de mobilização em contextos específicos e causas próprias, mas à medida que se conectam a outras redes passam a compartilhar suas experiências e movimentar sentidos comuns globalmente. Mantêm um debate contínuo na internet chegando, às vezes, a promoverem ações globais conjuntas e simultâneas;

c) *Os movimentos são virais*¹⁰. Em função da mesma lógica da internet, são virais pela capacidade de difusão de mensagens e pelo aspecto de inspiração de novas mobilizações em várias partes do globo;

d) *Deliberação no espaço da autonomia.* A rejeição dos representantes políticos que outrora foram acusados de trair as ideologias do movimento provoca uma resistência em eleger lideranças absolutas. A despeito de haver participantes mais ativos e influentes do que outros, as decisões e manifestações importantes são tomadas de forma descentralizada e colegiada;

e) *Autorreflexibilidade.* Esses movimentos se questionam constantemente como ação coletiva e seus participantes como indivíduos sobre sua identidade pessoal e coletiva, bem como que tipo de democracia estão almejando e as estratégias de ação a serem empregadas;

¹⁰ O termo “viral” é um típico neologismo da era da internet/informação e da chamada sociedade em rede e diz respeito a uma informação disseminada rapidamente por meio de várias redes e pessoas. Da palavra “viral” já foi criado o verbo “viralizar”, que designa a ação de fazer com que algo se espalhe rapidamente, semelhante ao efeito de um vírus (DICIONARIOINFORMAL, 2014).

f) *Ausência de pragmatismo*. Mesmo que tenham uma demanda central, em função da grande pluralidade e diversidade, se vinculam a várias demandas, apoiando, articulando e se envolvendo em várias tarefas e estratégias.

2.3 O Movimento Xingu Vivo para Sempre e sua área de influência

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) foi criado em maio de 2008 durante o II Encontro dos Povos Indígenas, realizado em Altamira, no Pará. Entitulado Encontro de Movimentos Sociais e Povos Indígenas da Amazônia, marca também uma série de reconfigurações políticas e institucionais, além de alterações nas denominações dos coletivos que vinham atuando na área há alguns anos. Os antecedentes do MXVPS remontam aos primeiros movimentos de lutas sociais, populares e sindicais que ocorreram na região da Rodovia Transamazônica (BR-230) e Xingu em função de projetos estatais de aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu, além do processo de exclusão e isolamento das populações habitantes dos municípios às margens da BR-230. O primeiro grupo mais institucionalizado foi a denominada Comissão dos Atingidos pela Barragem do Xingu (CRACOX), da qual faziam parte sindicalistas rurais, grupos de professores e os primeiros coletivos organizados de mulheres, que depois se institucionalizaram sob o nome de Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC)¹¹. Um apoio importante veio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Em 1990, se fortalece o chamado Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica e Xingu (MSTX), continuando como uma coalizão de organizações sindicais, movimentos de mulheres e grupos sociais ligados à Igreja. Esse movimento depois passa a chamar-se Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Essa alteração na nomenclatura do coletivo sinaliza a própria alteração no sentido do movimento, como argumenta uma liderança da região: “Naquele momento não queríamos mais apenas sobreviver, mas ter desenvolvimento pleno, por isso movimento pelo desenvolvimento da

¹¹ O movimento de mulheres na Região de Altamira se fortalece desde 1991, em função de uma onda de violência doméstica e letal contra as mulheres. Nessa mesma época vem uma onda de violência contra as crianças de Altamira, o episódio que ficou conhecido como “emasculados”, o que também motivou um movimento de mães e irmãs de meninos mortos. Outro impulso ao movimento de mulheres foi a Campanha da Fraternidade de 1991, cujo tema foi “Mulher e Homem imagem de Deus”. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade foi fundado no dia 08 de março de 1991.

Transamazônica e Xingu” (informação verbal, 2014)¹². A Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), que possui sede em Altamira, foi criada como o braço jurídico do MDTX.

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) surge das mudanças e transformações desse conjunto de organizações em 2008 durante o Encontro de Movimentos Sociais e Povos Indígenas do Xingu, como conta uma liderança local: “Durante o encontro, os caciques proclamaram que esse movimento de indígenas e não indígenas e movimentos sociais seria chamado de Movimento Xingu Vivo, e aí gritaram da plateia ‘para sempre’, porque queriam o Xingu vivo para sempre e para seu descendentes”.

Atualmente o MXVPS se define como:

Um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas. (MOVIMENTOXINGUVIVO, 2014).

Apesar da forte mobilização nacional e internacional, a referência do MXVPS continua sendo local, a partir do município de Altamira e região. No total, essa área de influência é composta pelos seguintes municípios¹³: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Uruará, Senador José Porfírio, Pacajá, Porto de Moz e Vitória do Xingu (figura 1). Juntos, esses municípios abrigam uma população de 351 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Rio Xingu é o elemento natural grande centralizador das dinâmicas sociais e econômicas da região. Com quase 2 mil quilômetros de extensão entre o Mato Grosso e o Pará, é afluente do rio Amazonas e sua bacia tem 531 mil km² de extensão, maior que vários estados brasileiros e alguns países. Segundo informações consolidadas pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2014), a Bacia do Rio Xingu abriga 28 etnias indígenas distribuídas entre 29 terras indígenas, sendo 12 no Mato Grosso e 16 no Pará. Dados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Eletrobras relativo à obra de Belo Monte e reproduzidos pelo ISA apontam que serão afetados direta ou indiretamente pela UHE de Belo Monte cerca de 2.200 indígenas das etnias Arara, Juruna, *Araweté*, *Xikrin*, *Apyterewa*, *Kayapó*, além de 350 famílias de ribeirinhos que vivem nas Reservas Extrativistas (RESEX) Rio Ariri, Riozinho do

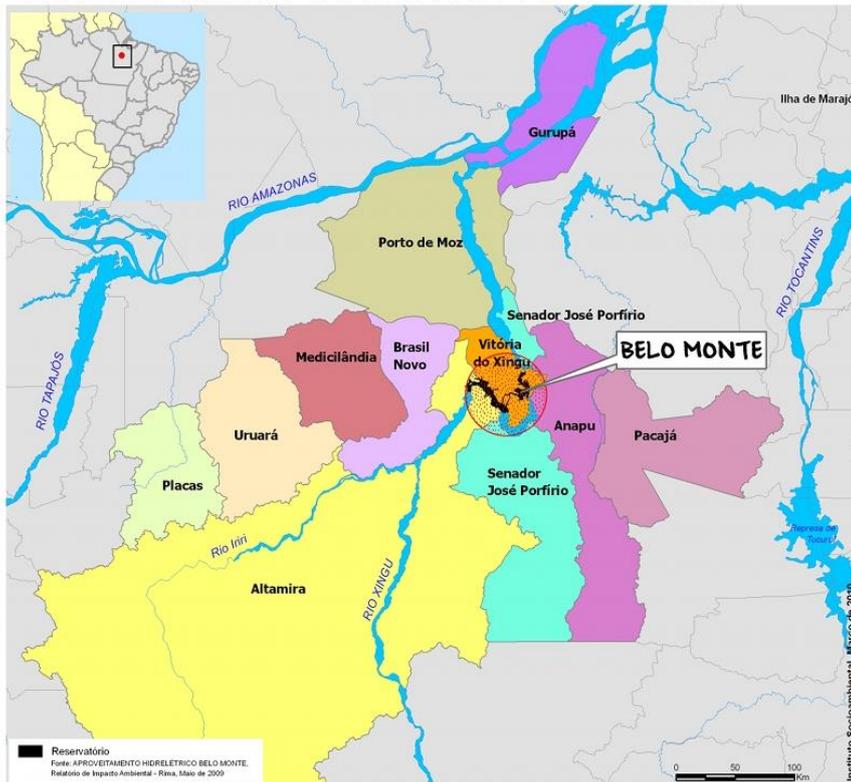
¹² Entrevista concedida por PARCEIRO, liderança de. Entrevista II. [abril de 2013]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Altamira, 2013. Arquivo mp3. (100 minutos).

¹³ IDESP.

Anfrísio, Verde para Sempre e Médio Xingu. Também estão listadas como afetados pelas UHE de Belo Monte 317 mil pessoas que vivem nas cidades de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, além de habitantes de 21 comunidades quilombolas.

Figura 2- Mesorregião de Altamira, no Pará.

UHE BELO MONTE: MUNICÍPIOS NO ENTORNO



Fonte: Instituto Socioambiental (2014).

3 MARCO TEÓRICO

3.1 A comunicação como lugar de apropriação, reação e afirmação de identidades

O foco analítico-conceitual predominante nesta dissertação busca evidenciar os pontos de intersecção entre a ação coletiva e a *razão comunicativa* (HABERMAS, 1987; FREITAG, 2005). Trata-se de proceder à análise de um dado movimento social (o MXVPS) a partir da proposta de uma racionalidade que estruture e potencialize, por meio do discurso e da apropriação de aparatos midiáticos e da cultura da mídia, a identidade de determinado (s) grupo (s), seja de resistência a um fenômeno, de afirmação de padrões societários distintos dos estabelecidos na sociedade contemporânea, de lutas por reconhecimento no espaço público ou por afirmação da identidade autorreconhecida. As teorias de base que norteiam o trabalho de pesquisa não trazem, obviamente, uma inovação epistemológica ao campo da Comunicação, mas proporcionam um exercício de rompimento com as abordagens analíticas que normalmente se vinculam à mídia de massa e seus possíveis efeitos sobre a audiência ou ainda os sentidos dados pela mídia a determinados fenômenos. Opta-se, portanto, pelas perspectivas teóricas que articulam comunicação e linguagem, aplicando-as a categorias/conceitos como “povo”, “minorias”, “identidades” e movimentos sociais, ou seja, interessa, sobretudo, a comunicação como processo, como prática e como atividade revolucionária, reativa e protagônica realizada no cotidiano das pessoas ou dos grupos.

3.2 O conceito de comunicação - para mudar o lugar das perguntas

Os processos sociais, transcorridos, sobretudo, na América Latina, estão obrigando os estudos e as teorias da pesquisa em Comunicação (*Communication Research*) a rever seus paradigmas historicamente construídos acerca dos processos de produção de comunicação. A discussão, ao menos a que interessa ao objeto desta dissertação, diz respeito à abordagem que diversas correntes teóricas fizeram ao longo das últimas décadas sobre o objeto próprio dos estudos da comunicação, desde a supremacia do canal sobre a mensagem e o emissor (Teoria da Informação), a posição das massas frente à chamada indústria cultural (Teoria Crítica), a centralidade da mídia nos processos sociais (Teoria do *Agenda Setting*) ou ainda as relações estímulo-resposta entre emissor-mensagem-receptor (Teoria Hipodérmica).

O que alguns teóricos (BARBERO, 2005; CANCLINI, 2008; LEVY, 2010; CERTEAU, 2008; CASTELLS, 2001, 2010) reconhecem e disseminam em suas pesquisas é o

alargamento - e em alguns casos a total ruptura - com o paradigma de uma sociedade amorfa, ilhada, sobre a qual incidem inexoravelmente o impacto dos meios massivos e as ordens de consumo, de modo geral um paradigma presente em todas as correntes do século XX.

A superação desses paradigmas vem, sobretudo, dos enfoques introduzidos pelos estudos culturais ou os estudos culturais críticos multiculturais e multiperspectívos (KELLNER, 2001), estudos de recepção e os estudos da chamada “sociedade em rede” ou “sociedade da informação” com a emergência dos “novos meios”, especialmente a internet e seus aparatos de convergência midiática. O que se defende, a partir de diferentes abordagens e paradigmas epistemológicos, é que as análises dos processos comunicacionais, sobretudo na América Latina, devem inverter a lógica tradicional dos estudos norte-americanos e europeus com a radicalidade e ousadia de “mudar o lugar das perguntas” feitas durante séculos (MARTÍN-BARBERO, 2008) sobre o papel das massas na produção de comunicações e mediações culturais, introduzindo também a força e o poder da comunicação que emerge das relações sociais cotidianas e que se presta, quando organizada estrategicamente, à audaciosa tentativa de inversão da ordem social vigente e lutas por reconhecimento e poder.

Essa discussão não nasce apenas da certeza da limitação do modelo hegemônico, mas, sobretudo, de fenômenos da sociedade contemporânea como transnacionalização, democracia cidadã, democracia participativa, cultura, identidade e movimento social. Costa (2010), ao citar autores como Alvarez, Dagnino e Escobar (1997) e Avritzer (1996), mostra que as chamadas “Teorias da Transição”, ao privilegiarem um conceito de democracia centrado unicamente na vigência de “instituições” democráticas (eleições livres, direitos civis garantidos, normalidade da atividade parlamentar etc.), confinaram o estudo da democratização à esfera institucional, ignorando “o hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos” (AVRITZER, 1996, p. 136, apud COSTA, 2010, p. 5), como os movimentos sociais, por exemplo.

Deslocamento conceitual semelhante aconteceu no campo da pesquisa comunicacional propriamente dito. Por muito tempo, a verdade cultural dos países latino-americanos importou menos que as seguranças teóricas (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 280). A primeira delas surgiu nos anos 60 com o Paradigma de Laswell, a partir do qual, centrado no espaço teórico da semiótica estruturalista, analisava-se como a ideologia dominante penetrava o processo de comunicação, passando, então à condição de objeto onipotente da pesquisa.

A partir dos anos 70 emerge a Teoria da Informação ou Teoria Matemática da Informação¹⁴. Essa tendência, surgida nos programas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Europeia, reduziu todo o processo comunicacional a um limitado sentido de “transmissão de informação”. A informação passa a ser assunto de engenheiros, cujo problema consiste em encontrar a codificação mais eficaz para transmitir uma mensagem de um emissor a um destinatário. O que importa é o canal; a produção de sentido não está incluída no programa. Assim, a informação está separada da cultura e da memória (MATTELART, 2008, p. 233) deixando de fora as condições sociais de produção de sentido.

Em resumo toda essa tradição epistemológica e societária atribui ao povo, às massas, à sociedade, um papel passivo na geração de conhecimento via comunicação. Os estudos da comunicação, por sua vez, veem-se historicamente restringidos ao campo da mídia e dos efeitos desta sobre o “povo passivo”. Para Martín-Barbero (2008), estes esquemas teóricos não cabem nas análises das sociedades latino-americanas, onde os processos de sociabilidade são amplos e fluídos.

Em uma de suas obras mais conhecidas¹⁵, Martín-Barbero (2008) recorre a uma verdadeira genealogia epistemológica da produção social da cultura para justificar esse necessário deslocamento. Seu ponto de partida é a análise diacrônica dos estudos das massas, vistas como hordas de ignorantes sem moderação, um perigo para a ordem social burguesa (Tocqueville), uma vasta e dispersa agregação de indivíduos isolados em uma ‘mediocridade coletiva’ (Mill), multidão turbulenta produto da civilização industrial (Le Bon), fenômeno psicológico pelo qual os indivíduos estão dotados de uma alma coletiva, de fundo primitivo e instintivo, que os faz comportar-se de maneira completamente diferente de como se comportariam isoladamente como indivíduos (Freud).

Sobre a Teoria Crítica, o ápice desta tendência sobre as massas por seu papel dominante como paradigma teórico, Martín-Barbero diz que, em Adorno, Benjamin e Horkheimer, os procedimentos de massificação se configuram como constitutivos dos conflitos estruturais do social. Esses autores partem da racionalidade do sistema – e de seu processo industrial-mercantil – para enquadrar a massa como um mero efeito dos processos de

¹⁴ WOLF (1999) descreve a Teoria da Informação ou Teoria Matemática da Informação como resultado de trabalhos de engenharia das telecomunicações que podem ser divididos em três momentos: o trabalho de Harry Nyquist (1924) sobre transmissão de mensagens telegráficas, o trabalho de Ralph Hartley (1924) sobre medida de quantidade de informação, e o texto de Claude Shannon (1948) sobre o chamado rendimento informacional.

¹⁵ Dos meios às mediações.

legitimação e lugar de manifestação da cultura em que a lógica da mercadoria se realiza (BARBERO, 2000).

Além de Martín-Barbero, no desenvolvimento de teorias sobre a sociedade contemporânea, outros autores se contrapuseram a um chamado pessimismo da Escola de Frankfurt. A crítica paira sobre a construção *frankfurtiana* de uma imagem de sociedade totalitária cerrada, caracterizada pelo exercício centralizado da dominação, o controle social e a adaptação individual e coletiva aos imperativos do poder, na qual parece não haver nenhum espaço para as convicções morais e orientações normativas além de uma função de reprodução do domínio (LEYVA, 2005, apud COSTA, 2010).

3.3 O lugar da comunicação: o povo, as minorias, os movimentos sociais.

A tendência dos estudos comunicacionais propostos segue na perspectiva de deslocar o debate dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade das matrizes culturais (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258), ou seja, trata-se de um deslocamento da análise do meio de comunicação propriamente dito para onde o sentido é produzido, para o âmbito dos usos sociais, as “mediações culturais da comunicação”, para as pessoas e seus agrupamentos.

Quando teóricos importantes nas últimas décadas (MARTÍN-BARBERO, 2008; CASTELLS, 2012; CANCLINI, 1997; KELLNER, 2008; CERTEAU, 1998) operam deslocamentos nos estudos da comunicação, revendo conceitos como emissão, produção, recepção e mensagem, é natural que surjam apontamentos rumo aos protagonistas desse (novo) modelo de comunicação não necessariamente midiático no sentido de mídia de massa. Em suas obras, Martín-Barbero (2004, 2008) fala muito em “povo” e “massas”. Ele mesmo admite em uma dessas obras (*Dos Meios às Mensagens*), utilizando de conceitos de Le Goff (2014), que trata-se de um conceito vago, pouco querido dos historiadores, pois remete a atores sociais mal definidos (crianças, adolescentes, opinião pública). Citando o mesmo autor, Martín-Barbero (2008) define que *povo* e *popular* não são temas, mas *lugares metodológicos* a partir dos quais se deve reler a história, não como história da cultura, mas como história cultural.

Certeau (1998) utiliza o conceito de *marginalidade* para definir esses atores estratégicos e sua dimensão na sociedade atual (o texto é de quase 25 anos atrás, mas cada vez mais verdadeiro):

A figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas de uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que, no entanto, pagam, comprando-os, os produtos-espetáculo onde se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa (CERTEAU, 1990, p. 45).

Em uma abordagem semelhante sobre o deslocamento nos processos comunicacionais (ainda que não diretamente vinculada às teorias de Martín-Barbero), Sodré (2009) discute o conceito de minoria atribuindo-lhe um papel qualitativo no cenário das democracias modernas, uma vez que, a despeito da democracia ser o regime da maioria, somente nele as minorias podem se manifestar e serem ouvidas. Recorrendo a Kant, Sodré associa minoria à possibilidade de ter voz, lembrando que, em alemão, maioridade   *m ndigkeit*, em que *m nd*   boca e *unm ndigkeit*   impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à voz plena. Assim, ele define o termo:

Ora, a no o contempor nea de minoria refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou fra es de classe comprometidos com as diversas modalidades de lutas assumidas pela questão social. Por isso são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberais, etc. O que move uma minoria é o impulso de transforma o (SODRÉ, 2009, p.12, grifo nosso).

A partir dessa assertiva, ele parte para a no o de minoria como *lugar* (  semelhança do que propõe Martín-Barbero, ainda que com termos distintos), no sentido de que *lugar* remete ao sentido de espaço ocupado pela presença e a o humanas, um campo onde se animam os fluxos de transforma o de uma identidade ou de uma rela o de poder.

Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas é, principalmente, um dispositivo simbólico com uma intencionalidade  tico-política dentro de uma luta contra-hegem nica (SODRÉ, 2009, p. 12, grifo nosso).

Sob semelhante impulso científico de abordar os processos reacionários e lutas por reconhecimento, a socióloga norte-americana Nancy Fraser (2010) propõe, a partir do conceito de esfera pública burguesa de Jürgen Habermas, o conceito de *contrap blicos subalternos*, sobre o qual, a partir do estudo do papel das mulheres na a o coletiva, paira a defini o de “grupos que margeiam a esfera pública hegem nica, criando espaços alternativos de política e realiza o”. Esses espaços, portanto, se convertem no lugar de formas e vocabulários próprios voltados a tornar visíveis demandas contra-hegemônicas. Fraser agrega

ainda à discussão o papel do *cyberespaço* nesse processo, classificando-o como o lugar onde essa ação se realiza na atualidade.

De modo que a construção teórica que serve de justificativa para esta dissertação nunca aproximou tanto minorias e movimento social sob o ponto de vista do processo de tomada de poder e da motivação ético-política da ação, que remete à luta por voz, reconhecimento e legitimidade no espaço público e político e ao desafio dos padrões dominantes com vistas a uma alteração societária.

3.4 O conceito de *apropriação*

Anos depois de seus primeiros escritos sobre os processos de comunicação na América Latina e de rechaçar como auto-aplicáveis à Região a maioria das mais hegemônicas teorias anteriores sobre a Comunicação, Martín-Barbero (2004) introduz o conceito de *apropriação*, termo que sintetiza os usos que os movimentos sociais vêm fazendo dos aparatos comunicativos, não a partir de meios massivos, mas a partir de movimentos cotidianos da linguagem e de mediações socioculturais e comunicativas sobre a cultura e a identidade (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 19). O conceito de *apropriação* se relaciona com as teorias da comunicação que enfatizam a perspectiva da dominação que os meios de massa operam, não para negá-la totalmente, mas para relativizá-la e, sobretudo, apresentar novas perspectivas nos processos de produção de informação, pode-se dizer: uma perspectiva contra-hegemônica a partir da cultura e do reconhecimento. Assim, *apropriação* se define como:

O direito e a capacidade de fazer nossos os modelos e as teorias, venham de onde venham, geográfica e ideologicamente. Isso implica não só a tarefa de ligar, mas também a mais arriscada e fecunda de redesenhar os modelos, para que caibam nossas realidades, com a conseqüente necessidade de fazer leituras oblíquas desses modelos, leituras fora do lugar, a partir de um lugar diferente daquele no qual foram escritos (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 19).

A *apropriação* está contemporaneamente vinculada não somente às correntes epistemológicas, mas também à emergência das novas tecnologias da informação e novos atores sociais, não em uma concepção instrumentalista da técnica, mas no exercício de por em relacionamento as possibilidades que esses aparatos tecnológicos oferecem como potencial de transformação aos diversos segmentos humanos, sejam pessoais ou coletivos. Complementarmente, o que o autor propõe é que os discursos sejam analisados e investigados em perspectiva às suas condições de produção, de circulação e de consumo. Ao falar de

tecnologias da informação, operando sobre o conceito de *apropriação*, Martín-Barbero (2004) enfatiza “novos modos de percepção e de linguagem, novas sensibilidades e novas escritas”, usos que não são técnicos, mas estruturais do novo lugar da cultura na sociedade. Neste processo, o discurso e a representação das identidades surgem como elementos estratégicos que, obviamente, reclamam poder no conflituoso espaço público. E os fatos não falam, não reverberam, se não forem colocados em disseminação, em discurso, no espaço público. Ou, como propõe Foucault (2004), “é o dizer que fabrica as noções, os conceitos e os temas de um momento histórico”. O que há no processo de apropriação é uma decodificação das mensagens recebidas, como nomeia Martín-Barbero (2004), operada, primeiro, por meio da afirmação de identidades (se não conheço e reconheço minha representação em uma determinada ordem social, como irei discursar sobre elas, afirmando-as ou contrapondo-as?) e, segundo, pelo reconhecimento dos discursos que legitimam a ação de dominação contra a qual os movimentos se levantam comunicativamente. É necessário, portanto, que a opressão seja assumida como atividade do oprimido com o objetivo de desmontar a dominação e denunciá-la publicamente. A opressão passa, então, a ser problema de quem está na base, sob o peso da dominação; é nele que está chave da mudança discursiva e social (MARTÍN-BARBERO, 2004).

Essa mudança discursiva e social operada por quem historicamente esteve sob as camadas de opressão pode se dar, além do uso da internet, pela questão cultural, de modo que se estruture “uma nova consciência de identidade cultural, uma identidade cultural não estática ou dogmática, mas em perspectiva e em transformação como parte de uma racionalidade e uma concepção de sociedade na qual caibam os diferentes modos e ritmos das diferentes populações e suas culturas.

Operando sentidos semelhantes, Certeau (1998) defende que as abordagens feitas sobre os discursos produzidos por determinados setores (representações) e o momento de leitura feito por outros setores (comportamentos) devem obrigatoriamente serem completadas com a análise dos “usos” que o “consumidor cultural” produz a partir desses discursos e dessa leitura. Nesse momento, Certeau propõe o que ele chama de “antidisciplina”:

Não trata-se de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricolada dos grupos ou dos indivíduos [...]. Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem no limite uma rede de indisciplina (CERTEAU, 1998, p. 40-41).

Ampliando a discussão para a questão da participação civil por meio da internet, Maia (2012) também enfatiza (mesmo não usando os mesmos conceitos de Certeau e Martín-Barbero) a questão dos usos em sobreposição à técnica quando questiona em que medida a internet interfere nas dinâmicas organizacionais, nas relações entre ativistas, oponentes e público, ou seja, entre processos de produção, recepção e emissão de informação e seus efeitos:

Não há dúvidas de que os movimentos sociais têm se beneficiado da estrutura de comunicação digital para usos diversos [...]. É preciso considerar que a aplicação da internet depende amplamente dos propósitos de seus usuários e do contexto social (MAIA, 2012, p. 74).

3.5 O poder da identidade

Na trajetória dos estudos sobre identidade há quase um consenso de que se trata de um atributo relacionado à percepção, mais especificamente à percepção que um indivíduo ou um grupo têm de si mesmos e do espaço que ocupam em relação ao outro. Castells (2001) define identidade como processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2001, p. 29).

Todas as identidades são construídas. O essencial é como, desde quê, por quem e para quê. A construção da identidade usa acervos da história, da geografia, da biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, da memória coletiva, das fantasias pessoais, dos aparatos de poder e das revelações religiosas. [...] Os grupos processam todo esse acervo e reordenam seus sentidos [...]. Em termos gerais quem constrói a identidade coletiva e para quê determina em boa medida o conteúdo simbólico e seus sentidos para quem se identifica com ela.

Vidal et. al. (2000) conceitua identidade como “a coincidência de uma pessoa, uma estrutura social, uma objetivação com o que é real, ou seja, consigo mesmo”. Marsden apud Martino (2012) define que “identidade é parcialmente um produto de como as pessoas se veem em oposição a um ‘outro’ socialmente construído, que se transforma conforme o tempo e as circunstâncias”.

Woodward apud Martino (2012) propõe um quadro sobre identidade a partir de distintos pontos de vista:

Identidades criam laços entre o pessoal e o social, o “eu” e a sociedade, o psíquico e o social;
 Identidade é relacional, sendo construída através de relações de diferença, como nós e eles;
 Identidade tem que lidar e acomodar as diferenças;

A identidade é historicamente específica: pode ser vista como algo fluído, contingente e que se transforma com o tempo;
Identidade envolve identificação, e assim o exercício de uma atitude da parte de quem pretende se identificar com uma posição específica;
Identidade tem bases materiais, sociais, econômicas, políticas, bem como aquelas ligadas ao corpo;
Identidades são marcadas simbolicamente e são reproduzidas a partir de um sistema de representação.

Assim, a partir da ideia de perspectiva, identidade torna-se uma construção social derivada da existência do outro em contraponto ao “eu”. Sendo uma articulação eminentemente social, identidade chega a confundir-se com comunicação, sistema de representação privilegiado. O ponto relevante é que, por seu caráter social, a identidade passa por relações de comunicação estabelecidas interna e externamente, a partir das quais são criadas e disseminadas as ações e narrativas que permitem às pessoas se reconhecerem como parte de alguma coisa, como iguais a determinados grupos ou diferentes de outros, como ameaçados por diferenças ou como fortalecidos a partir de uma representação comum (MARTINO, 2012).

Assim, a comunicação que se confunde com representação e afirmação de identidade foge aos padrões comunicativos hegemônicos excludentes, arcaicos e pouco inovadores, não pertence a este ou àquele grupo, pois possibilita um fluxo comunicativo horizontal entre os indivíduos. Desse aspecto deriva seu potencial emancipatório como atributo humano vinculado à identidade. Transportada para a ação coletiva, essa construção teórica leva a discussão nos rumos do que propõe Castells (2012) de que a essência dos movimentos sociais é a autonomia da comunicação, autonomia que enseja o relacionamento social no espaço público para uma determinada causa, livre do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.

As questões da identidade e da ação estratégica orientada a um determinado fim como elemento significativo na análise dos movimentos sociais ganha corpo com a emergência da teoria dos novos movimentos sociais e, mais tarde, das teorias de movimentos em rede empreendidas a partir da década de 90 por autores como Touraine (1995), Castells (2013), Melucci (1989), Tarrow (1997), Klandermans (1994). Tais teorias, também chamadas culturalistas ou identitárias dos movimentos sociais, buscaram destacar a complexidade simbólica na orientação política dos sujeitos coletivos a partir do reconhecimento da diversidade sociocultural étnica, de gênero, de motivação, pela afirmação de diversos tipos de direitos humanos, etc.

Scherer-Warren (2010) atribui aos autores citados no parágrafo anterior o mérito de aproximar a teoria da mobilização de recursos à teoria dos novos movimentos sociais demarcando a importância de os autores coletivos construírem significados simbólicos a partir do reconhecimento e do autorreconhecimento de suas identidades. Sobre isso, a autora acrescenta, a partir das teses desenvolvidas por Klandermans (1994) e Valles (2008), que:

Ao reconhecer que a participação nos movimentos sociais pressupõe um amplo contexto social, político e cultural, a concepção de ação coletiva como construção social somente adquire sentido e significado ao justificar-se por meio das raízes estruturais que a geram e sustentam. (KLANDERMANS, 1994; VALLE, 2008, apud SCHERER-WARREN, 2010).

3.6 A Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, como paradigma teórico

Toda a construção teórico-analítica apresentada até aqui se torna possível graças a uma teoria que, de uma maneira ou de outra, é capaz de abrigar sob o mesmo “guarda-chuva” teórico todos os conceitos anteriores: a *Teoria da Ação Comunicativa* (HABERMAS, 1987).

Ao desenvolver a *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas passa por vários autores e perspectivas¹⁶, com o intuito não somente de gerar uma teorização sobre a ação social, mas uma reflexão sobre a própria sociedade moderna, a sua chamada “*Gesellschaftstheorie*”, um verdadeiro “mudar o lugar das perguntas”, que deve ser concretizado a partir de uma “teoria geral da ação comunicativa em contextos livres de coerção” (FREITAG, 2005, p. 12). A “*Teoria da Modernidade*” está calcada no conceito de razão comunicativa, em oposição às perspectivas gerais forjadas pelas ciências positivistas. Essa oposição fica clara quando, ao tomar o Marxismo como ponto de partida, Habermas critica a suposição central marxista segundo a qual o capitalismo e as condutas humanas se definem e modificam a partir de leis determinadas, nos mesmos moldes das ciências naturais. Para Habermas, é preciso uma ciência da sociedade que permita dar espaço ao que ele chama de *autorreflexão* dos agentes humanos, ou seja, não se pode prescindir de um dado definidor da própria natureza humana, que é o fato de que o ser humano é capaz de refletir sobre sua própria história e condição de

¹⁶ Em seu percurso de construção teórica e busca de um conceito de razão na Modernidade, Habermas analisou e reanalisou desde a dialética Hegeliana à hermenêutica de Gadamer, passando por uma atualização da Teoria Crítica, de Adorno e Horkheimer, pela teoria Kantiana de sujeito, pela teoria Marxista, entre outros. A própria teoria da Ação Comunicativa carrega elementos da Teoria do Interacionismo Simbólico, de G. H. Mead, e da Psicogênese do desenvolvimento humano, de Jean Piaget, além do mundo da vida, de Husserl. Barbara Freitag, uma das intérpretes de Habermas no Brasil faz a seguinte analogia de sua epistemologia: “Habermas é como o arquiteto que prefere construir sua casa recorrendo a materiais de demolição de casas históricas” (FREITAG, 2005, p. 32).

vida e usar essa reflexão para modificar os rumos de sua trajetória. Portanto, Habermas defende que quando mais os seres humanos conhecem e compreendem os motivos de suas próprias condutas e as circunstâncias sociais em que estão inseridos, mais capazes serão de enfrentar as forças que os sujeitam (GIDDENS, 1992, p. 122).

Assim, a questão da ação social fica comprometida com a questão do conhecimento, para o qual não existe um único molde ou modelo. Habermas propõe três interesses constitutivos do conhecimento: o trabalho (em termos de um intercâmbio com a natureza), a interação simbólica (a comunicação mútua entre os membros da sociedade) e a autonomia da ação racional (a libertação da dominação, seja da natureza sobre a vida humana, seja entre os homens).

A linguagem adquire um papel central nesse percurso teórico. Em sua *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas admite que os seres humanos são aptos à ação e que esta ação será tanto melhor concebida quanto mais seja articulada por meio da intersubjetividade, das relações dialógicas e da comunicação livre de coerção e, sobretudo, organizada a partir da busca do entendimento por meio dos atos comunicativos, da linguagem. Conforme as palavras de Habermas:

Chamo *ação comunicativa* (grifo do autor) àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas), pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível ação comunicativa (HABERMAS, 1997, p. 418).

Partindo de teóricos como Austin, Habermas operacionaliza a *Ação Comunicativa* na perspectiva de que em todo ato de fala, o enunciador constrói uma pretensão de validade, ou seja, ele traça estratégias e mecanismos para que sua mensagem seja válida em sentido amplo, portanto, ouvida, compreendida como verdadeira e reconhecida. Nos atos de fala que buscam o consenso, há ao menos quatro pretensões de validade que devem ser reconhecidas mutuamente: 1) Escolha de expressão inteligível a fim de alcançar a compreensão entre falantes e ouvintes; 2) A veracidade do conteúdo comunicado; 3) Que a manifestação das intenções do enunciador sejam sinceras, gerando confiabilidade; 4) Que haja a escolha de uma manifestação adequada em relação às normas e valores vigentes na sociedade. Este esquema representa o que Habermas chama de uma situação linguística ideal, em que os sujeitos dialogam sem pressões e da qual todos podem tomar parte dialogicamente. Habermas

responde às críticas de que tal “situação linguística ideal” não existe na contemporaneidade com o argumento de que ela não se trata de um ideal arbitrariamente construído, mas uma condição inerente à natureza da linguagem.

Um ponto fundamental que serve de liame entre a proposta habermasiana, a ação coletiva e a questão da identidade é que essa razão, dialógica, livre e intersubjetiva, que é, portanto, também comunicativa, surge a partir da percepção de mundo que os sujeitos constroem, inclusive em interação social. Quando edificou sua teoria do agir comunicativo, Habermas estabeleceu uma crítica à filosofia da consciência (Kant), segundo a qual, o sujeito solitário poderia obter conhecimento dos objetos, da sociedade e do mundo; portanto, a expressão de uma razão monológica. Para Habermas, o conhecimento do mundo não acontece na relação entre o sujeito solitário e os objetos, mas entre os sujeitos que agem reciprocamente por meio da linguagem, portanto uma razão dialógica.

Assim, temos que a *Teoria da Ação Comunicativa* articula paradigmas fundamentais para a compreensão dos fenômenos comunicativos contemporâneos. Um dos primeiros é a centralidade da linguagem e da cultura como reguladoras do comportamento e do entendimento mútuo. Assim diz o autor:

A linguagem e a cultura são elementos constitutivos do mundo da vida. Desde o ponto de vista semântico, a linguagem guarda uma peculiar afinidade com a imagem do mundo articulada linguisticamente (HABERMAS, 1987, p. 178, grifo nosso).

O que se articula aqui é uma representação do mundo, desenvolvida por um determinado ator a partir não somente de sua percepção pessoal (ação teleológica), mas de uma ação coletiva intersubjetiva, construída, inclusive, nas relações cotidianas. Além disso, e em causa e consequência, tem-se que a *razão comunicativa* proposta por Habermas é dialógica e processual porque pressupõe o grupo numa situação de intersubjetividade e consenso linguístico - e porque não dizer construção de representações – ideais (FREITAG, 2005, p. 101). Habermas escreve, em sua *Teoria da Ação Comunicativa* que as manifestações comunicativas estão inseridas em diversas relações com o mundo vivido:

A ação comunicativa se baseia em um processo de interpretação em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo mesmo quando em sua manifestação somente destacam tematicamente um destes três componentes (HABERMAS, 1997, p. 171).

A relação intersubjetiva proposta por Habermas pressupõe, em vez de coerção e poder ilimitado, uma relação de sujeitos que tenham capacidades e condições semelhantes de ação e

linguagem. Isto porque, ao empreender uma ação pautada na linguagem, e, portanto, no discurso, os sujeitos entram em um jogo de convencimento no qual eles têm uma *pretensão de validade* a respeito daquilo sobre o qual estão enunciando, como já dito anteriormente.

Complementário ao conceito de *Ação Comunicativa* está o de *Mundo da Vida* ou *Mundo Vivido* (conceito fundamental a esta dissertação em função das articulações entre comunicação e identidade). O conceito de *Mundo da Vida* que será reinterpretado por Habermas surge em Husserl¹⁷ a partir de uma teoria contrária ao “psiquismo de Freud”, que via no fato psíquico o fundamento exclusivo do saber. Husserl desenvolve um conceito de *Mundo da Vida* que está diretamente relacionado à estrutura perceptiva da consciência humana, ou seja, uma reflexão puramente fenomenológica vinculada ao “vivido”. O que importa nessa construção teórica é conhecer o “mundo vivido”, o mundo que percebemos tal qual se manifesta à consciência. Entra aí o papel fundamental da percepção. O mundo será sempre o mundo percebido, cuja totalidade não é a totalidade dos objetos reais, mas os horizontes alcançados pela percepção humana (GUIMARÃES, 2012, p. 32). Porém, o mundo, apesar de sujeito à percepção, não deixa de existir como tal; aí entra em cena a *doxa*, a opinião, a formação das ideias a partir da experiência primitiva. A *doxa* nos orienta nos contatos cotidianos que mantemos com o nosso mundo particular, com a nossa vivência imediata (GUIMARÃES, 2012, p. 33).

Habermas reelabora o conceito husserliano de *mundo da vida* a partir da perspectiva de horizonticidade, “lugar transcendental” onde os diferentes aspectos da vida social podem ser questionados e redefinidos. Habermas ainda estabelece uma distinção entre horizonte individual e horizonte coletivo, sendo o primeiro composto pelo espaço das convicções de base, de cultura e linguagem que permitem ao ser atuar em situações concretas e o segundo, horizonte social, próprio do que é partilhado por todos os atores de uma mesma situação, da experiência comum, das mesmas tradições, da língua e da cultura (FREITAG, 2005, p. 43).

Segundo Habermas, ao buscarem o entendimento, os atores se enquadram em uma situação cultural comum. Sob o aspecto funcional do entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação do saber cultural; sob o aspecto da coordenação da ação, a ação comunicativa serve à integração social e à solidariedade; e, finalmente, sob o aspecto da socialização serve à formação de identidades. Assim que:

¹⁷ Edmundo Husserl foi um matemático e filósofo alemão, um dos principais teóricos da chamada Fenomenologia, corrente que trata dos “fenômenos perceptíveis”, extinguindo a separação entre o sujeito e o objeto (INFOESCOLA, 2014).

As estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem por via da continuação do saber válido, da estabilização da solidariedade dos grupos e da formação de atores capazes de responder sobre suas ações (HABERMAS, 1999, p. 196).

A questão da identidade torna-se, portanto, central nesta construção teórica, mesmo que apareça com denominações distintas e aparentemente (e somente aparentemente) diversas do ponto de vista conceitual. Vejamos: Habermas, articulando conceitos como *mundo da vida* e *ação comunicativa*, estabelece espaços reais e por vezes intangíveis nos quais os indivíduos articulam suas ações a partir de seu horizonte, construído a partir de sua percepção do real e de suas pretensões de validade por meio do discurso. Ou seja, a construção de ações, recorrendo também a Husserl, está intimamente relacionada à percepção do mundo real desenvolvida pelos indivíduos.

Este fluxo comunicativo entre atores articulados a partir da identidade e dos atos comunicativos (HABERMAS, 1987), livres de coerção e voltados ao entendimento por meio dos atos comunicativos possibilita a estrutura de uma esfera pública nos moldes propostos por Habermas (1987, 1997):

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que ação, o ator, o grupo ou a coletividade [...]. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modelo de pertença a uma organização. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, externamente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. Esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92).

Esfera pública está diretamente relacionada à liberdade de participação plural dos cidadãos sem hierarquias. Essa definição fica mais clara a partir do conteúdo semântico do termo em alemão referente à esfera pública, *öffentlichkeit*: aquilo que é disponível, acessível, sem reservas, aberto, visível e exposto. Esses conceitos remetem ao próprio surgimento de um espaço público de discussões sobre temas da sociedade, ainda no século XVIII, a partir do qual Habermas estruturou seu conceito de esfera pública burguesa, nos cafés e salões. Assim, esfera pública seria o espaço político e social dos temas tratados abertamente.

Habermas (2008) coloca a discussão da esfera pública como uma “caixa de ressonância cujos alicerces estão sedimentados pelo mundo da percepção, o mundo da vida”, ou seja, estão naturalmente organizados a partir de atos comunicativos que buscam entendimento mútuo sobre temas comuns. A ação dos cidadãos no espaço público tem ainda

o caráter de pressão por mudança a partir das discussões, busca de entendimento e proposições de ações estruturadas nesse processo. A partir desse pressuposto, a esfera pública se converte em:

Um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo eficiente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos próprios problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controle ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político (HABERMAS, 2008, p. 91).

4. OBSERVAÇÃO EMPÍRICA

4.1 Estratégias da luta por reconhecimento – primeira estratégia: influenciar a mídia

Quando, em 1989, antes mesmo de o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) ser assim chamado, ele já dizia quais eram seus propósitos, entre eles o de se apropriar dos meios para inverter os esquemas tradicionais de comunicação e poder e afirmar sua identidade, suas motivações e demandas (naquele momento impedir que o governo mantivesse os estudos e a intenção de construir a então Usina Hidrelétrica de Kararaô no Rio Xingu em territórios indígenas). A ação em questão aconteceu durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará, quando a índia Kayapó Tuíra se aproximou do então presidente da Eletronorte, José Antônio Lopes Muniz, e com o facão em punho protestou contra o anúncio da obra (Fotografia 1).

Fotografia 1- Reprodução da imagem da índia Tuíra e do presidente da Eletronorte, Antônio Lopes Muniz, em 1989, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.



Fonte: Movimento Xingu Vivo para Sempre/Crédito Protásio Nene/Agência Estado (1992).

Naquele momento, Muniz se calou e seu lugar até então soberano, de representante do Estado, foi colocado em segundo plano pela protagonista do momento, uma índia, mulher e amazônida, que sentia suas formas de reprodução material e cultural ameaçadas por uma obra com a qual ela e seu povo afirmavam não concordar.

A fotografia 2 não ficou restrita a quem presenciou a cena “ao vivo”. Certamente não por acaso. Além dos cerca de 650 índios de diversas etnias do Xingu e outras regiões do Brasil e América Latina, 300 ambientalistas do mundo todo, autoridades e participantes em geral, que somavam cerca de 3.000 pessoas, havia 150 jornalistas que se encarregaram de registrar o momento em fotos e textos e reverberá-los por vários espaços. Também estava presente um astro da música mundial, o cantor Sting, que utilizando-se de sua fama espetacular, já há alguns anos mobilizava a opinião pública mundial para os enclaves ambientais da região do Xingu ao lado de outro astro, este “local”, o cacique Raoni Metuktire, líder da etnia Kayapó.

A internet já existia, não com o alcance e impacto que passou a ter a partir dos anos 90/2000, mas a foto da índia marcou o início de um processo de apropriação dos meios de comunicação que define desde daquele momento até os dias atuais as estratégias dos movimentos sociais da região, anos depois, com algumas alterações configurativas, reunidos em torno do Movimento Xingu Vivo para Sempre (coalizão que representa o ápice dessa estratégia pela capacidade de mobilizar redes e redes de redes de movimentos em várias partes do mundo, como veremos no decorrer desta análise), para afirmação de uma luta e identidade específicas. Em entrevista para o documentário Belo Monte – anúncio de uma guerra, o bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler sintetizou o que a foto significou para a luta que chegava aquele ponto: “A foto da Tuíra virou quase que a logomarca da luta contra Kararaô” (informação verbal)¹⁸.

Apesar de algumas conquistas e traços de alguma pluralidade de opiniões, influenciar os meios de comunicação nunca foi tarefa fácil.

Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (GREGOLIN, 2003 apud CORREA, 2013).

Esse processo interfere na realidade e quando se dá como ocorre atualmente em parte importante de grandes veículos de comunicação brasileiros, historicamente, provoca representações distorcidas dos fatos amazônicos, criando representações estereotipadas, beirando a caricatura, ou ainda a ausência de sentidos e negação dos elementos constitutivos das identidades, formas de vida e saberes locais. Dutra (2009) afirma que as narrativas dos

¹⁸ O documentário Belo Monte - anúncio de uma guerra foi dirigido por André D’Elia. Lançado em 2012, o filme foi realizado com financiamento coletivo (YOUTUBE, 2014).

colonizadores portugueses já eram permeadas pela negação de sentido aos grupos aqui encontrados, desde então uma relação entre dominante e dominado. O autor também argumenta sobre a centralidade da televisão na construção dos discursos que circulam pela sociedade, produzindo verdades com as quais nos deparamos todos os dias (DUTRA, 2009, p. 27). Alguns textos publicados por periódicos nacionais sobre Belo Monte e os movimentos contrários à Usina não deixam dúvida sobre a tendência dominante. A seguir dois exemplos bastante ilustrativos:

A notícia “*Ambientalistas e indígenas protestam contra Belo Monte*” (REVISTA VEJA, 2011), publicada no site da revista Veja, mostra o que os povos da Amazônia significam para alguns segmentos da sociedade e como seus interesses – e direitos – são constantemente confrontados com outros que aparecem como mais legítimos. Observe como é concluída a reportagem:

De acordo com lideranças indígenas, a área alagada com a construção da usina vai desalojar 50 mil moradores da região, entre índios e agricultores. Orçada em mais de 10 bilhões, a usina de Belo Monte deverá produzir energia para abastecer uma região com 25 milhões de habitantes. A hidrelétrica será a terceira maior do planeta. Há duas semanas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) concedeu a licença ambiental para o início dos trabalhos (REVISTAVEJA, 2011, grifo nosso).

Abaixo, outro exemplo:

No texto *Belo Monte e papo de índio*, o blogueiro (AZEVEDO, 2014), titular de um dos blogs mais acessados do país sobre análises políticas (segundo a definição contida no próprio blog) começa um de seus posts sobre Belo Monte da seguinte maneira: “Deixe-me dizer uma coisa: não venham com ‘papo de índio’ pra cima de mim”. No decorrer do texto, ele defende a construção da usina, mesmo admitindo gargalos ambientais (“perdas sempre há”, diz), e, em tom de ironia, argumenta que os índios não têm legitimidade para protestar sob a tese de que perderão sua fonte de alimentação caso a usina seja construída (“Sobra muita terra, meu bom silvícola! Até porque vocês não vivem da caça; até porque vocês não vivem da pesca; até porque vocês não vivem do espírito da floresta”).

4.2 Sem vocês, mas sobre vocês: o processo de apropriação sobre a internet e a cultura da mídia

A partir da ameaça sentida, oriunda, sobretudo, segundo as lideranças do movimento, do Estado personalizado pelo Governo Federal, e das representações dominantes na mídia de massa sobre as populações indígenas e tradicionais da região do Xingu, tornou-se estratégico

para o (s) movimento (s) da região delimitar seu posicionamento no debate público, nos moldes do que explica Martín-Barbero (2004) e Certeau (1998) quando dizem que a ação de luta muitas vezes é um redesenho das formas hegemônicas de representação, senão negando-as como valor em si, mas, sobretudo, lutando no mesmo terreno do adversário. O terreno adversário, no caso, foi o campo da comunicação, da mídia, o que levou o MXVPS a tornar a comunicação uma de suas potencialidades. E nessa ação vale não apenas a crítica direta e a negação, mas a paródia, o sarcasmo, a devolução da humilhação pública sentida, como se pode analisar em algumas manifestações e *posts* reproduzidos no *Facebook* do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

A primeira sequência de fotos retrata a manifestação do MXVPS em frente à sede do IBAMA em Belém, em fevereiro de 2012, por ocasião do aniversário de dois anos da licença prévia de Belo Monte. Nas fotografias (Fotografia 2), são parodiados com máscaras e textos

Fotografia 2- Manifestantes usam máscaras satirizando a presidente Dilma Rousseff e demais autoridades do Governo Federal em protesto no ano de 2012.



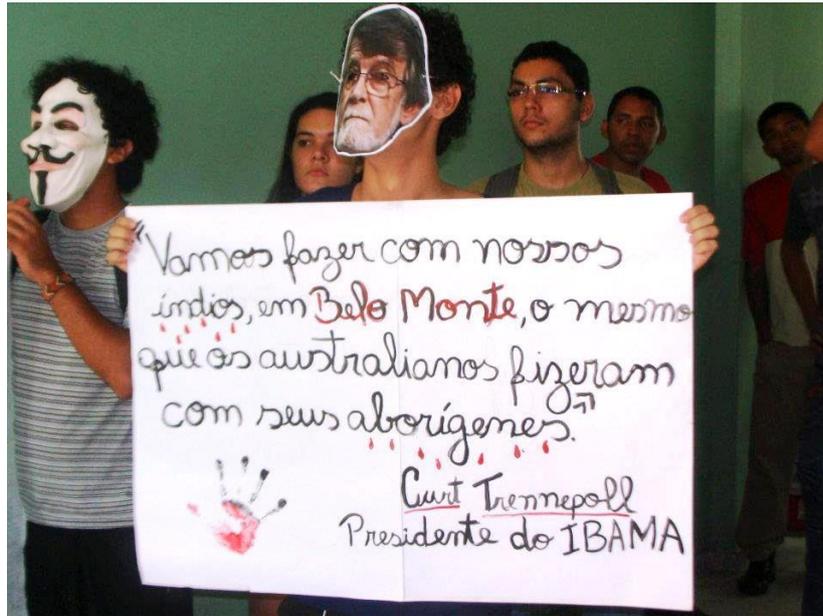
Fonte: *Facebook* Movimento Xingu Vivo para Sempre (2012).

de personagens considerados antagônicos da luta contra Belo Monte, a presidente Dilma Rousseff, o ministro Edison Lobão e o então presidente do IBAMA, *Curt Trennepoht*.

Na fotografia seguinte (fotografia 3), além de o ativista usar a imagem do presidente do IBAMA, *Curt Trennepoht*, ele traz uma cartaz que remete às declarações feitas por Curt ao programa *60 minutes*, da TV Australiana sobre a obra de Belo Monte em 2011. Na entrevista, reproduzida no *Facebook* do Xingu Vivo, Curt teria dito que a missão do IBAMA não é cuidar do meio ambiente, mas minimizar os danos causados por obras como a hidrelétrica. Ao

final, o presidente do IBAMA teria dito aos jornalistas australianos que o Governo Brasileiro irá fazer com os índios nacionais o mesmo que os australianos fizeram com as populações aborígenes daquele país. O programa *60minutes* é um símbolo da mídia de massa. Veiculado inicialmente pela TV Norte-americana em 1968 é retransmitido e reproduzido por canais de TV do mundo

Fotografia 3 - Ativista satiriza com máscara e texto o então presidente do IBAMA.



Fonte: Facebook Movimento Xingu Vivo para Sempre (2014).

todo. No cartaz do manifestante paraense, o trecho da fala de *Trennepoht* é reproduzido e ironizado, em uma demonstração clara de que a mídia de massa pode ser usada ou apropriada se tal ação for conveniente (ou estratégica) aos objetivos da luta.

No mesmo sentido de apropriação, elementos da cultura da mídia, como personagens de desenhos animados e filmes, também são utilizados, para no mesmo terreno de luta, ironizar e relativizar as agressões do lado oposto. Em um dos *posts* das inúmeras campanhas “Pare Belo Monte” no *Facebook*, o personagem Papai *Smurf* se “associa” à luta contra Belo Monte (imagem 1) Para quem nunca assistiu ao desenho animado, produzido pelos estúdios Hanna Barbera, um gigante do entretenimento norte-americano nos anos 80/90 e transmitido no Brasil pela Rede Globo na mesma época, Papai *Smurf* é o líder de uma tribo de homenzinhos azuis que vivem no meio da floresta. Seu principal inimigo é o mago *Gargamel* que vive ao redor das aldeias dos *Smurfs*, tentando invadi-la com o objetivo de comê-los ou usá-los como ingrediente na fórmula para produção de ouro (WIKIPÉDIA, 2014).

Imagem 1- Post publicado no Facebook do MXVPS usando o personagem do desenho animado Os Smurffs na campanha “#parebelomonte”.



Fonte: Facebook Movimento Xingu Vivo para Sempre (2013).

Ao discutir este conceito, Kellner (2001) conceitua a *Cultura da Mídia* nos termos de um chamado “poder” que tais símbolos operam sobre a sociedade de modo geral. E é a partir do reconhecimento desse “poder quase onipresente e inevitável” que o conceito de apropriação se insere não para radicalizar o alcance do “poder” midiático, mas para discuti-lo a partir dos usos, práticas e estratégias distintas que os diversos grupos, como o MXVPS, fazem deles em suas estratégias de luta. E este é um campo de consensos, mas de disputas, pois lida com o reconhecimento e as identidades contemporâneas. Kellner (2001) lembra que a cultura veiculada pela mídia (incluindo aí programas jornalísticos, de entretenimento, propaganda, merchandising, etc.) contribui decisivamente para formatar o tecido da vida cotidiana, modelando opiniões políticas e comportamentos e fornecendo o acervo com o qual as pessoas forjam suas identidades.

É a Cultura da Mídia, por meio da televisão, rádio, internet, outdoor, etc. que estabelece, cada vez mais violentamente, os modelos daquilo que significa ser homem ou

mulher, bem sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. É também por meio da cultura da mídia que a sociedade constrói coletivamente seu senso de classe, etnia e raça, de diferenças entre “nós” e “eles”; define o que é considerado “mal” ou “bom”, positivo ou negativo, moderno ou arcaico, “antenido” ou ultrapassado. É a cultura da mídia que estabelece a ideia de que, ao não aceitar um projeto de desenvolvimento anunciado como um grande avanço na geração de energia para o Brasil beneficiando milhares de pessoas (CONHEÇA A UHE BELO MONTE, 2013)¹⁹, índios e ribeirinhos do Xingu são considerados atrasados, arcaicos, grupos ignorantes que se colocam acima dos interesses de milhares de indivíduos ou ainda oportunistas que se manifestam contra a obra somente como um artifício midiático para barganhar vantagens junto às grandes empresas (processo de criminalização dos movimentos sociais, muito comum na atualidade). Assim define Kellner (2001) o papel da cultura da mídia na atualidade: “As narrativas e imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje” (KELLNER, 2001, p. 9).

É a cultura da mídia que torna naturais e fortuitos os sentidos de reportagens como a reproduzida abaixo sob responsabilidade do (VALOR ECONÔMICO, 2013), em que, apesar da presença de 140 índios do Xingu a uma reunião em Brasília para protestar contra a barragem, apenas o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, é citado, como negociador bondoso, preocupado e atento às necessidades dos indígenas (estes serenamente sentados na plateia, quase anuentes ao discurso oficial), mas duro e implacável com as empresas responsáveis pela obra. Nenhum índio foi ouvido, e se foi ouvido sua fala não foi apresentada no texto final. Veja textos e foto (fotografia 4) da reportagem “Construção de Belo Monte continua, diz ministro a indígenas”:

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, reuniu-se, nesta terça-feira, 4, com representantes de seis etnias indígenas no Palácio do Planalto. Ele garantiu a disposição do governo em manter diálogo permanente com os índios e evitar conflitos em processos de demarcação de terras pelo país. Negou, no entanto, que haja possibilidade de paralisação da construção da Usina de Belo Monte (PA). “Nós não temos medo do diálogo”, disse o ministro a uma plateia de cerca de 140 indígenas.
O ministro lamentou as mortes recentes ocorridas em conflitos entre agentes do governo e moradores das comunidades indígenas [...].

¹⁹ A usina hidrelétrica de Belo Monte é anunciada pelo consórcio construtor da obra como “um empreendimento estruturante para a política nacional de expansão da geração de energia elétrica, trazendo uma contribuição importante para a energia elétrica disponível para a sociedade brasileira nos próximos anos satisfaça o imperativo da modicidade tarifária e da segurança energética

Não queremos a morte de vocês. Queremos a vida de vocês [...]. Nós reconhecemos o que o Estado brasileiro fez de errado contra vocês durante tantos anos”, disse o ministro “em uma conversa bem tranquila”, segundo ele próprio definiu.

Sobre o canteiro da Usina de Belo Monte, palco recente de invasão indígena, o ministro informou ter conversado “em uma reunião dura” com o consórcio para exigir o cumprimento das condicionantes do empreendimento.

“Nós vamos cumprir todas [as condicionantes]. Está atrasado, é verdade. Tem muita coisa para fazer, tem muita coisa errada. Agora, o passado ensina a gente. E queremos acertar junto com vocês”, disse o ministro dirigindo-se aos indígenas. “Nós não queremos guerra. Nós queremos paz com vocês”, completou.

A Força de Segurança não está aí para matar índio nem para prejudicar índio. Está aí para proteger, para fazer a segurança de vocês”, disse Carvalho, citando o acordo feito no canteiro da Usina de Belo Monte para desocupação dos manifestantes e a retomada das atividades da obra (VALORECONÔMICO, 2013, grifo nosso).

Na imagem, índios aparecem tranquilos, complacentes com a conversa:

Fotografia 4 - Índios e representantes do Governo Federal em reunião em Brasília.



Fonte: Jornal Valor Econômico (2014).

Nos processos de apropriação e remodelagem dos valores e representações hegemônicas, é comum que as diferentes lógicas culturais dos povos deem lugar à formação de novas identidades (ainda que forjadas em objetivos específicos de luta), à reconstituição do sentido do nacional e do local. Assim, as propostas da indústria cultural e dos símbolos da opressão são retomadas e, sobretudo, reformuladas pela capacidade das comunidades para transformar o que veem em outra coisa, vivenciada de outra maneira (MARTÍN-BARBERO, 2004). É o que fazem, por exemplo, as jovens cuja família, produtora de cacau em Medicilândia, foi despejada em função das obras da usina hidrelétrica ao se referirem ao clássico símbolo da Justiça e fazerem trocadilhos com o nome do consórcio responsável pelas obras da hidrelétrica²⁰ (fotografia 5).

²⁰ Consórcio Norte Energia.

Fotografia 5 - Adolescentes fazem trocadilho com o nome do consórcio construtor de Belo Monte e apelam à Justiça que paralise a obra.



Fonte: Facebook Movimento Xingu Vivo para Sempre, 2014.

Outro exemplo de apropriação de meios e formas foi a notoriedade dada à visita a aldeias indígenas do Xingu de James Cameron, diretor de *blockbusters* como *Titanic* e *Avatar*, e do ator e político norte-americano Arnold Schwarzenegger, que ficou conhecido interpretando o guerreiro Conan, descrito como um herói da mitologia, intransigente com as fraquezas e hipocrisias da civilização (WIKIPÉDIA, 2013). Durante o documentário “Uma mensagem de Pandora”, veiculado por meio do (YOUTUBE, 2014), James Cameron diz claramente: “Vim aqui emprestar minha fama e minha notoriedade à causa do Xingu”.

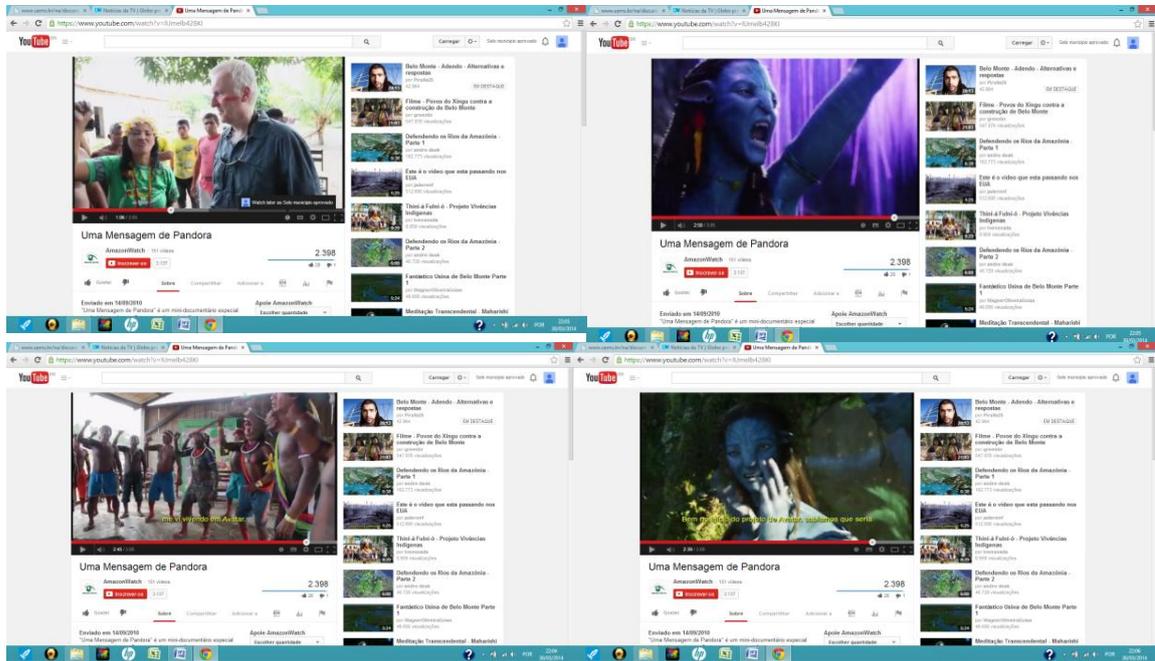
Cameron dirigiu o documentário, em que visita a aldeia dos Juruna da Volta Grande, uma das áreas afetadas pela Usina de Belo Monte (imagem 2). Entre as diversas imagens levadas para o mundo pelo documentário destacam-se as sequências de rituais, modos de se alimentar, formas de moradia, da relação com os animais de caça e pesca e, sobretudo, com o rio Xingu. É emblemático também o momento em que Sheila Juruna, uma das principais lideranças indígenas na luta contra Belo Monte à época da visita de Cameron, pinta o rosto do

cineasta com urucu e o chama “de nosso mais novo guerreiro”. Em várias sequências do documentário há menções às representações identitárias dos indígenas, como na declaração da atriz Sigourney Weaver: “foi uma experiência maravilhosa ter sido convidada e recebida por esta comunidade, que foi ignorada durante todo o processo de construção dessa indústria”.

Em todo o documentário emergem os sentidos da Amazônia como ela é “lida” no exterior. Após a sequência de abertura, que mostra a hélice de um avião Caravan, imagem que remete a lugares longínquos, de difícil acesso e ao passado dos “desbravadores” que chegavam à Região nesses meios de transporte, James Cameron abre o documentário com o enunciado: “Eu sempre quis visitar a Amazônia. A região é o último grande pilar da natureza [...]”.

Ao fim do documentário, a luta dos guerreiros Juruna contra Belo Monte é comparada à luta dos guerreiros do filme Avatar, de Cameron, em que seres humanos e seres chamados de Nav’i, nativos humanoides, entram em guerra pelos recursos do planeta e a continuação da existência da espécie nativa. No documentário são mostradas sequências que fazem uma clara associação entre as lutas reais e da ficção. No documentário “Uma mensagem de Pandora” Cameron declara ainda sobre sua experiência no Xingu e na aldeia da etnia Juruna: “Bem no início do projeto de Avatar, sabíamos que seria um filme com o tema de meio ambiente. Eu acabei indo ao Brasil e, de repente, me vi vivendo em Avatar”.

Imagem 2 - Imagens dos guerreiros do filme Avatar e dos índios Juruna, em Altamira, no documentário “Uma mensagem de Pandora”.



Fonte: Youtube/AmazonWatch (2010).

Garfield (2009), em texto que sobre a representação da Amazônia nos Estados Unidos, discute a construção de representações sobre a Amazônia e seus habitantes em termos quase mitológicos:

Imersas numa série de mitos históricos e preconceitos culturais relacionados à América Latina tropical (e aos Estados Unidos), as representações norte-americanas da Amazônia foram moldadas por uma mistura de imagens desgastadas: a atração pelo El Dorado, o coração das trevas tropical registrado em livros de viagem e jungle books, inclinações isolacionistas e antieuropeias [...]. Mais que um lugar, a Amazônia era também um símbolo cultural de esperança ou desilusão para os norte-americanos, uma pedra de toque para ansiedades mais profundas relacionadas a questões de raça, classe e nação (GARFIELD, 2009, p. 3).

As populações indígenas e ativistas vinculados, sobretudo, ao Instituto Socioambiental (ISA, 2013), uma das organizações que historicamente apoia os movimentos sociais no Xingu inclusive o MXVPS, também souberam se apropriar dos conceitos e representações que as populações da Amazônia têm dos estrangeiros e astros de Hollywood e das imagens e representações que eles têm dos amazônidas, se associando às imagens dos ícones da indústria mundial de comunicação e entretenimento. Em termos teóricos, eles fazem o que Certeau define:

Traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam. São frases imprevisíveis, num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras do sistema. Embora tenham como material das línguas recebidas (o vocabulário da TV, o do jornal, o do supermercado ou das disposições urbanísticas), embora fiquem enquadradas por sintaxes prescritas (modos temporais dos horários, organizações pragmáticas dos lugares, etc.), essas trilhas continuam heterogêneas aos sistemas aonde se infiltram e onde esboçam astúcias de interesses e de desejos diferentes (CERTÉAU, 1998, p. 97).

Entre outubro de 2010 e março de 2011 foram produzidas e/ou reproduzidas 11 reportagens envolvendo James Cameron e a atriz Sigourney Weaver, todas postadas nos sites do MXVPS, no Facebook, por meio de *mailings* de correios eletrônicos, alcançando um incontável número de pessoas em vários países do mundo. James Cameron citou a luta dos indígenas contra Belo Monte em vários eventos públicos e em um deles chegou a fazer um apelo ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião da visita, o cacique kayapó Raoni declarou que sua etnia não queria a obra de Belo Monte. Veja a seguir a notícia “Cameron e Schwarzenegger visitam região que será afetada pela Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará”, reproduzida no site do MXVPS:

Cameron que já tinha estado na região em 2010 disse que a luta continua e que seguirá apoiando os movimentos sociais da região contra Belo Monte.

Voamos num Caravan Anfíbio de seis lugares com assessores, segurança e um cinegrafista. Sobrevoamos a Transamazônica, a vila de Belo Monte, o local onde está planejada a construção do lago artificial da hidrelétrica, parte do Rio Xingu e do Rio Bacajá. Pousamos no rio, em frente da aldeia Terra Wangã, na TI Arara da Volta Grande e os indígenas nos receberam com uma dança conduzindo os visitantes até o local onde iriam conversar, embaixo de uma mangueira. Cada liderança apresentou seu povo e história [...].

No encontro estavam presentes lideranças dos povos Arara, Juruna e Kayapó, além de lideranças dos movimentos sociais de Altamira [...]. O cacique Raoni fez um emocionante discurso relembrando encontros que teve com o Marechal Rondon, com o Presidente Juscelino Kubitschek e outros presidentes do Brasil, dizendo que nenhum deles havia desrespeitado seu povo como fez o Presidente Lula e a presidente Dilma (MOVIMENTO XINGUVIVOPARASEMPRE, 2011, grifo nosso).

Outro exemplo de apropriação pode ser observado na ação descrita no texto abaixo, sobre o lançamento do vídeo “Defendendo os rios da Amazônia” (YOUTUBE, 2014), com narração da atriz de novelas da Rede Globo, Dira Paes:

Foi lançado em 15 de setembro, em Belém (PA), um vídeo em duas partes de quatro minutos e com animação 3-D, que apresenta de forma clara e didática os impactos sociais, ambientais e econômicos da hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu.

Intitulado “Defendendo os Rios da Amazônia”, o projeto faz parte de uma campanha nacional e internacional coordenada pelo MXVS, coalizão de organizações sociais e ONGs em defesa do Rio Xingu e contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Segundo os coordenadores do movimento, o vídeo alerta a sociedade brasileira para

o processo atropelado, leviano, desrespeitoso e ilegal de planejamento e licenciamento do empreendimento pelo governo federal.

Narrado pela atriz paraense Dira Paes, conhecida como uma das principais vozes em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente em seu estado [...]. Para Dira Paes, a luta pela preservação do Xingu é a luta pela vida da Amazônia e de seus povos: “Não podemos nos omitir diante da exploração indevida e absurda da floresta. Este rio jamais poderia ser ameaçado pela construção de Belo Monte [...] em nome de uma energia destrutiva” (MOVIMENTOXINGUVIVOPARASEMPRE, 2013, grifo nosso).

Ainda discursando sobre o vídeo, o texto se apropria mais uma vez da fama e reconhecimento de James Cameron, de plataformas digitais modernas, como o Google Earth, e da atriz Sigourney Weaver, que narrou a versão em inglês do vídeo, voltado ao “mercado” internacional:

Uma versão em inglês do projeto foi produzida com a narração da atriz Sigourney Weaver, que visitou o rio Xingu em abril deste ano em companhia de lideranças do MXVS e do diretor do filme Avatar, James Cameron. Assim como Dira Paes, Weaver contribuiu de forma voluntária, em solidariedade ao Movimento Xingu Vivo para Sempre.

O vídeo “Defendendo os Rios da Amazônia” alerta também para os planos oficiais de implantar mais de sessenta hidrelétricas na região amazônica ao longo dos próximos vinte anos, permitindo a sua visualização nas animações do Google Earth (MOVIMENTOXINGUVIVOPARASEMPRE, 2013, grifo nosso).

Ainda operando apropriação e estratégias para tentar atingir seus objetivos de influenciar o governo a parar as obras de Belo Monte, juntamente com o vídeo e todo o aparato discursivo e midiático que o acompanhou, foi lançada uma petição endereçada ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Com o lançamento do vídeo, o Movimento Xingu Vivo para Sempre inicia uma nova etapa de intensificação da campanha, voltada para a conscientização e apoio da sociedade brasileira à defesa do Xingu e à luta contra Belo Monte.

Junto com o vídeo, será lançada uma petição direcionada ao presidente Lula e autoridades de diversas instituições envolvidas no controverso projeto, como o Ibama, Funai, ANEEL, Eletrobrás e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (MOVIMENTOXINGUVIVOPARASEMPRE, 2014, grifo nosso).

4.3 A lógica política e simbólica do processo de apropriação do MXVPS

4.3.1 As oportunidades políticas

A análise sobre a lógica de apropriação e estratégias da ação coletiva do MXVPS aponta para a sugestão de que, ao apropriar-se de aparatos tecnológicos (a internet,

sobretudo), de linguagens, ícones e símbolos da cultura da mídia, os ativistas do MXVPS operam uma espécie de jogo tático que não é fortuito, mas segue uma lógica de jogar não somente com suas identidades e aquilo que “o mundo” espera delas, mas também de observar, analisar e saber utilizar a seu favor as oportunidades políticas que lhes rodeiam. Uma análise possível (complementária ao conceito de *apropriação*) sobre as estratégias do Movimento Xingu Vivo para Sempre e as organizações que formam sua rede de interlocução e ação se insere no contexto teórico proposto por Tarrow (1997) quando diz que os movimentos sociais dependem de seu entorno e das *oportunidades políticas* (conceito que será melhor explicado a seguir) para a coordenação e manutenção das ações coletivas, que emergem de decisões tomadas conjuntamente e vão dos modelos microeconômicos sensíveis à opinião social e historicamente enraizados (TARROW, 1997, p. 36).

Para Tarrow (1997), *as oportunidades políticas* são dimensões congruentes – ainda que não necessariamente formais ou permanentes – do entorno político que oferecem incentivos para que as pessoas participem em ações coletivas (TARROW, 1997, p. 155). Ele segue sua teorização alegando que mesmo grupos enfraquecidos, desorganizados ou pouco representativos podem “tirar partido” de oportunidades do entorno político.

Por outro lado, as fortalezas do movimento podem ser potencializadas quando os cidadãos, animados por lideranças, são capazes de perceber e responder (e, pode-se dizer, se apropriar) aos recursos exteriores, descobrindo aliados em potencial, mostrando em que são vulneráveis as elites e autoridades. E Tarrow complementa dizendo que as mudanças mais destacadas nas estruturas de *oportunidades* surgem da abertura do acesso ao poder, das mudanças nos alinhamentos governamentais e da disponibilidade de aliados influentes (TARROW, 1997, p. 51).

Ora, se voltarmos ao primeiro capítulo, no qual é contada a trajetória tanto dos movimentos sociais no Brasil quanto a do MXVPS se verá uma sucessão de ciclos, uma sucessão de “eventos” mobilizados diretamente pelos próprios movimentos e em função das alterações estruturais no entorno político e social que explicam as diversas estratégias e ações adotadas pelo coletivo estudado ao longo das últimas décadas. Tarrow (1997) se refere a esses eventos como “ciclos de protestos”, definidos como:

[...] fases de intensificação de conflitos e confrontação no sistema social em um ritmo de inovação acelerado; novos marcos para a ação coletiva, uma combinação de ação organizada e/ou não organizada e sequências de interação entre ativistas, dissidentes e autoridades que podem resultar em reformas, repressão e, às vezes, revolução (TARROW, 1997, p. 263-264).

Ao menos três desses ciclos são especialmente destacáveis no cenário político dos anos 90 e 2000 (período em que se define a ação central estudada nesta dissertação): 1) a própria abertura política após o período de governos militares (alcançada normativamente desde a década de 80, mas aperfeiçoada a partir dos anos 90, inclusive com o surgimento de um modelo de movimento social com os contornos estudados aqui), 2) o surgimento e afirmação do movimento ambientalista (que permitiu aliados importantes, como James Cameron²¹, Sigourney Weaver²² e Sting²³, além de um *approach* internacional para a luta amazônica pelo meio ambiente), e 3) a internet e seus aparatos em rede, que permitiu a disseminação de conteúdo por meio da apropriação da técnica e formas de discursos e disseminação de informação, o que determina um tipo de atuação em rede, típica dos novos movimentos sociais. Vejamos cada um deles detalhadamente.

a) A abertura política após o período de governos militares

A trajetória política da coalizão de organizações chamada Movimento Vivo para Sempre remonta, por seus delineamentos políticos e identitários, à década de 80 e se confunde com a abertura política e a emergência de movimentos sociais, notadamente a partir da década de 90. As violações de direitos resultantes da ação estatal na região Amazônica por meio dos projetos de colonização e povoamento²⁴ (que teve a construção da rodovia Transamazônica como seu ponto alto) se constituíram no fermento que propiciou a formação dos primeiros movimentos de inconformidade e reação na região do Xingu, como diz uma liderança do Movimento Xingu Vivo, identificada como “Liderança MXVPS”, que esteve na ação desde o início:

Na colonização, o governo abriu isso aqui, jogou milhares de famílias, virou as costas e deixou todo mundo ao Deus-dará. Quem não morreu, na época, de acidente, de malária ou de picada de bicho, quem não tinha mais condição de voltar para sua terra de origem, teve que se juntar (informação verbal)²⁵.

²¹ Diretor de *blockbusters* como Titanic, o filme de maior bilheteria da história do cinema, e Avatar, ambos filmes ganhadores de vários prêmios internacionais, inclusive o Oscar.

²² Conhecida no Brasil pelo filme Alien – o retorno.

²³ Cantor e compositor inglês de grande sucesso internacional. Até os anos 90 foi líder da banda The Police, uma das mais importantes dos anos 80 e 90 no mundo.

²⁴ ALVES E GOMES (2012) descrevem que o Plano de Colonização para a Amazônia foi lançado em 1970 durante o governo de Emílio Médici. Com o nome de Plano de Integração Nacional (PIN), teve como grandes metas a construção de rodovias que iriam interligar o Brasil de Leste a Oeste e de Norte a Sul, entre elas a BR 163 (Santarém- Cuiabá), a BR-319 (Manaus-Porto Velho), a BR 010 (Belém-Brasília). A BR-230 (Transamazônica) foi inaugurada em janeiro de 1972 com parte do Plano de Integração Nacional (PIN).

²⁵ Entrevista concedida por MXVPS, Liderança. Entrevista I. [abril de 2013]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Altamira, 2013. 1. Arquivo MP3 (135 minutos).

Utilizando-se da construção teórica de Tarrow (1997) e da narrativa de uma liderança local (informação verbal), é possível analisar como a fragilidade do contexto institucional estatal da região do Xingu serviu de fermentação para a organização social institucional na região. Nesse sentido, Tarrow argumenta que os movimentos sociais se formam quando os cidadãos, às vezes animados por líderes (a igreja, com as comunidades Eclesiais de Base - CEB's - e as lideranças sindicais rurais tiveram papel central nesta ação) respondem a mudanças nas oportunidades políticas que reduzem os custos da ação coletiva, descobrem aliados potenciais e mostram em que são vulneráveis as elites e as autoridades.

O autor completa que este ciclo não se dá somente pelos problemas conjunturais, já que eles muitas vezes chegam a ser mais duradouros do que a ação direta que provocam, mas pela atitude estratégica e intencional dos atores que conseguem perceber e se posicionar, acessando os recursos para sair de uma passividade habitual e reagir àquilo que os incomoda. Para Tarrow (1997), uma avaliação superficial da história moderna mostra que as explosões de ação coletiva não podem ser atribuídas às necessidades das pessoas nem à desorganização de suas sociedades. O que varia amplamente com o tempo e o lugar são as oportunidades políticas (TARROW, 1997).

Esse aspecto teórico contribui para a compreensão do porque a luta reacionária à degradação das condições de vida na região do Xingu começa com uma ação vinculada aos trabalhadores agrícolas associados aos sindicatos rurais e apoiados nas Comunidades Eclesiais de Base, tendo a Transamazônica como sua expressão de luta mais evidente, passa para o surgimento e fortalecimento do movimento feminista²⁶, tendo a violência direta contra mulheres e crianças e a luta por justiça formal como seu alvo, e avança sobre os anos 2000 a partir do surgimento do movimento ambientalista, que passa a ter na Amazônia seu mais simbólico ícone de representações e esperanças planetárias; mais especificamente, na região estudada, o Rio Xingu e a ameaça das hidrelétricas são os elementos catalisadores das lutas.

Um momento chave na conformação das estruturas políticas que contribuíram para a conformação do Movimento Xingu Vivo para Sempre vem do perfil político de alguns de seus membros. O MXVPS como se conhece atualmente surge, como já dito, entre as décadas de 80 e 90. O primeiro sinal de institucionalidade da ação coletiva daquela época foram os

²⁶ Na década de 90 há a emergência de um forte movimento de mulheres na Região do Xingu motivado pela violência de gênero, com aumento do número de homicídios de homens contra mulheres, além de uma série de crimes contra crianças, episódio que ficou conhecido como o caso dos meninos emasculados de Altamira, o que motivou a ação de mães e irmãs junto ao Poder Judiciário local. Desse movimento surgiram dois grupos, que até os dias atuais possui membros vinculados ou apoiadores do MXVPS: o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) e o Movimento Mães de Altamira que anos depois converteu-se em Movimento em Defesa das Crianças Altamirenses.

coletivos em torno da organização sindical, notadamente o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), sendo o STR de Altamira um dos mais fortes da região, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará (SINTEP), fundado em Altamira na década de 90, e de onde saíram várias lideranças, sobretudo, femininas. Inicialmente, a Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), oriundas dos princípios da chamada Teologia da Libertação, incentivam a ação política. Gomes et. al. (2012), no artigo A trajetória das mulheres lideranças políticas da Transamazônica-PA, apresenta um exemplo de como se deu a relação entre a Igreja Católica (que foi atuante com metodologia semelhante em toda a América Latina) e os movimentos sociais:

A construção do movimento social regional foi organizada por dentro da dinâmica da Igreja Católica, mas precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base, em Congressos de jovens (citadas por sete mulheres entrevistadas) e eventos de catequese. Nos debates destes encontros o tom do discurso e a bandeira de lutas empunhavam em defesa da reforma agrária, contra a violência, e saúde para todos, bem como conscientizar da importância das organizações dos mais pobres. Discutiam também a formação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores como alternativa para os pobres. Em setembro de 1973 a equipe da pastoral da Igreja do Xingu produziu um documento, encaminhado à CNBB, no qual relatava o abandono dos migrantes no projeto de colonização da Transamazônica. O relatório abrangia na época a zona colonizada entre os km 20 e 230 do trecho da rodovia entre Altamira e Itaituba. Muitas situações foram abordadas, entre elas a moradia precária dos colonos, a inexistência de postos ou hospitais, ausência de escolas, de saneamento, de transporte e o isolamento das famílias (GOMES et al., 2012, p. 6).

O fortalecimento da ação sindical fez emergir lideranças políticas em todo o Brasil, sendo a posterior eleição de um presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC, em São Paulo) resultado desta fase política vivida pelo Brasil. Na Transamazônica não foi diferente. Na medida em que se desenvolvia a atividade coletiva de enfrentamento da ação estatal, despontavam líderes políticos com potencial partidário. Vários sindicalistas foram candidatos a eleições municipais em Altamira e demais municípios já desde a década de 90. Com trajetórias semelhantes, ou seja, jovens envolvidos com a Igreja Católica, lideranças sindicais e de movimentos sociais da Transamazônica e posteriormente vereadores, os mais destacados foram Ademir Federicci²⁷ e Zé Geraldo²⁸. Ambos parlamentares do PT, foram também lideranças do Movimento pela Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

Nos moldes do que Tarrow (1997) aponta como ciclos de protesto, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, com mandato a partir de 2003 para presidente da República,

²⁷ Ademir Federicci foi assassinado em 25 de agosto de 2001 em Altamira. Ele era na época o coordenador do MDTX.

²⁸ Zé Geraldo segue com mandato parlamentar como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

muda os rumos do movimento social na região da Transamazônica. Até aquele momento, havia um “inimigo comum”, ou seja, o Estado e suas interferências vitimizadoras na região do Xingu, primeiro com a abertura da Transamazônica e os projetos de colonização, e depois com o barramento do Rio Xingu. Havia também uma metodologia de luta, personificada na ação política e na ação partidária e sindical, ambas operacionalizadas por lideranças políticas que, se imaginava, ao chegarem ao poder contribuiriam para o alcance das conquistas até então almeçadas pelos movimentos sociais, sendo a paralisação de qualquer projeto de barramento do rio o catalisador de todas as esperanças e ações.

Não foi bem assim, ou melhor, para uma parte daquele Movimento Social desenhado a partir do MDTX não foi nada assim, como relataram duas lideranças da época:

Quando o Lula assumiu, com Dilma²⁹ no Ministério de Minas e Energia, o primeiro recado foi esse. Dilma botou o pacote debaixo do braço e foi para a Europa negociar Belo Monte. A partir daí as coisas só andaram para o lado da ilegalidade, da violação dos direitos humanos socioambientais. Vendo que o grande objetivo do governo Lula era construir a barragem no Xingu de qualquer maneira, como ele mesmo disse, publicamente, os indígenas da Bacia do Xingu ficaram muito apreensivos (nessa época ainda tinha o MDTX, sempre trabalhando, indo para as bases, discutindo essa questão) e quiseram realizar um grande encontro, junto com os agricultores, ribeirinhos e pediram para nós que articulássemos esse encontro. Nós trabalhamos para isso (informação verbal, 2013)³⁰.

O rompimento não somente institucional, mas ideológico por parte de algumas lideranças do MXVPS com o PT dividiu o movimento social entre aqueles que continuaram apoiando o partido do Governo Central e aqueles para quem apoiar o PT significava apoiar Belo Monte e outros projetos estatais na região. Sem a histórica sustentação político-partidária local, um segmento do movimento social da região se viu isolado e como forma de sustentação foi buscar em outros espaços, articulações e formas de ação política as metodologias de renovação e manutenção da luta e dos ideais iniciais. A internet e as possibilidades de ação para além do espaço local/regional, com as agências de cooperação e ONG's internacionais, tornaram-se os instrumentos de luta. O evento mencionado no depoimento acima foi o 2º Encontro dos Povos Indígenas da Região do Xingu, realizado em Altamira no período de 19 a 23 de maio de 2008, como conta uma das lideranças que participaram da organização do evento:

²⁹ Dilma Rousseff, presidente do Brasil eleita em 2010 para o mandato a partir de 1º de janeiro de 2011.

³⁰Entrevista concedida por MXVPS, Liderança. Entrevista I. [abril de 2013]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Altamira, 2013. 1. Arquivo MP3 (135 minutos).

A esse encontro nós demos o nome de Encontro de Movimentos Sociais e Povos Indígenas do Xingu. Durante o encontro, os caciques mesmo proclamaram que esse movimento de indígenas e não indígenas e movimentos sociais seria chamado de Movimento Xingu Vivo, e aí gritaram “para sempre”, porque querem o Xingu vivo para sempre e para seu descendentes (informação verbal, 2013)³¹.

Dessa maneira, surge o chamado Movimento Xingu Vivo para Sempre, que atualmente tem base física em Altamira e se auto-definido como “um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS, agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas”.³²

b O surgimento e afirmação do movimento ambientalista

Paralela às alterações no contexto político brasileiro e local, uma série de fatos políticos³³ e normativos³⁴ a partir das décadas de 90 ensejou uma importante alteração nas formas de ver e governar as relações entre sociedade civil e Estado, por um lado, e homem e natureza, por outro, além do surgimento de um discurso internacional que marcou profundamente os rumos e estratégias reacionárias dos movimentos sociais na Amazônia, de modo geral, e no Xingu particularmente. Na esteira desta nova ordem mundial e do consequente interesse de personalidades internacionais políticas e do *showbusiness* por regiões do planeta como a Amazônia, houve uma súbita valorização não só do ambiente amazônico natural, mas sobre as formas de vida dos povos dessa região e de suas identidades, como assevera Castro (1998):

³¹Entrevista concedida por MXVPS, Liderança. Entrevista I. [abril de 2013]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Altamira, 2013. 1. Arquivo MP3 (135 minutos).

³² Fonte: Site do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Disponível em www.xinguvivo.org.br. Acesso em 24 de março de 2014.

³³ Pode-se destacar a Conferência de Estocolmo, em 1972, Relatório Brundtland, em 1980, e a Eco-92 nesse ano.

³⁴ O artigo 224 da Constituição enseja a participação da sociedade civil na formulação de políticas da chamada área social. O artigo 231 da Constituição e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) determinam a realização de consulta prévia aos povos indígenas afetados por Belo Monte. A suposta não observância dos dispositivos levou a Justiça Federal a mandar parar as obras da usina, e o governo brasileiro chamado a dar explicações na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A partir dos anos 80, têm sido valorizados os saberes sobre a natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais, mas com uma orientação bem nítida, proveniente do debate sobre preservação de ecossistemas e biodiversidade. Reconhecem-se esses saberes e as formas de manejo a eles pertinentes como fundamentais na preservação da biodiversidade. Tornou-se extremamente importante, para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural (CASTRO, 1998, p. 4).

E Gomes e Alves (2012):

Neste período há uma profusão de organizações não governamentais, embaladas também pela discussão da ECO- 92 em que se fortaleceram os acordos e parcerias, a profusão de recursos e financiamentos internacionais e a necessidade de profissionalização dos movimentos sociais (LANDIM, 1998) para gerenciar e administrar os recursos financeiros. Há um reconhecimento dos problemas globais, da importância de resolver as especificidades de criar condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável. A reivindicação de igualdade não está separada do reconhecimento de sua especificidade. Neste processo de configuração, cada vez mais se torna importante a valorização da identidade da transamazônica como território de pertencimento, de sujeitos que através das suas relações, costumes, identidades, cotidiano, tradições, constroem e reconstróem o espaço, se territorializando. Os movimentos sociais referem-se a transamazônica e Xingu, como região. Partindo de uma forte identidade territorial construída pelos diferentes atores e movimentos sociais que se estabeleceram na área articulando um discurso regionalista (GOMES; ALVES, 2012, p. 8).

Esse é um momento da história dos movimentos sociais em que, sobretudo, os grupos indígenas e tradicionais passam a se utilizar de suas representações na sociedade global para pautar, também internacionalmente, suas demandas, que desde as décadas de 80 e 90 se identificam pela reação contrária ao projeto do Estado Brasileiro de barramento dos rios da Bacia do Rio Xingu. A identidade indígena, ribeirinha e de morador do Xingu passa a ser a grande bandeira dos movimentos da região, que utilizam-se das oportunidades políticas e se apropriam dos aparatos técnicos (cuja a emergência também se converte em um ciclo de oportunidade) para afirmar suas posições políticas e culturais. Essa afirmação passa pelo princípio explicitado por Vidal (2000) de que a construção/afirmação da identidade nas sociedades tradicionais é bastante influenciada pelo comportamento dos indivíduos e pelo chamado sentimento de pertencimento:

Nas sociedades tradicionais, a identificação do indivíduo é resultado da identificação com um coletivo social (a família, a aldeia, o grêmio, a classe) do qual se sente membro. Esta parte do “eu” está muito unida à identidade e constitui o “eu” social ou a identidade social: um “eu” configurado pelas relações sociais que, segundo G.H. Mead, expressa os papéis sociais aprendidos, as expectativas, as reações e o reconhecimento dos que interatuam nas ações, muito importante para o sentimento de autoestima. Desde o ponto de vista da sociologia, se conhece como identidade a

própria compreensão (autoconsciência) das pessoas, relacionada com distintos graus de consciência, tendo em conta a individualidade, a situação de vida e o pertencimento social (identidade coletiva). A identidade se constitui no processo de socialização mediante as interações com os outros e as aprendizagens com os papéis sociais (VIDAL, 2000, grifo nosso).

Os sentidos do ciclo político e histórico em que a categoria indígena/povo da Amazônia passa a fazer sentido dentro de um discurso ambientalista internacional podem ser observados no discurso do Instituto Socioambiental (ISA) (parceiro do MXVPS) na reportagem “Raoni e Sting se reencontram em São Paulo e falam de Belo Monte”, publicada na internet (ISA, 201) em 2009 por ocasião do reencontro entre o cantor Sting e o cacique Kayapó Raoni, que na década de 80 estiveram a frente da luta contra Belo Monte, momento do ponto de vista simbólico, que pode-se dizer persiste até os dias de hoje, embora com novas estratégias e novos ciclos de oportunidades políticas:

Depois de 20 anos, o cantor britânico Sting e o cacique Kayapó Raoni reuniram-se em São Paulo para conversar sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, razão que os uniu pela primeira vez, em fevereiro de 1989 [...]. Foi um reencontro emocionado entre dois velhos amigos. O cantor Sting, ex-líder da banda The Police, e o líder dos índios Kayapó Raoni, abraçaram-se em São Paulo e conversaram sobre a questão da construção da hidrelétrica de Belo Monte [...]. O motivo continua sendo o mesmo que os uniu há vinte anos e continua em pauta já que a licença prévia para a usina deve ser concedida em janeiro de 2010 (INSTITUTOSOCIOAMBIENTAL, 2009).

Evocando sentidos da luta histórica, o texto produzido em 2009 pelo ISA faz menção ao episódio de 20 anos atrás, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, que marca o início de um ciclo importante para os movimentos sociais, especialmente o MXVPS, e a luta contra o barramento no rio Xingu, além de uma mudança de estratégia na luta, que deixou em segundo plano o apoio direto em lideranças e políticos locais, para se centralizar na incidência sobre a mídia e demais aparatos midiáticos. Na reportagem, Raoni fala aos jornalistas em sua língua nativa e reforça a demanda por atenção das autoridades brasileiras:

Em 1989 como hoje, os povos indígenas da região não querem a hidrelétrica, que irá trazer inúmeros impactos a eles e aos ribeirinhos também. Em 1989 como hoje, as populações tradicionais têm a mesma queixa: não estão sendo ouvidas nem consultadas. O cacique Raoni, falando em língua Kayapó, lembrou de quando foi condecorado pelo presidente Lula: “Quando o presidente me deu medalhas, eu perguntei se ele ia assinar a barragem. Ele disse que não ia assinar. Mas ele nunca nos juntou para discutir sobre a barragem. Por isso fico preocupado [...]. Não quero barragens no Rio Xingu. Espalhem isso (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2009).

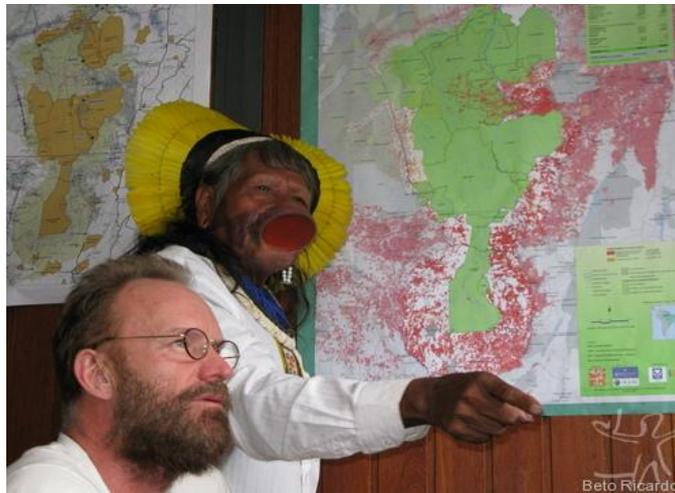
As fotografias (fotografias 6 e 7) que acompanham a reportagem também são emblemáticas de momentos e ciclos vivenciados pelos moradores da região do Xingu e atores sociais:

Fotografia 6 - A foto de Sting e Raoni acompanhou a legenda: “reencontro de dois velhos amigos”



Fonte: Instituto Socioambiental, 2009.

Fotografia 7- Na coletiva de imprensa, Raoni diz: “Não queremos barragens no Rio Xingu. Espalhem isso”.



Fonte: Instituto Socioambiental (2009).

Abaixo, a reprodução no (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014) (imagem 3), do reencontro e da fala de Raoni sobre Belo Monte e o posicionamento dos índios diante da obra:

Imagem 3 - Reprodução de reportagem sobre o encontro entre Raoni e Sting: estratégia e representações diversas na ação contra Belo Monte, no jornal O Estado de São Paulo.



Fonte: Estado de São Paulo (2010).

Do ponto de vista da incidência sobre a imprensa, pode-se dizer que a estratégia foi bem sucedida, ao menos no exemplo citado aqui. A reportagem publicada no site do jornal O Estado de São Paulo, um dos mais importantes do país, retrata com fidelidade o encontro e mesmo alguns dos sentidos que o discurso passou quando retrata com clareza e objetividade a opinião do indígena, inclusive colocando em dúvida a própria postura do então presidente Lula, que teria prometido não construir Belo Monte, mas não cumpriu a promessa.

O texto do jornal ainda reproduz a informação de que Raoni e Sting “são velhos amigos”, além de mencionar o episódio em que Raoni é reconhecido como uma liderança. No texto fica clara a elevação de Raoni a condição de líder importante, envolvido com uma luta da atualidade, mas que não perdeu a simplicidade, os traços culturais de sua identidade (veste as mesmas roupas, fala a mesma língua, usa os mesmos adereços). Lula, por sua vez aparece como um político que fez uma promessa, mas não a cumpriu:

Quando o presidente Lula me deu uma medalha, ele disse que não ia assinar a construção da barragem de Belo Monte”, afirmou ontem em São Paulo o líder indígena Raoni, ao lado de um velho amigo, o cantor britânico Sting. “Fico preocupado: será que ele falou a verdade para mim?”, questionou o cacique, tendo como intérprete seu sobrinho, o líder indígena Megaron. Raoni recebeu, em 2007, a Ordem do Mérito Cultural do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (OESTADODE SÃO PAULO, 2009, grifo nosso).

A reportagem também reproduz o sentido da luta ecológica travada por Sting há pelo menos 20 anos com participação e protagonismo dos índios brasileiros:

Eu sei que a obra faz sentido do ponto de vista econômico, mas, do ponto de vista ecológico, talvez não seja uma boa ideia’, afirmou Sting, ex-líder da banda Police, durante entrevista [...]. O cantor conheceu Raoni durante o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, na cidade de Altamira (PA), em fevereiro de 1989, e se engajou na luta pela demarcação das terras indígenas no Xingu. Logo em seguida, Sting criou em Nova York a Rainforest Foundation [...] (OESTADODESÃO PAULO, 2009, grifo nosso).

c) A internet e seus aparatos em rede

A maior fortaleza de um movimento social é ser reconhecido socialmente por sua autorrepresentação e fidelidade à causa que defende, no caso de um movimento que se articula em rede, esse reconhecimento será tanto maior quanto forem suas formas de pautar no debate público, por meio do espaço midiático, suas demandas e representatividades, formando assim uma rede de reconhecimento e solidariedade. Assim que, neste momento da trajetória dos movimentos sociais, a internet surge como este arcabouço técnico capaz de disseminar em direções diversas os sentidos produzidos e reproduzidos na luta do Movimento Xingu Vivo contra a hidrelétrica de Belo Monte.

Vários autores (GOMES, 2011; CASTELLS, 2013; GOHN, 2010; SCHERER-WARREN, 2010; LEVY, 2009; SODRÉ, 2010) reconhecem o papel da internet como potencializador da ação coletiva. Sobre isso, Scherer-Warren (2010) alega que as redes informatizadas, dirigidas a comunidades virtuais, instrumentalizadas através da internet e de todos os aparatos convergentes que estas plataformas comportam (*homepages, blogs, mailing lists, correios eletrônicos, bancos de dados, redes sociais, etc.*) são típicas das práticas dos movimentos que adotam uma atuação orientada à transnacionalidade. Mediante um arsenal quase infinito de possibilidades digitais e a partir também de bases fixas (como associações de bairro, manifestações de ruas, etc.), esses atores criam espaços alternativos de comunicação, de alcance local, nacional ou transnacional, fomentando a existência de redes de comunicação e redes de redes.

Castells (2013), ao discutir as motivações e metodologias por meio das quais os indivíduos passam do isolamento a uma ação coletiva organizada diz que, além de “uma consonância cognitiva entre emissores e receptores”, é preciso haver “um canal de comunicação eficaz” (CASTELLS, 2013, p. 19). Esse canal, segundo o autor, na atualidade é a internet:

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoas a pessoas, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer outro meio de

comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história (CASTELLS, 2013, p.19).

Para Stasiak et al. (2007), a internet carrega o potencial de possibilidades e parâmetros para a construção da identidade dos sujeitos, já que permite hibridizações com outras formas do real histórico, com potencial de transformação da realidade vivida. “Hoje, o receptor começa a se apropriar do mundo em seu fluxo real através de simulações, ou seja, através de uma outra modalidade de representação social e de um novo regime de visibilidade pública” (STASIAK et al., 2007, p. 2007).

Articulando conceitos de “participação online” e “democracia digital” para o uso e metodologias que os movimentos sociais e outros setores da sociedade, inclusive estatais, empregam a partir da internet para disseminar suas demandas e influenciar as esferas de poder, Gomes (2011) estabelece certos parâmetros para classificar as chamadas “iniciativas digitais” como democraticamente relevantes:

a) Quando são capazes de fortalecer a capacidade concorrencial da cidadania – voltado ao aumento do poder do cidadão em face de outras instâncias concorrentes na disputa pela decisão política do Estado ou na esfera pública. Tal cenário gera, potencialmente, o aumento da transparência do Estado e as formas de responsabilização dos agentes políticos, bem como o fortalecimento da influência exercida pelos cidadãos sobre mecanismos e processos por meio dos quais as decisões são tomadas e implementadas;

b) Quando consolidam e reforçam uma sociedade de direitos e liberdades – tal condição permite, sobretudo às minorias políticas e sociais, não apenas participar, mas se inserir numa luta pela preservação e afirmação de seus direitos e acesso à justiça;

c) Quando promovem a diversidade de agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão política - instrumentalizando meios e oportunidades para que as minorias se representem e sejam representadas na esfera pública e nas instâncias de produção de decisão política.

Por fim, Gomes (2011) propõe:

Um projeto adequado de democracia digital não pode, certamente, incluir apenas a formatação de iniciativas. Iniciativas são meios para a consecução dos propósitos anteriormente indicados (aumento do poder civil, direitos e liberdades, aumento do pluralismo e do poder das minorias). Não sendo elas, tampouco, um fim em si mesmas, devem ser julgadas em função dos fins que as orientam, mas os fins não se alcançam se os meios não forem empregados numa circunstância específica que permita a geração dos seus efeitos (GOMES, 2011, p. 30).

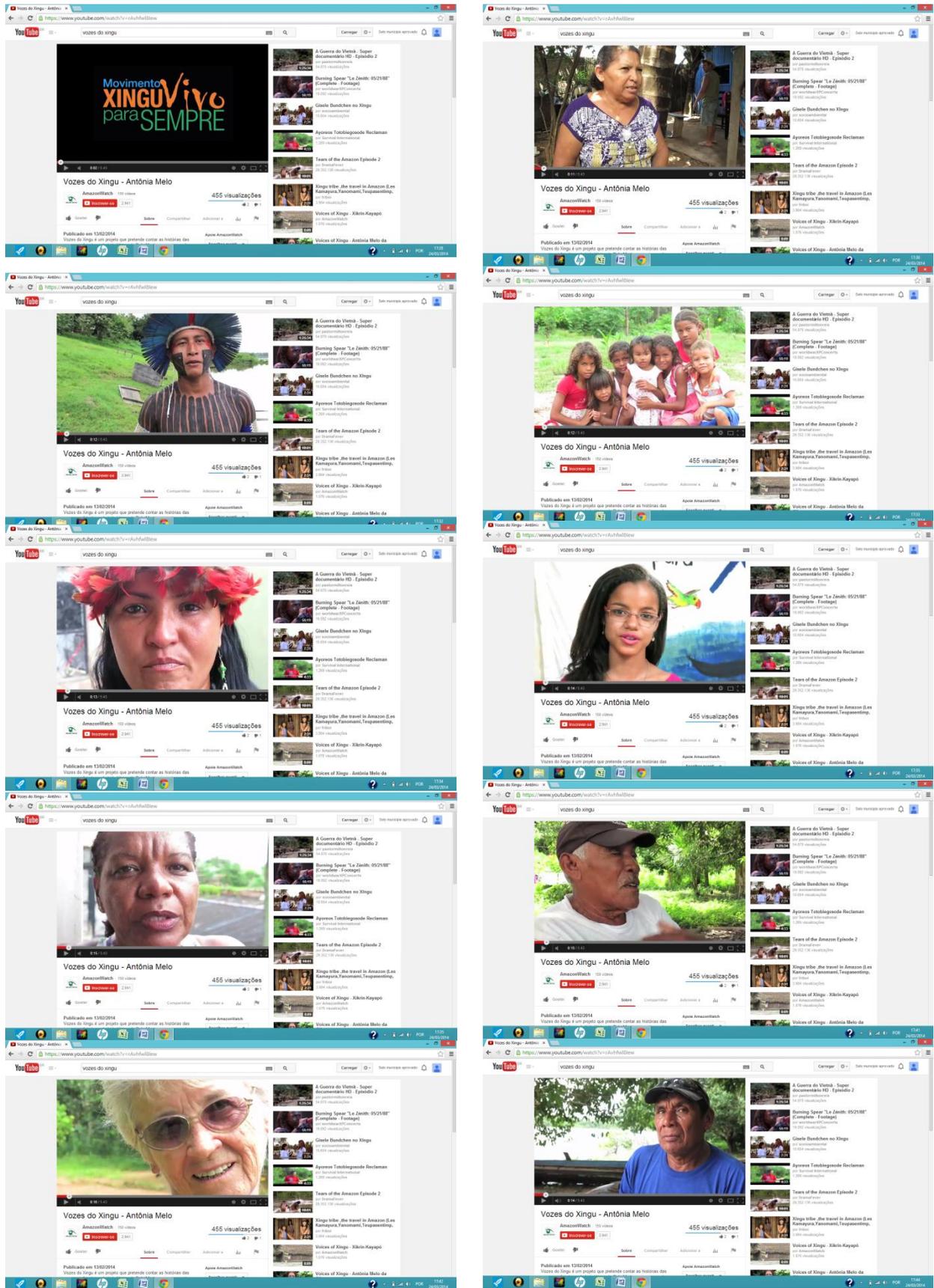
4.3.2 A identidade como escudo e arma

Da configuração resultante dos diversos ciclos de protesto, do movimento de articulação em rede e da apropriação sobre os aparatos técnicos emergem algumas características que demarcam profundamente a atuação dos atores que constituem os sentidos do que se chama Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Uma das mais relevantes representações é uma demarcada e assumida identidade coletiva que opera uma espécie de apropriação (temporal e oportunística muitas vezes, no sentido de Tarrow, 1997) de todas as demais identidades e representações locais (indígenas, ribeirinhas e outras chamadas “tradicionais”) para configurar-se, ao menos no discurso e na prática comunicativa (porque, logicamente, tal assimilação está longe de ser passiva e automática na prática) em uma identidade de “povos do Xingu”, que lutam contra um inimigo comum, o avanço da hidrelétrica de Belo Monte sobre o rio e as áreas por ele atingidas.

Esses sentidos ficam claros no documentário “Vozes do Xingu”(XINGUVIVO, 2014), no qual pessoas de diversas origens falam o que pensam sobre o projeto da Hidrelétrica de Belo Monte (Imagem 4). O documentário, de 5:43 minutos, é aberto com 25 segundos de sucessão de rostos de pessoas de diversas origens, idades, raças e etnias representando claramente a intenção de mostrar os rostos e a diversidades de pessoas que se sentem atingidas pelo projeto e estão dispostas a manifestar tal insatisfação.

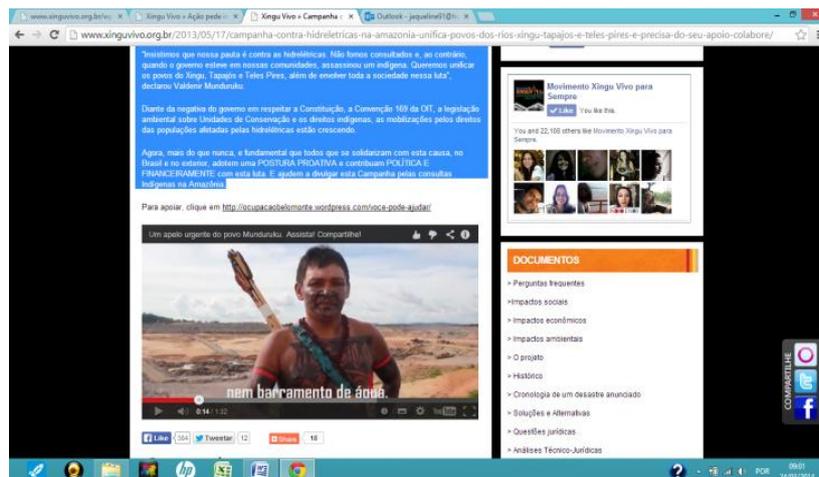
Imagem 4- Reprodução de frames da sequência inicial do documentário “Vozes do Xingu”.



Fonte: Movimento Xingu Vivo para Sempre (2014).

A identidade indígena, por questões políticas e estratégicas, é uma das mais recorrentes nos enunciados produzidos pelo e em parceria com o Movimento Xingu Vivo para Sempre. Tal assertiva pode ser comprovada por meio da análise dos discursos reproduzidos nos espaços de comunicação do MXVPS e outros, como o Youtube e o Facebook. Entre os discursos que fazem menção às questões indígenas, é recorrente o uso de adereços e simbologias, rituais indígenas, língua e todo um acervo cultural e identitário usado como marcador de uma determinada identidade para empreender a ação política. Esses aspectos podem ser observados no vídeo “Um apelo urgente do povo Munduruku” (imagem 5), sob responsabilidade da articulação “(O CUPAÇÃO BELO MONTE, 2014)”³⁵, que ainda que não faça menção direta ao MXVPS tem parceiros em comum e teve o vídeo divulgado no site www.xinguvivo.org.br.

Imagem 5 - Indígena se apresenta com adereços e objetos que expressam sua identidade



Fonte: Youtube/Ocupação Belo Monte/MXVPS (2012).

No vídeo, a liderança indígena Josias *Munduruku*, com pinturas corporais, flechas e demais adereços faz um comunicado, em sua língua própria, sobre o que ele e seu povo consideram uma violação de direitos. Além das imagens, o texto faz uma menção clara a vários aspectos da cultura indígena que são usados como apelo reativo à obra de Belo Monte:

Aquele que estiver nos ouvindo. Quem quer e pode nos ajudar. Não queremos a destruição da terra, nem barramento de água que acabe com as florestas. Por isso estamos aqui onde vai ser represado o rio e vai elevar o nível da água, aqui em Belo Monte. Nós não queremos que aconteça no nosso rio [...]. Fazem isso sem nos ouvir.

³⁵“Ocupação Belo Monte” é uma espécie de manifesto digital. Na página web não há uma definição do que seja, mas fotos e documentos demonstram ser uma iniciativa de apoio a indígenas da região do Xingu e outras regiões afetadas por grandes projetos infraestruturais.

O governo não consulta ninguém. Nós temos nossos filhos, nossos netos e nossos animais, remédios tradicionais e nossas raízes. Estamos precisando da ajuda de todos vocês, parentes. As pessoas que moram do outro lado do mar. Precisamos nos unir só numa força. Só assim podemos ter força para lutar (OCUPAÇÃO BELOMONTE, 2012, grifo nosso).

Após a “fala” da liderança indígena, um leteiro aparece complementando a relação discursiva que representa essas populações, como se vê abaixo:

Nós ocupamos a usina de Belo Monte, lutando por nossos direitos e territórios. Nós queremos ser ouvidos. O governo nos ignorou. A polícia e a Justiça nos expulsaram de lá. Mas nossa luta não acabou, e nós precisamos da sua ajuda (YOUTUBE, 2012).

Sobre a análise dos discursos anunciados, Gregolin (2005) explica que a relação entre formação discursiva (FD) (aquilo que se enuncia) e o interdiscurso (aquilo que está nas entrelinhas, que pode ser desvelado por meio da memória, da cultura e de outros traços não contidos necessariamente na superfície do discurso) é composta de marcadores de memória, de cultura, de identidade. Pêcheux (1988) apud Gregolin (2005) diz que “é próprio de toda FD dissimular, na transparência do sentido que aí se forma [...], o fato de que isso ‘fala’ sempre, antes, fora, ou independentemente [...]”. Assim, os significados dos sentidos expressos nas FDs estão sob a dependência do interdiscurso, ou seja, da memória e/ou de outros traços representativos e identitários de quem enuncia. Sobre o vídeo em questão, é possível afirmar que, do mesmo modo que as palavras superficiais proferidas pela liderança indígena, falam também as flechas que diretamente ou indiretamente simbolizam o estado de guerra ou simplesmente a atitude de reagir ao ataque, as pinturas, que também sinalizam o alerta e o posicionamento de nação contrária à hidrelétrica, etc.:

Em outras palavras, o interdiscurso é o lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciador dará coerência a seu propósito no interior do intradiscurso, da sequência discursiva que ele enuncia (GREGOLIN, 2005).

O conjunto de fotos postadas no *Facebook* e vários textos, como o *post* “Tempos sombrios para os povos indígenas: a guerra da colonização reeditada no Brasil”, postado pela organização Amazônia Real sobre índios do Mato Grosso do Sul e compartilhado por meio do *Facebook* do MXVPS, mostra também esses sentidos quando remete diretamente à memória de povo indígena brasileiro, sem voz, excluído, a quem historicamente foi negado o direito à

identidade distinta e à alteridade. Os enunciados remetem primeiramente à colonização brasileira e depois à abertura da Rodovia Transamazônica.

O que está intrínseco é a operacionalização de um conceito identitário de povo excluído e ameaçado, seja na Amazônia, seja em outros espaços nacionais, por “inimigos” comuns, em algumas situações, e distintos em outras, mas sempre a serviço do capital e/ou dos interesses estatais, como significa o texto a seguir:

Os ataques aos povos indígenas começaram 514 anos atrás, e sempre foram pautados pela lógica de expansão territorial e econômica do país, atingindo períodos de particular crueldade, levando ao extermínio de populações inteiras e ao desaparecimento de grande parte da diversidade sociocultural do país. Hoje é possível dizer que estamos em um destes períodos. Desde novembro do ano passado, assistimos no Brasil a uma avalanche de agressões e ataques explícitos e diretos aos povos indígenas. A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi construída numa época particularmente atroz para os índios. Atravessando terras indígenas e retalhando implacavelmente a floresta, a estrada abriu brechas para a “colonização” da região, – isto é, para a extração de madeira, a criação extensiva de gado (mediante extenso desmatamento prévio) para, mais recentemente, possibilitar o plantio de soja, cana e demais *commodities* – hoje motores econômicos e justificativas “incontestáveis” das atrocidades mais atuais que continuam sendo cometidas [...]. Por Oiara Bonilla, para o Amazônia Real (FACEBOOK, 2014, grifo nosso).

Ou a fotografia que simula um índio morto sobre a bandeira brasileira, emite significados de que o Brasil, como Estado nacional, está matando os indígenas em suas formas de reprodução, sejam materiais, sejam culturais (fotografia 8):

Fotografia 8 - Imagem veiculada em campanha pelo respeito e reconhecimento da cultura indígena



Fonte: Facebook Movimento Xingu Vivo para Sempre (2012).

Porém, fica explícito também nas imagens que o autorreconhecimento da condição de povo com direitos violados, não é suficiente para esconder os sentidos de luta, de negação das agressões e de reação a elas e seus representantes não como elemento isolado na cultura, mas como coletivo que, apesar das diferenças culturais entre etnias, têm traços comunitários.

Fotografia 9 - Índios de etnias do Mato Grosso do Sul



Fonte: Amazônia Real/Movimento Xingu Vivo (2013).

A maioria das fotografias publicadas diretamente pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre ou compartilhadas por meio de suas redes são carregadas de simbologias, como na primeira imagem da fotografia 9 em que o índio, com seus aparatos e vestimentas, vira as costas para destruição imposta ao um grande projeto e parece cobrar, com o olhar firme, que a sociedade brasileira se posicione frente à agressão; ou ainda a imagem em que a mulher parece apontar seus agressores e mandar um recado (fotografia 9); na foto da criança índia de olhar terno, que sempre simboliza a esperança de um futuro melhor para as futuras gerações

(Fotografia 10); ou na dureza do índio *Munduruku* (fotografia 11) na campanha que a nação faz contra Belo Monte e contra as futuras hidrelétricas do Tapajós e Teles Pires, em rios homônimos entre os Estado do Pará e Mato Grosso³⁶.

Fotografia 10- Criança indígena em campanha de mobilização



Fonte: Facebook Xingu Vivo (2013).

Fotografia 11- Campanha dos *Munduruku* contra BM



Fonte: Facebook Xingu Vivo (2013).

Emblemática também é a foto do índio (imagem 6), de rosto enrugado, pintado de negro, rodeado de jornalistas, inclusive de grande alcance e audiência, como Rede Globo e SBT, uma associação direta à Tuíra, Payakan, Raoni e outros líderes indígenas que levaram à

³⁶O rio Teles Pires é afluente do Rio Tapajós.

grande mídia (apropriando-se de seu suposto poder de influência) o que pensam e sentem com relação a grandes obras como Belo Monte e outras que influenciam seus territórios. Na imagem, o cacique Vicente, da Aldeia Sai Cinza, dos *Munduruku* de Jacareacanga (PA), faz questão de falar em sua própria língua, desde o início um traço de afirmação identitária. A reportagem é aberta com a seguinte mensagem:

Queremos a consulta prévia e a suspensão de obras e estudos das barragens dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, sobre as quais não fomos consultados – carta nº 06 , Altamira, 10 de maio de 2013. Durante oito dias, as etnias Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakaña, Arara e ribeirinhos ocuparam um dos canteiros da UHE Belo Monte (FACEBOOK, 2013).

Além de um sentido de povo indígena, que ultrapassa a distinção étnica, a reportagem estabelece um sentido de luta coletiva e termina com sons de gritos de guerra e o leiteiro: “Essa luta está recomeçando” (imagem 7), outra menção a lutas indígenas, inclusive a ação da década de 90, que teve os índios como protagonistas, marcou a fundação do MXVPS e conseguiu, naquele momento, parar os estudos nas bacias hidrográficas da Amazônia para aproveitamento hidrelétrico, o que os índios continuam querendo mais de 20 anos depois.

Imagem 6 - Indígena fala com jornalistas sobre grandes obras na Amazônia



Fonte: Facebook Xingu Vivo para Sempre (2012).

Imagem 7 - Mensagem final em vídeo produzido por movimentos sociais.



Fonte: Facebook Xingu Vivo para Sempre (2013).

Fica aparente nestes textos a questão da identidade territorial e do direito à diferença, sustentados pela ideia de que tais populações (os povos do Xingu, no caso) estão dotadas de saberes e metodologia capazes de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e que tais saberes e metodologias devem ser reconhecidos, respeitados, considerados e afirmados, ainda que isso represente uma suposta paralisação da obra e a busca por outras formas de garantir a autonomia na geração de energia elétrica no Brasil, como diz também uma das lideranças do movimento em Altamira:

Se a vontade é que não tenha Belo Monte, então que não tenha Belo Monte. E nós somos contra. Nós temos direito de nos manifestar e ninguém pode cercear nossa liberdade de expressar nossa opinião, o que não foi feito. Nós somos cerceados até hoje (informação verbal)³⁷.

Sobre isso, Teisserenc (2010) localiza a discussão em termos de uma reinvenção nas formas de fazer política a articulando identidades e colocando-as em perspectiva no jogo contemporâneo por espaço e reconhecimento, ao mesmo tempo em que reinventam as formas de fazer política (TEISSERENC, 2010, p. 13).

O acervo com o qual se articulam os povos do Xingu ao contrapor-se ao projeto Belo Monte joga com suas próprias formas de vida, seu “mundo da vida”, para usar o conceito de horizonte proposto por Habermas (1987) e Husserl (1901), como afirma também Castro (1998):

³⁷ Entrevista concedida por PARCEIRO, liderança de. Entrevista II. [abril de 2013]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Altamira, 2013. Arquivo MP3 (100 minutos).

O que está em questão é a vida – o mundo da vida como fala Habermas – e as populações tradicionais não somente estão no meio dos processos de mudanças mais profundos de nossa contemporaneidade, marcada pela intensificação da lógica de mercado e das estruturas de poder burocratizadas, como também são chamadas a participar como importantes interlocutoras (CASTRO, 1998, p. 8).

Outro aspecto relevante na articulação entre movimento social e identidade, como assevera Teisserrenc (2010), é que:

A reivindicação do território pelos diversos grupos sociais se impõe como uma reivindicação global, envolvendo o estatuto social das populações tradicionais, o uso da terra (ou do rio), as formas de produção, os modos de organização coletiva e o reconhecimento de sua identidade em referência a uma cultura.

Além do aspecto cultural, o reconhecimento de tais saberes e identidades estão reconhecidos normativamente em vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, reconhecimento este que, ainda que careça de afirmação no plano do real, significa um importante impulso ao fortalecimento da identidade, da cultura e do direito de ser diferente em diversos aspectos, inclusive como nação soberana. Isso fica claro nos inúmeros vídeos, textos, documentos emitidos pelo MXVPS e seus parceiros clamando à Justiça Brasileira que confirme no plano da lide processual ensejada pela obra de Belo Monte os pressupostos normativos relativos às oitivas de comunidades. Vejamos alguns desses documentos já publicizados por meio dos canais de comunicação do MXVPS e os sentidos que deles emanam. O texto “Campanha contra hidrelétricas unifica povos dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires e precisa do seu apoio”³⁸ é um exemplo ao mostrar a articulação entre nações indígenas dos rios Xingu, Teles Pires e Tapajós, todos alvo de projetos de barramento para energia hidrelétrica. O texto fala da unificação na ação de ocupar o canteiro de obras e forçar a paralisação dos trabalhos de construção civil da UHE de Belo Monte, além da consulta que lhes é assegurada normativamente:

Povos dos rios Xingu, Teles Pires e Tapajós exigem a consulta sobre os empreendimentos hidrelétricos projetados pelo governo federal que afetam seus territórios. A consulta é uma exigência da Convenção 169 da OIT e da Constituição Federal, e não ocorreu em nenhum dos projetos – Belo Monte, Complexo do Tapajós e Teles Pires. Ainda assim, o Palácio do Planalto segue impondo as obras.

Por não ter ocorrido a consulta, os indígenas reivindicam a suspensão dos trabalhos das usinas. São 14 barragens planejadas no corpo dos três rios, alagando ou alijando das águas áreas de ocupação tradicional, demarcadas, reivindicadas ou em fase de estudos pela Funai (MOVIMENTOXINGUVIVO, 2013, grifo nosso).

³⁸ Publicado no site Xingu Vivo para Sempre em 17 de maio de 2013.

São articulados no texto os sentidos da identidade relacionada à relação comunal típica das nações indígenas, e ao local, ao território, não somente ao rio, mas aos sítios arqueológicos, cemitérios e espaços de memória e rituais:

Algumas comunidades perderão o usufruto tradicional do rio, como no caso de duas comunidades da Volta Grande do Xingu [...] e em outros casos ficarão debaixo d'água, caso dos Munduruku – no rio Teles Pires, o sítio arqueológico e local sagrado aos indígenas, Sete Quedas, será alagado; aldeias, cemitérios, áreas de caça e convívio socioambiental também irão para debaixo das águas das barragens (MOVIMENTOXINGUVIVO, 2013, grifo nosso).

No mesmo texto, após evocar elementos identitários, são chamados ao discurso as representações que lembram à exclusão e violência a que os índios são submetidos historicamente pelo Estado brasileiro e, na atualidade, especialmente em relação à construção de hidrelétricas:

Insistimos que nossa pauta é contra as hidrelétricas. Não fomos consultados e, ao contrário, quando o governo esteve em nossas comunidades, assassinou um indígena. Queremos unificar os povos do Xingu, Tapajós e Teles Pires, além de envolver toda a sociedade nessa luta”, declarou Valdenir Munduruku (MOVIMENTOXINGUVIVO, 2013, grifo nosso).

Em seguida, o discurso se volta estrategicamente aos interlocutores nacionais e internacionais, inclusive com a menção à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o mais importante dispositivo normativo internacional de direitos indígenas:

Diante da negativa do governo em respeitar a Constituição, a Convenção 169 da OIT, a legislação ambiental sobre Unidades de Conservação e os direitos indígenas, as mobilizações pelos direitos das populações afetadas pelas hidrelétricas estão crescendo. Agora, mais do que nunca, e fundamental que todos que se solidarizam com esta causa, no Brasil e no exterior, adotem uma postura proativa e contribuam política e financeiramente com esta luta. E ajudem a divulgar esta Campanha pelas consultas indígenas na Amazônia (MOVIMENTOXINGUVIVO, 2013, grifo nosso).

O texto “Governo é denunciado na ONU por violação dos direitos indígenas” também faz menção aos aparatos normativos aos quais os indígenas recorrem para tentar afirmar seus direitos à consulta. Também são citados todos os procedimentos processuais ajuizados pelo Ministério Público Federal, totalizando mais de 20 processos de Ação Civil Pública (ACP) desde 2001, uma delas referente à ausência de consulta prévia aos indígenas, conforme determinado pelo artigo 231 da Constituição Federal e a Convenção 169, da OIT.

O texto é introdutório à publicização de mais um documento produzido conjuntamente por organizações parceiras e/ou solidárias à causa contra Belo Monte e defendido por ativistas

e indígenas na Sessão do Conselho de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU) (fotografia 12). Declaração conjunta: “Grandes barragens e violações dos direitos dos povos indígenas na Amazônia brasileira”:

As violações sistemáticas dos direitos de povos indígenas no planejamento, licenciamento e construção de grandes barragens na Região Amazônica, previamente denunciadas por ONGs durante sessões do Conselho dos Direitos Humanos da ONU (março e setembro de 2012) - assim como em várias petições entregues por entidades da sociedade civil brasileira e internacional para relatores das Nações Unidas, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - não apenas permanecem sem resolução, mas têm se intensificado, junto com suas consequências devastadoras para populações afetadas e o meio ambiente. Essa declaração apresenta uma breve atualização sobre violações dos direitos dos povos indígenas e tribais – particularmente o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) – nos casos do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte no rio Xingu e na bacia vizinha do rio Tapajós, atual foco dos ambiciosos planos do governo brasileiro para expandir a construção de grandes barragens na Amazônia (XINGUVIVOPARASEMPRE, 2014).

Há também no manifesto destinado à ONU uma clara denúncia do que os movimentos indígenas e sociais consideram uma violação de direitos por parte do Estado brasileiro:

Enquanto as populações indígenas do Xingu e do Tapajós têm protestado na defesa de seus direitos, a resposta do governo brasileiro não tem sido o diálogo, mas a intimidação, a criminalização e a repressão, junto com tentativas de cooptação de lideranças de movimentos de resistência. No caso de Belo Monte, a Força Nacional atua hoje como se fosse um serviço de segurança privada para o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e a Norte Energia, S.A. (detentora da concessão governamental para construir a barragem) enquanto são criminalizadas lideranças do Movimento Xingu Vivo e dos povos indígenas. [...] (XINGUVIVOPARASEMPRE, 2014).

Fotografia 12- Sônia Guajajara, com adereços típicos de sua etnia, no Conselho de Direitos Humanos da ONU.



Fonte: Movimento Xingu Vivo para Sempre (2014).

O documento encaminhado à ONU foi divulgado em português e inglês e assinado pelas seguintes organizações no Brasil e restante da América Latina: Alianza Sistema de humedales Paraguay/Paraná; Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA); Associação Agroecológica Tijupá; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA); Fórum da Amazônia Oriental (Rede FAOR); Fórum Carajás; Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP); Fundación M'Biguá Argentina; Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto Socioambiental (ISA); Instituto Humanitas, de Belém; Instituto Madeira Vivo (IMV); Instituto Transformance; Justiça Global; Justiça nos Trilhos; Mariana Criola Assessoria Popular; Movimento e Articulação de Mulheres do estado do Pará (MAMEP); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS); Projeto Rios de Encontro; Rede Brasileira de Arteducadores; Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH); Terra de Direitos. Na Europa e América do Norte: Ação por um Mundo Solidário (ASW); Amazon Watch, dos Estados Unidos; Amnesty International, da França; Association of International Lawyers; Bianca Jagger Human Rights Foundation; Indian Council of South America (CISA); International Educational Development; International Rivers, dos Estados Unidos; KoBra – Kooperation Brasiliene.V, da Alemanha; Pro REGENWALD, da Alemanha; egenwald-Institut (Instituto Floresta Tropical), da

Alemanhã; Rettetden Regenwalde.V., da Alemanha; Society for Threatened Peoples, da Suíça/Alemanha; Survival International.

O reconhecimento dos saberes das populações tradicionais, notadamente os povos indígenas, ganhou um importante reforço no plano normativo com reflexos imediatos no plano político e na afirmação dos movimentos protagonistas indígenas com a promulgação das chamadas constituições multiculturais em países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. Beltrão (2010) considera que tais constituições implicam marcadores sociais de diferença, que se expressam em conceitos jurídicos e, ao mesmo tempo, “revelam maneiras de se apresentar e representar o discurso sobre a diversidade cultural. (BELTRÃO, 2010, p. 716).

Segundo Beltrão (2010) tais constituições, que surgem na sequência da abertura política nos diversos países latino-americanos, são consequência e causa do protagonismo do movimento indígena contra a exclusão histórica do direito à diferença, contra o caráter etnocêntrico da cidadania liberal e a superação do princípio da tutela sobre os povos indígenas, provocando, por outro lado, a instrumentalização local, nacional e internacional do movimento social para afirmação da categoria “indígena” como identidade política simbólica que articula, visibiliza e acentua as identidades étnicas de fato, além do pan-indigenismo. Como complementa a autora:

Nem sempre a noção de cidadania adotada inclui o reconhecimento do direito de diferenciação legítimo que garanta a igualdade de condições constituintes de novos campos sociais e políticos que permitam aos povos indígenas serem cidadãos plenos sem deixar de ser membro igualmente pleno de suas respectivas sociedades (BELTRÃO, 2010, p. 716, grifo nosso).

Quando grupos indígenas que se sentem ameaçados pelas obras de Belo Monte dizem em vídeos, panfletos, manifestos, cartas e vários outros tipos de documentos endereçados, por meio da apropriação sobre redes de comunicação (*sites, blogs, Facebook, twiter, etc.*), aos mais diversos espaços e segmentos da sociedade, eles estão afirmando que não precisam deixar de serem índios (índios da região do Xingu, na Amazônia Brasileira, com todos os símbolos e cosmologias que isso implica) para obter respeito, reconhecimento e legitimidade sobre sua manifestação contrária à obra de Belo Monte, por mais que essa obra represente, por outro lado, um símbolo de progresso e da eficiência energética, na condição de uma anunciada terceira maior hidrelétrica do mundo, com as vantagens que isso pode significar.

Obviamente, o que está em jogo não é uma aldeia e uma obra, mas um conjunto de relações antagônicas que contrapõem sujeitos e racionalidades distintas, porém presentes e

ativas na busca por reconhecimento. Beltrão (2010) coloca essa discussão na perspectiva das medidas e parâmetros com os quais colonialismos internos e externos modificam as noções de cidadania e identidade e cerram as possibilidades de vida em um mundo radicalmente plural. A autora questiona: “quais as estratégias de luta dos povos indígenas para manter suas identidades e autonomias”.

Se já há no campo normativo um princípio geral que estabelece que o que é diferente (cosmovisões) não pode necessariamente ser traduzido para ser adaptado ao externo, o passo seguinte é o reconhecimento, não apenas normativo, mas societário. Este é o sentido de luta do menino Tiago, de 9 anos, da etnia Arara quando tenta, no vídeo “Menino Arara do Xingu manda recado para Dilma”, veiculado pelo canal do Movimento Xingu Vivo no (YOUTUBE, 2013) (imagem 8-argumentar sobre a destruição de sua vida e natureza com objetivo de convencer a presidente Dilma Rousseff de que Belo Monte não é uma obra positiva para sua cultura e futuro:

Presidenta Dilma, antes de pedir alguma coisa, eu quero falar para ela ajudar as pessoas, principalmente a população dos índios. No rio não tem que acontecer essa barragem porque muita gente necessita do rio. Se acontecer isso muita gente vai morrer, muita gente vai sofrer. Ela tem que fazer algo. Ela é a presidente, mais ninguém. Como ele pode ajudar a população indígena? Mandando melhora para a aldeia, mandando alguma coisa assim, entende? Alguma coisa que tenha futuro. Ela se colocou no cargo da presidência, ela que tem que assumir essa responsabilidade (YOUTUBE, 2013).

Imagem 8 - Menino Arara faz apelo a Dilma Rousseff.



Fonte: Youtube (2013).

4.3.3 O território como lugar do discurso e da afirmação da identidade

Um dos sentidos identitários que emerge fortemente da ação de apropriação e dos discursos enunciados pelos povos de Xingu está em paralelo ao território, ao rio, à floresta e tudo aquilo que, em torno desses elementos, se constitui em acervo à reprodução social e material. Vejamos os conceitos presentes no texto a seguir, um “viral” disseminado por meio de centenas de redes sociais, entre elas a Marcha Mundial do Clima, uma espécie de comunidade virtual vinculada à defesa do meio ambiente, e o *Facebook* do MXVPS:

Índio é ser humano e índio é terra, se tiramos a terra do índio (terra em que ele nasceu e vive há milênios), forçamos genocidamente que ele quebre seu convívio e sua conexão com a mãe terra [...]. Nós matamos o índio e trazemos só seu corpo para longe de sua terra, mãe terra, embora ele ainda respire, ande, coma... ele está morto!!! [...] Índio se mata com armas, mas mais ainda se mata tirando sua terra [...] Marcha Mundial do Clima/SOSClima Terra. (MOVIMENTOXINGUVIVOPARASEMPRE, 2014, grifo nosso).

As concepções de território são múltiplas, mas as mais significativas para as concepções trazidas à análise desta dissertação são aquelas que dão ao território um perfil de lugar de pertencimento, de possibilidades diversas de reprodução material e simbólica e de exercício de identidades legítimas, portanto, nesse ponto, um lugar simbólico nas tramas de ação e reação.

Utilizando-se do conceito de “lugar” para falar das relações identitárias e de território, Escobar (2010) trata o “lugar” não como um espaço de convivência ou semelhantemente superficial, geometricamente delimitado. Para o autor, os sentidos que articulam alguns grupos unificados por algum tipo de identidade territorial, local, étnica ou racial (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, 2014)³⁹, por exemplo, equipara o “lugar” a um projeto, na medida em que está relacionado com a conversão do “lugar” em uma luta por uma determinada identidade, por uma determinada representação, no sentido político e afirmativo do que se deseja para si e para sua comunidade:

³⁹ Para desenvolver sua teoria sobre o “lugar”, Arturo Escobar se baseou na experiência do Processo de Comunidades Negras do Pacífico (PCNP), uma coalizão formada por cerca de 100 organizações étnicas e territoriais localizadas na área do Pacífico colombiano. Foi formada na década de 90.

Construir o lugar como projeto, converter o imaginário baseado no lugar em uma crítica radical ao poder, e alinhar a teoria social com a crítica do poder, requer aventurar-se até outros terrenos [...]. Certamente, o ‘lugar’ e o ‘conhecimento local’ não são panaceias que resolverão os problemas do mundo. O conhecimento local não é puro, nem livre de dominação; os ‘lugares’ podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados ao mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras estão determinados por elas. A defesa do conhecimento local que se propõe aqui é política e epistemológica, e surge como um discurso antiessencialista do que é diferente (ESCOBAR, 2010, p. 129).

Para Castro (1998), a categoria “território” equivale ao “espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”. Citando Godelier (1984), Castro (1998) acrescenta ainda “o território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas”. Da mesma maneira que os aparatos tecnológicos para uso dos recursos territoriais, há um sentido imaterial nessa operação, que deve ser considerado, não redutível às técnicas agrícolas, de pesca ou extrativismo. Decola (1997) apud Castro (1998) mostra que:

Além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etológicos empregados pelos índios em suas atividades de subsistência, era o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que devia ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico de funcionamento do seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantenha em um estado de homeostasia (DECOLA apud CASTRO, 1997, p. 5).

Nesse sentido, a fotografia de crianças indígenas brincando à beira do rio (fotografia 13) é emblemática não apenas por significar o sentido de “se sentir parte”, de se sentir continuação de um espaço natural, mas também da ideia de continuidade, futuro que crianças representam.

Fotografia 13 - Crianças brincam às margens do rio, símbolo de futuro e continuidade



Fonte: Movimento Xingu Vivo para Sempre/Taylor Weldman (2013).

Esses sentidos materiais e imateriais podem ser percebidos nos discursos que envolvem não apenas os indígenas, mas as populações tradicionais e de agricultores que foram ou sabem que serão desapropriados pelas obras ou em função de ocuparem áreas que serão alagadas futuramente. As comunicações emitidas pelo MXVPS e divulgadas por meio de suas redes virtuais ilustram isso, a exemplo do texto que abre este tópico e alguns que seguem, vários deles produzidos e reproduzidos em função da desocupação da Agrovila Santo Antônio⁴⁰.

Historias que sumirão com as inundações.

A Vila Santo Antônio representa bem o impacto social que um empreendimento do porte da hidrelétrica causa. Qual o valor justo de uma indenização? Como calcular? “Me deram onze mil na minha casa”, diz Neca, uma mulher negra, de pouco mais de 30 anos. “Mas acho que faltou união da comunidade para brigar por mais direitos”.

“Perdemos a unidade de organização”, admite Edvan Gomes, 43 anos, que tenta, sem sucesso, unir a comunidade numa só voz. Só que a maioria aceitou o dinheiro disponibilizado pelo consórcio Norte Energia. “Sem voz igual, fica mais difícil resistir”, diz Gomes. Amadeu Fiok resiste. Já recusou dinheiro alto pela venda do imóvel. “Eles dizem que não interessa o tempo que estou aqui, mas eu moro aqui há 41 anos. Quando cheguei, a gente ia a pé para Altamira. Como é que isso não conta?”, reclama.

É o que pensa também Paulo Roberto de Souza, um paulista de 50 anos que trocou a boleia de caminhões para viver em Altamira. “Conheço o Brasil todo, mas é aqui o meu paraíso”, diz. O paraíso à qual ele se refere é o rio Xingu, que Souza pode alcançar em poucos passos a partir da casa onde mora (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2013, grifo nosso).

⁴⁰A agrovila Santo Antônio estava localizada no quilômetro 50 da Rodovia Transamazônica, no município de Vitória do Xingu. Formada desde a década de 70 durante o processo de colonização da região Amazônica, agrupava cerca de 25 famílias de agricultores e pescadores.

Sentidos como esses operados por moradores do Xingu e apropriados estrategicamente pelo MXVPS para empreender uma luta contra o projeto de Belo Monte, segundo Escobar (2010) não nascem de exterioridades, mas são forçados justamente pelo protagonismo dos movimentos sociais:

Os estudiosos e ativistas de estudos ambientais não somente estão sendo confrontados pelos movimentos sociais que mantêm uma forte referência ao lugar - verdadeiros movimentos de apego ecológico e cultural a lugares e territórios -, mas também confrontam a crescente compreensão de que qualquer perspectiva deve levar em conta os modelos de relação com a natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham (ESCOBAR, 2010, p. 114).

A perspectiva apresentada por Escobar (2010) é importante para marcar que, ainda que exista um processo de apropriação estratégica de aparatos de comunicação, uma ação tática voltada à reação em contextos e redes transnacionais de comunicação e solidariedade, um alto grau de interconexão, as relações se constroem e se estruturam a partir da identidade e da identidade que se relaciona com a experiência do *lugar*, do rio e da floresta, no caso dos povos do Xingu. Essas práticas estão arraigadas através de símbolos, rituais, práticas e, sobretudo, em relações sociais (que também muitas vezes se distinguem das práticas modernas, capitalistas ou metropolitanas dominantes).

Quando operam esses sentidos, esses movimentos enfatizam ao menos quatro direitos fundamentais: direito à sua identidade, ao seu território, à autonomia política e o direito a exercer e viver sobre sua própria visão de desenvolvimento, todos direitos que são violados pelo projeto de Belo Monte, segundo a perspectiva do MXVPS e das populações retratadas.

O projeto Damocracy (www.damocracy.org) foi criado em 2010 como uma articulação entre MXVPS, *Amazon Watch*, *International Rivers*, Movimento Gota d'Água e ISA para debater as relações entre os danos causados pelas hidrelétricas, tendo as hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu no Pará, e Ilisu, no rio Tigre, na cidade de Hasankeyf, na Turquia, como suas principais bandeiras de luta, descritas como “símbolos da destruição causada pela grandes barragens ao redor do mundo” (imagem 9).

Imagem 9 - O banner eletrônico do projeto Damocracy: entre a Amazônia e a Mesopotâmia.



Fonte: Damocracy.org (2013).

Embora oriundas de lugares, culturas e identidades radicalmente distintas, as comunidades são unificadas por meio dos sentidos emergentes das questões do local como projeto, ameaçado por uma racionalidade distinta, que não reconhece os sentidos do local que as populações que vivem nos locais lhes dão. Narrado para a versão em português pela atriz da Rede Globo Letícia Sabatella, o documentário Damocracy, que até março de 2014 se encontrava em destaque na página inicial do site www.xinguvivo.org.br, mostra esses sentidos, quando discute, em paralelo, o apego e a luta de populações e movimentos sociais no Pará e na Turquia, definidas como distintas por suas histórias, culturas e identidade, mas aproximadas por uma luta e identidade territorial:

São duas nações separadas por um oceano de diferenças, envolvendo duas culturas distantes, mas com um objetivo em comum: manter os últimos rios do mundo desobstruídos, correndo livremente [...]. Apesar de estarem em duas partes diferentes do mundo, afetando distintas culturas e meio ambientes as barragens de Belo Monte e Ilisu possuem muitas similaridades. Ambas não saíram do papel por décadas e ambas geraram muita indignação também por décadas. Por mais de uma vez os dois projetos foram cancelados. Vinte e três anos atrás, o Banco Mundial colocou um ponto final no financiamento de Belo Monte após uma forte reação nacional e internacional de oposição a essa ideia. Na Turquia, agências de crédito europeias cancelaram seus financiamentos bancários para Ilisu em 2009 quando o governo turco deixou de atender quase todos os critérios necessários para proteger o meio ambiente, o patrimônio cultural e as comunidades locais. Devemos lutar juntos contra as barragens monstros. Devemos estar juntos, porque eles estão juntos. Acredito que devemos nos unir como os rios. Acredito que não se pode perder o rio Xingu, porque se perdermos o rio Xingu, perderemos o rio Tigre, na Turquia (MOVIMENTO XINGUVIVO PARASEMPRE, 2013)

Na sequência do texto, as duas cidades, Altamira, no Brasil, e Hasankeyf, na Turquia, são comparadas, criando um sentido de que, mesmo em polos extremos do planeta, há uma força desenvolvimentista comum, o que pode provocar, portanto, uma luta contrahegemônica também comum:

Hasankeyf é um museu a céu aberto, é, na verdade, o início da civilização. A barragem de Ilisu é a maior e mais polêmica das 1.500 barragens e projetos de usinas hidrelétricas que o governo turco planeja construir até 2023. Isso significa que uma área maior que 310 km² seria inundada na Mesopotâmia, afetando cinco importantes áreas de biodiversidade, enquanto destrói reservas naturais. Mais de 300 sítios arqueológicos serão inundados, incluindo a cidade histórica de Hasankeyf. Mais de 35 mil pessoas serão forçadas a se mudar [...]. Do outro lado do mundo, na Região Amazônica, o rio Xingu segue por quase dois mil quilômetros. Ao longo de muitas curvas e meandros do rio, moram 25 mil índios, de 18 etnias diferentes. É um dos rios mais importantes para a vida das populações locais, indígenas, ribeirinhos e pescadores. Ainda assim, o Xingu está sendo barrado para abrir caminho para uma das mais de 40 grandes hidrelétricas previstas na Amazônia Brasileira. A barragem de Belo Monte é a mais ambiciosa e a mais polêmica de todas elas. [...] A construção de Belo Monte provocará a remoção de aproximadamente 40 mil pessoas da cidade de Altamira e da região. Vai inundar uma área de 668 km² de floresta tropical e reduzir uma parte importante da vazão do rio Xingu em 80%, deixando comunidades indígenas e outros habitantes sem água, sem peixes e sem meios de locomoção. [...] Belo Monte vai trazer vários impactos ambientais, principalmente este, a seca do nosso rio Xingu (MOVIMENTO XINGU VIVOPARASEMPRE, 2013).

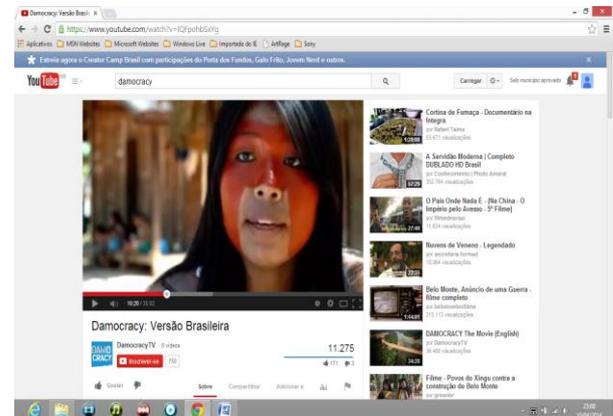
No documentário aparecem depoimentos como da anciã turca Hasibe Gürzel (imagem 10): “Nossos avós e pais moraram aqui por séculos. Quero permanecer aqui, como as gerações anteriores à minha”, e da adolescente Mayalu Txucarramãe, Kayapó (imagem 11): “A água não é importante só para a gente; é importante para a terra, para equilibrar o nosso ambiente. A água é a vida da gente”, mostrando valores culturais e identitários importantes para os dois povos.

Imagem 10 - Anciã Hasibe Gürzel, de Hasankeyf.



Fonte: Democracy/Youtube (2014).

Imagem 11- Mayalu Txucarramãe, da etnia Kayapó.



Fonte: Democracy/Youtube (2014).

Castro (1998) traz uma dimensão fundamental ao território, ao lugar, quando o associa à construção, afirmação ou luta por reconhecimento da identidade, lembrando que “os lugares ocupados na história do grupo permitem refazer dimensões específicas de ser e existir”, além de revelar planos de organização social que são importantes nas instituições sociais dos grupos. Além disso, ao território é atribuído o papel fundamental de espaço para a reprodução da existência e a manutenção da identidade de grupos populacionais, como as populações do Xingu e de Hasankeyf.

Movimentos como os empreendidos em Hasankeyf e em Altamira pelo MXVPS e seus aliados são discutidos na perspectiva de que, a partir da identidade do lugar, há uma luta concebida em termos de diferenças culturais que estão relacionadas ao sentimento de pertencimento a um determinado território. Sobre essa articulação, argumenta Escobar (2010):

A maioria desses movimentos é concebida em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que isto significa. Não são movimentos para o desenvolvimento nem para a satisfação de necessidades, apesar de que, supostamente, as melhoras econômicas são importantes para eles. São movimentos originados em um pertencimento cultural e ecológico a um território. Para eles, o direito de existir é uma questão cultural, política e ecológica (ESCOBAR, 2010, p. 130).

5 CONCLUSÕES

Como um trabalho de Comunicação, portanto multiperspectívico (KELLNER, 2001), com vários enfoques, mesclando, sob o manto da Comunicação temas, categorias e conceitos que, isoladamente já dariam vazão a discussões infundáveis, como identidade, política, reconhecimento, minorias e outros que surgiram de maneira mais ou menos aprofundada nas páginas que antecederam esta conclusão, é relativamente complexo chegar a conclusões de forma sucinta sem esquecer pontos importantes ou valorizar aspectos que seriam secundários.

De forma bastante didática, a proposta é analisar as hipóteses norteadoras do trabalho de pesquisa e, ao final, propor uma conclusão sobre o que significam, aí vistos de maneira global, os pressupostos aventados sobre o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), sua ação e o que ela oferece, como modelo e/ou trajetória, à discussão do campo epistemológico central da dissertação, a comunicação (lembrando sempre, não qualquer comunicação, mas aquela que figura como estruturadora das relações sociais e do espaço público plural, contribuindo para a afirmação dos seres humanos em sua dignidade e para uma sociedade mais justa e plural onde as diferenças co-habitem o espaço social e privado de forma natural).

As hipóteses de pesquisa se apresentam e se articulam a partir do pressuposto geral de que existe uma trajetória de ação coletiva na Amazônia que se apropria de ferramentas de comunicação, particularmente a internet, e da cultura da mídia. Esse processo de apropriação não se dá de maneira fortuita, mas apresenta um *modus operandi* que tem a haver com:

a) A própria história dos grupos que integram esse coletivo, uma história de violações de direitos e silenciamento diante do quadro geral de influência societária, além da crise de legitimidade sobre representantes do Estado (também em função da história de interferências despeitosas);

b) As representações e significações de suas identidades, sobretudo no cenário nacional e internacional contemporâneo, ou seja, o que significa ser índio, ribeirinho, agricultor ou membro de uma comunidade tradicional na Amazônia e possuir uma forma de vida e cultura distinta das formas hegemônicas da sociedade ocidental contemporânea;

c) A percepção destes grupos do entorno político para obter resultados do processo de apropriação sobre os aparatos digitais e cultura da mídia. Isso significa que, se houve um momento em que índios e demais populações tradicionais da Amazônia eram vistos de maneira exótica ou tutelada, no atual cenário de lutas políticas, eles se convertem em protagonistas capazes de perceber e se utilizar de movimentos nacionais e transnacionais

mobilizados por personalidades de influência em torno de questões ambientais e desenvolvimentistas para dar visibilidade às suas lutas e demandas.

Essa trajetória, ainda que apresente discursivamente e estrategicamente o objetivo de parar Belo Monte e os demais projetos de barramentos para usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia, carrega um potencial de fortalecimento do debate público e inserção destes sujeitos coletivos nos espaços de decisão política e poder institucionalizado. Isso significa que, ainda que se neguem a negociar condicionantes para reparar ou equilibrar passivos sociais e ambientais da obra, os ativistas ligados ao Movimento Xingu Vivo para Sempre coordenam sua ação para, ao fim e ao cabo, chamar atenção do Estado brasileiro direta ou indiretamente, sobre os danos que, eles acreditam, o atual modelo de desenvolvimento pode lhes causar. Como disse um dos ativistas entrevistados para esta dissertação:

A discussão não é apenas de parar Belo Monte, mas de parar esse modelo de desenvolvimento que Belo Monte representa, com um processo de licenciamento e implantação completamente atropelado, violando direitos e à margem das leis, sem levar em consideração a opinião das comunidades locais (informação verbal)⁴¹.

Duas contribuições são expressivas na ação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, sua rede e redes de redes. A primeira é ser uma amostra, desde o Brasil, desde a Amazônia, de que é possível assumir um processo de resistência de forma protagônica por meio da comunicação, da ação coletiva e do dialogismo, exercendo o precioso, e tão raro, direito de se comunicar e de participar, tendo uma cultura e uma identidade (ou várias culturas e várias identidades) dentro de um quadro de alteridades.

O segundo, igualmente fundamental, é que a maior contribuição do Movimento Xingu Vivo para Sempre à sociedade brasileira e mundial talvez não seja parar Belo Monte (apesar de que em março de 2014 quando esta dissertação foi concluída, a luta ainda não estava vencida), mas provocar um debate público fundamental em qualquer sociedade, afirmando uma esfera pública e forçando a tomada de decisões políticas.

Para entender tais argumentos, vejamos as hipóteses separadamente.

Sobre a primeira hipótese, de que existe na Amazônia, especificamente na Região do Xingu, um grupo de cidadãos reunidos em torno de uma ação coletiva, que se apropriam de aparatos comunicativos e dos elementos da cultura da mídia para publicizar suas demandas e pretensões societárias, é possível afirmar de que a ação do MXVPS trata-se de uma experiência paradigmática e inédita de reação a um projeto de

⁴¹ Entrevista concedida por INTERNACIONAL, liderança. Entrevista III. [março de 2014]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Belém, 2014. Entrevista por telefone.

intervenção estatal na região Amazônica, principalmente quando a análise refere-se à mobilização e articulação por meio de estratégias comunicativas, utilizando-se de aparatos tecnológicos de produção, disseminação e distribuição de conteúdos. Entre janeiro de 2010 e março de 2014, período em que se acompanhou a ação, o MXVPS produziu e disseminou por um número incontável de destinatários 289 reportagens somente por meio de seu site institucional www.xinguvivo.org.br. Além desse canal, a articulação coordena páginas no *Facebook*, *twitter*, *Orkut*, *flickr*, canal no *Youtube*. O Movimento é ponto de referência em Altamira e sobre o tema Belo Monte e hidrelétricas na Amazônia para jornalistas, ambientalistas, ativistas, pesquisadores de universidades e interessados no tema no mundo todo. A coordenadora do movimento, Antônia Melo, e vários outros ativistas, são fontes de informações e opinião em um número incontável de vídeos, palestras, eventos acadêmicos, reportagens, etc. Atualmente, o MXVPS possui uma rede de 250 organizações nacionais e internacionais que apóiam a organização politicamente e disseminando suas comunicações. Em sua rede de apoio, o MXVPS conta (ou já contou) com atores e atrizes de redes de televisão e astros internacionais. O tema Belo Monte, em associação ao MXVPS, já foi levado a diversas instâncias de debates políticos, entre eles o Parlamento Europeu (em sessão realizada em novembro de 2013, em Bruxelas, na Bélgica, com a presença da coordenadora do MXVPS para debater o tema “A mega-usina de Belo Monte: a Amazônia à venda?”); a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com denúncia que levou a Comissão a exigir do Estado brasileiro que determinasse a suspensão da obra; a Comissão de Direitos Humanos da ONU, também com denúncias internacionais.

Até 2013, o Xingu Vivo mantinha um *mailing* (lista de contatos por meio de e-mail) com mais 1.500 destinatários diretos, que recebiam semanalmente notícias produzidas pelo coletivo a partir das mobilizações e fatos políticos produzidos ou protagonizados pelo próprio movimento ou em reação a atividades do governo Federal, construção de barragens e outros assuntos relacionados não somente com Belo Monte, mas outras barragens e a temas de interesse societário da atualidade, como violência sexual contra crianças, migração, trabalho, mudanças climáticas, etc.

Atualmente, o MXVPS tem quase 22 mil seguidores no *Facebook* e não é difícil identificar *posts* com mais de 100 compartilhamentos entre redes e redes de redes de movimentos do Brasil e do exterior, a exemplo do *post* que marcou em dezembro de 2013 o lançamento da unificação da luta contra as barragens de Belo Monte e no tapajós, que teve 265 compartilhamentos e 260 “curtidas” ou “likes” (sinal de aprovação de uma comunicação feita por meio do *Facebook*). Outro exemplo foi o número expressivo de compartilhamentos,

634, do texto do bispo do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Erwin Kräutler, em uma de suas muitas manifestações públicas de crítica ao projeto de Belo Monte. Se somadas, somente as campanhas “#parebelomonte” chegam a um número incontável de compartilhamentos.

Mesmo ações indiretamente apoiadas pelo MXVPS ou que têm a coalizão como fonte de referência para o tema se utilizam de mecanismos digitais para emplacar ações. Em 2011, a produtora independente Cinedelia, de São Paulo, mobilizou 3.429 pessoas em português e em inglês para arrecadar R\$ 114 mil que foram empregados na produção do documentário Belo Monte Anúncio de Uma guerra, que conta com entrevistas de membros do Xingu Vivo. A estratégia para arrecadar o recurso foi o chamado *crowdfunding*, uma espécie de “vaquinha virtual” que conta com a solidariedade de simpatizantes de causas como as defendidas pelo Movimento Xingu Vivo e seus parceiros.

O canal do Xingu Vivo no (*YOUTUBE, 2014*)⁴² (canal de vídeos mais assistido do mundo) tem quase 30 vídeos em quase 100 horas de protestos que misturam índios, crianças, idosos, ribeirinhos; são produzidos e protagonizados pelas populações mais diretamente afetadas pelas barragens e até abril de 2014 já contabilizavam 171 mil visualizações.

A importância dada à comunicação nas ações do Movimento Xingu Vivo pode ser confirmada em entrevistas concedidas por lideranças do Movimento Xingu Vivo ou de parceiros, quando falam da relação com o Governo Federal:

O movimento Xingu Vivo é mesmo a grande pedra no sapato deles por conta da comunicação, por conta dessa rede de notícias, de informação, que se faz entre a gente. Eles tentam esconder o máximo tudo, mas nós fazemos questão de divulgar. Porque além dessa estratégia, nós temos também a estratégia de fortalecimento de outras redes. No encontro Panamazônico, que aconteceu em Cobija, na Bolívia, foi uma delegação daqui, junto com as outras organizações, nós unimos (antes da gente já tinha a aliança dos Rios Tapajós, Xingu, Madeira e Teles Pires) e formamos a Aliança dos Rios da Pan-Amazônia, porque toda a Pan-amazônia está com os mesmos problemas, então é importante o fortalecimento de alianças, de ações, de objetivos comuns e de lutas. Nós estamos criando e fortalecendo essas alianças. Ou seja, são objetivos comuns que estão dentro dessa estratégia maior de fortalecimento das redes de comunicação, para levar tudo isso publicamente, todas essas questões que envolvem a vida dos povos da Amazônia e da Pan-Amazônia com esse modelo desenvolvimentista (informação verbal)⁴³.

Todo esse movimento mostra uma excelente habilidade para lidar com as questões midiáticas e eleger elementos para obter êxito em suas atividades. Esse tipo de estratégia, como vimos na análise, preenche o vazio entre o público e a esfera pública, ou seja, aos

⁴² Youtube (2014).

⁴³ Entrevista concedida por MXVPS, Liderança. Entrevista I. [agosto de 2013]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Altamira, 2013. 1. Arquivo MP3 (135 minutos).

poucos, movimentos como o Xingu Vivo para Sempre tiveram a habilidade de perceber que não receberiam o tratamento adequado de suas questões na esfera pública, portanto partiram para empreender estratégias comunicacionais próprias, como comenta um dos ativistas entrevistados:

O Movimento acaba sendo uma fonte de informação da realidade que acontece na região do Xingu. Essa história nunca seria contada pela grande imprensa. A gente dá voz a pessoas que nunca seriam ouvidas (informação verbal)⁴⁴.

No entanto, ao empreender tais estratégias não é propriamente o tema tratado que possui capacidade de agregar interesse e ressonância públicos; a inserção de temas como a UHE de Belo Monte no debate público é resultado da capacidade dos movimentos e seus agentes mais representativos de manipular seus próprios recursos, sejam eles discursivos, midiáticos e/ou identitários (algo muito significativo em comunidades tradicionais, povos indígenas, crianças, etc.). Assim, quanto à **segunda hipótese**, que propõe que, **ao proceder tais processos de apropriação, esses cidadãos organizados coletivamente, se valem de suas culturas e representações sociais e identitárias de forma estratégica e de modo a aproveitar as oportunidades do entorno político para pautar suas demandas e lograr êxito na conquista de seus objetivos como movimento social**, é possível confirmar que, ao empreender sua ação comunicativa, o MXVPS articula estratégias que se vinculam às identidades das populações afetadas pela barragem de Belo Monte (índios, ribeirinhos, pescadores, etc.) para lograr êxito a partir do entorno político e das oportunidades emergentes, configuradas em termos de movimentos ecológicos, de valorização das vivências locais e da relação homem/natureza.

Está ilustrado empírica e conceitualmente que obter acesso a redes sociais está formatando uma nova forma de fazer política, especialmente política participativa no seio da sociedade civil em geral, e dos movimentos sociais em particular, mas logicamente que acessar recursos digitais não é suficiente para arregimentar cidadãos de várias partes do mundo, incluindo aí celebridades, políticos e outros para uma determinada causa. Vários pesquisadores (LEVY, 1996; MAIA, 2011, WILHEM, 1999) discutem as possibilidades que a internet oferece à sociedade, especialmente a atores coletivos, mas chegam à conclusão que assim como há oportunidades nunca antes experimentadas, há também barreiras digitais que podem inclusive aumentar o abismo comunicativo e aprofundar injustiças sociais entre os

⁴⁴ Entrevista concedida por INTERNACIONAL, liderança. Entrevista III. [março de 2014]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Belém, 2014. Entrevista por telefone.

“plugados” e os “não plugados”, além disso, assim como pode servir para potencializar movimentos emancipatórios e de afirmação dos direitos humanos, poder igualmente servir a movimentos neonazistas, xenófobos ou contra a diversidade sexual, etc. Nesse sentido, Maia afirma: “a internet não promove automaticamente a participação e nem sustenta a democracia; é preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela em contextos específicos” (MAIA, 2011, p. 69). Ou seja, apenas usar a internet para pautar um determinado tema não é suficiente para promover um debate público ou suficiente para que este debate promova o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural. Da mesma maneira, se associar a artistas e personalidades midiáticas em geral por si só não basta para lograr êxito em determinada demanda, como sugere um dos ativistas entrevistados: “É preciso ter foco e uma ação planejada, caso contrário a imagem pública de artistas acaba tirando o foco da luta e das demandas do movimento social” (informação verbal)⁴⁵.

É possível afirmar que o processo de produzir comunicação via internet por meio de apropriação de aparatos tecnológicos e midiáticos funciona bem para aprofundar, restabelecer e afirmar vinculações que em algum momento na história já foram estabelecidas seja por meio de atos políticos, de contextos sócio-históricos e, sobretudo, de relações identitárias e relacionados com a experiência do lugar. O grau de pertencimento dos povos do Xingu àquela região e o autorreconhecimento de seu valor como pessoa que tem uma identidade definida são os elementos que jogam com a representação nacional e, sobretudo, internacional sobre povos da Amazônia (índios, ribeirinhos, extrativistas, etc.). É a identidade desses povos que os fazem serem reconhecidos como culturas distintas que devem ser preservadas e respeitadas, e é esse discurso identitário que emerge com maior significância nos textos do Xingu Vivo conferindo-lhe legitimidade no debate público, inclusive mais do que outros coletivos que também discutem Belo Monte.

A ação que opera o Movimento Xingu Vivo para Sempre, provoca uma reconfiguração de suas identidades e representações de “povos da Amazônia” a partir da comunicação e da relação com povos de outras partes do planeta que sofrem diretamente com problemas semelhantes ou se identificam com as lutas contra-hegemônicas, como os moradores de Haseynkf, na Turquia, ou índios norte-americanos que estiveram em Altamira para contar a experiência de luta contra um complexo hidrelétrico local⁴⁶.

⁴⁵ Entrevista concedida por INTERNACIONAL, liderança. Entrevista III. [março de 2014]. Entrevistador: Jaqueline Almeida Ferreira. Belém, 2014. Entrevista por telefone

⁴⁶ Em março de 2014, dois ativistas de movimentos sociais e cinco indígenas norte-americanos das etnias Hoopa, Yurok, Karut e Klamath estiveram nas aldeias Xikrins de Altamira para contar como conseguiram paralisar as

Imaginou-se em um dado momento, inclusive na pesquisa científica – a partir da lógica da negação da capacidade protagônica de povos tradicionais, como índios e ribeirinhos – que os avanços tecnológicos na comunicação poderiam significar uma ameaça à sobrevivência de culturas tradicionais, porém o que a experiência do Movimento Xingu Vivo para Sempre mostra é que a comunicação e os aparatos tecnológicos são vivenciados como uma possibilidade de vencer o silenciamento, de viver experiências de interação nunca antes imaginadas com populações completamente diversas do ponto de vista identitário, e de promover oportunidades de inserção em espaços de debate público geradores de cargas de poder, inclusive político.

Aplica-se ao Movimento Xingu Vivo para Sempre a construção teórica feita por Martín-Barbero (2004) acerca dos processos comunicativos operados por comunidades tradicionais e minorias na América Latina quando o autor diz que “o que há nessas comunidades é menos complacência nostálgica com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica para a manutenção dessas mesmas tradições” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 356). Se por um lado, a globalização econômica e tecnológica parece desvalorizar os espaços territoriais, comprometendo os referentes tradicionais de identidade, por outro lado:

Contraditória e complementarmente, as culturas locais e regionais se revalorizam, exigindo, a cada dia, maior autodeterminação, direito de participar nas decisões econômicas e políticas e de construir suas próprias imagens, contanto, com suas próprias palavras, imagens e línguas, seus próprios relatos. [...] o que esses movimentos sociais demandam não é serem representados e sim reconhecidos, fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 356).

Quando um velho plantador de cacau ou um criador de cabras dizem, entre revoltados e tristes, que foram ou serão despejados de suas fazendas e impedidos de trabalhar como produtores rurais pela empresa que constrói Belo Monte e “agora só lhe restam falar na televisão”, eles fazem um esforço pessoal em nome de uma luta coletiva porque acreditam que, ao verbalizarem seus infortúnios, poderão ser ouvidos e considerados. Eles usam suas próprias imagens de idosos, trabalhadores, produtores rurais e desbravadores da região (porque chegaram à Amazônia durante a colonização dos anos 70) para empreender uma luta e influenciar segmentos que não são os seus.

obras e planos de empreendimentos hidrelétricos no rio Klamath, na Califórnia. A visita foi noticiada no site do MXVPS como uma forma de “inspiração, impulso e renovação na luta contra Belo Monte”. (MOVIMENTOXINGUVIVO, 2014).

O que chama atenção é a cultura e a identidade que emergem como espaços estratégicos das tensões que desgarram e recompõem o ‘estar junto’, o laço social e a identificação em todas as suas manifestações: ribeirinhas, indígenas, míticas, produtivas, etc.

É possível concluir que a resistência mantida pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre materializa-se na diversidade cultural, na identidade, na experiência e na memória coletiva e territorial dos povos do Xingu. E esse alicerce de reação pede, como já dito, reconhecimento e sentido.

Ao passo que as obras de Belo Monte e de outras hidrelétricas são para os moradores de Altamira e região as maiores ameaças não apenas às possibilidades de reprodução material, mas às identidades e aos direitos, são também o motor que lhes provoca reação e impulsiona a processos que jamais sonhariam antes, como o uso da internet para se comunicar mundialmente e a relação com astros de cinema, atores globais, desenhos animados e outros. Assim que a identidade segue sendo alvo, ao mesmo tempo, das negações mais violentas e destrutivas dos padrões de desenvolvimento contemporâneos, mas, ao mesmo tempo, se configura na expressão de força mais potente, não somente pela relativização da lógica de dominação, mas pela capacidade de provocar contradições na hegemonia até então absoluta da razão instrumenta e economicista.

Todo esse arcabouço identitário responde a anseios sociais de ativistas do mundo todo, além de artistas, políticos, ambientalistas e outros defensores dos direitos humanos. Por esse motivo, o MXVPS e seus parceiros se articulam estrategicamente quando personalidades globais se interessam pela causa ambiental, já que sabem que isso lhes trará visibilidade. O vídeo Uma mensagem de Pandora, do cineasta James Cameron sobre Belo Monte teve 2.300 visualizações na versão em português no canal *Youtube*. O mesmo vídeo, na versão em inglês (A message from Pandora) teve 35 mil visualizações somente no *Youtube*. O vídeo *Defending de Rivers of the Amazon with Sigouney Weaver* (Defendendo os rios da Amazônia com Sigourney Weaver), também no *Youtube* teve 125 mil visualizações e uma repercussão inédita na mídia.

Quanto à terceira hipótese, que propõe que **a participação política de atores da sociedade civil a partir de determinadas características, metodologia e modos de “fazer” tem, certamente, consequências relevantes para o contexto geral da sociedade**, é possível afirmar que, quando um grupo de cidadãos, com demandas individuais e/ou coletivas étnicas, territoriais (e outras) específicas se unem em torno de uma causa comum, no caso impedir o avanço de uma grande obra de infraestrutura que, de diversas formas, irá comprometer suas vidas no presente e no futuro, e para isso usam os recursos da internet e seus aparatos, jogam

com suas identidades e se vinculam reativamente aos contextos políticos de seu entorno, isso tem um significado – ou muitos significados, tantos que nem seria possível listá-los todos nos limites de uma dissertação. Na impossibilidade lógica de abordar tais temas, a trajetória conclusiva segue na linha da análise dos impactos de tais ações e estratégias sobre o debate público e, por meio deste, o quanto a participação desses agentes coletivos pode impactar a vida social.

Antes de entrar diretamente na seara do debate público, da esfera pública em si, tema desta terceira hipótese, é importante uma breve análise da própria esfera civil, onde, consideramos, estão localizados os atores coletivos do movimento social, em geral, e os atores do Movimento Xingu Vivo para Sempre, em particular. Maia (2011) advoga que as mudanças institucionais e políticas ocorridas no mundo nas décadas de 80 e 90⁴⁷ conceberam a esfera civil da sociedade como capaz de fazer frente às falhas das políticas anteriores bem como a possibilidade de a sociedade civil mediar o modo pelo qual indivíduos e grupos poderiam perseguir seus interesses na vida social e até mesmo suplantar governos autoritários:

Diferentemente do Estado, que organiza as ações através de regras e leis garantidas por meio da autoridade e do poder coercitivo, ou distintamente do mercado, que organiza as ações através de regulamentações regidas por imperativos impessoais da economia, a sociedade civil pressupõe distintas formas de solidariedade [...] com possibilidade de entendimento recíproco numa arena ética (MAIA, 2011, p. 51).

Porém, não é possível discutir a questão da participação política, seja ela qual for, ignorando que, sempre, seja por apoio ou negação, as ações da sociedade civil em geral e dos movimentos sociais em particular se relacionam com outras esferas da sociedade, especialmente a esfera política.

No caso do MXVPS, essa relação fica muito clara tanto pela oposição a determinados segmentos da sociedade política, como apoio e até parceria (ainda que não formal) com outros segmentos da mesma sociedade política. Isso fica claro em textos como “Governo é denunciado na ONU por violação de direitos indígenas”(XINGUVIVO, 2014) em que a reprovação ao Governo Federal e ao Sistema Judiciário brasileiro não apenas são óbvios, mas representam o próprio *laït motive* do Xingu Vivo; ou em outro polo, quando o MXVPS deposita no Ministério Público Federal e em alguns setores da mesma Justiça Brasileira

⁴⁷ Segundo Maia (2011), a derrocada de modelos político-econômicos baseados em forte intervencionismo estatal, como o socialismo e o descontentamento com a confiança excessiva no mercado, além de fatos que ensejaram mudanças políticas, como a queda do Muro de Berlim, a abertura política do Leste Europeu e União Soviética e a redemocratização dos países latino-americanos, levaram não apenas a um crescente ceticismo quanto ao mercado e ao Estado proverem as necessidades dos cidadãos, quanto o renascimento político dos atores da sociedade.

criticada em outros momentos, ou ainda no sistema normativo nacional, as esperanças de que povos indígenas e comunidades tradicionais sejam ouvidas e consideradas e tenham seus direitos garantidos e afirmados e a obra de Belo Monte seja reconhecida como uma violação de direitos e seja finalmente retiradas dos planos estatais, permitindo ao rio Xingu e às vidas das comunidades locais seguirem seus cursos naturais. A análise dos textos publicizados por meio do site www.xinguvivo.org.br mostra que a ação do Estado Brasileiro, personificado no Executivo Federal (sobretudo a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula) e em outros órgãos federais como IBAMA e FUNAI, ainda é o grande motivador das atividades do MXVPS.

Ou seja, o que o movimento social clama é pelo poder de influenciar as decisões políticas centrais, sem abrir mão (ao menos no atual estágio da luta, já que isso sempre pode mudar de acordo com as oportunidades), de suas identidades, representações e modos de vida, portanto o direito à diferença no contexto de relações e racionalidade instrumentais. Como diz Habermas (1997) na obra *Direito e democracia*: “Na esfera pública luta-se por influência”.

A argumentação, portanto, pode se apoiar no entendimento que o caminho tanto para o Estado quanto para a sociedade civil é se apoiarem mutuamente com vistas ao desenvolvimento democrático de um e de outro (HABERMAS, 1997; MAIA, 2011). Esse é um percurso desafiante na Amazônia. O emblemático caso de Belo Monte é apenas mais um em que Estado e sociedade não trilham os mesmos percursos ou sequer compartilham os mesmos interesses e entendimentos. O que a ação do Movimento Xingu Vivo para Sempre faz de mais paradigmático é não aceitar passivamente a interferência estatal e traçar planos, estratégias e metodologias muito bem pensadas, planejadas e executadas para, ao menos, causar fissuras no esquema do poder político, com várias repercussões, entre elas reprovações públicas internacionais, como as emitidas contra o Estado Brasileiro pela CIDH. Como disse um ativista em um dos encontros do Comitê Metropolitano Xingu Vivo para Sempre diante da impossibilidade de que as obras de Belo Monte sejam de fato paralisadas: “Ainda temos o Tapajós e outras hidrelétricas na Amazônia. Belo Monte é só o começo. A luta é longa”. (informação verbal)⁴⁸.

Apesar de um terreno ainda bastante duro, há mudanças estruturais importantes, alguns delas vivenciadas pelo próprio MXVPS, sobretudo quanto à possibilidade de debate público e críticas ao poder institucional (algo inimaginável na época da abertura da rodovia Transamazônica, por exemplo), a interrelação entre diversos segmentos populacionais que, apesar das diferenças, encontram similitudes para fortalecer a luta contrahegemônica, além de

⁴⁸ Informação emitida durante encontro realizado em Belém em agosto de 2013.

aliados importantes no cenário nacional, internacional e político. Alguns autores consideram esse espaço público aquilo que eles chamam de “democracia comunicativa”, na perspectiva apresentada por Silverinha (2009) quando fala de grupo marginalizados, que precisam encontrar formas diversas de inserirem-se nos espaços políticos e de poder a partir do discurso e da busca pelo entendimento:

Isso envolve falar e escutar com base em diferenças de cultura, posição social, necessidades e compromissos, reconhecendo os outros em suas particularidades e, para facilitar a participação de vozes múltiplas na tomada de decisão, há que se permitir múltiplas formas e estilos de comunicação, num processo aberto, sem resultados predeterminados, pelos quais as opiniões, preferências e perspectivas são transformadas (SILVERINHA, 2009, p. 58).

Discutindo públicos subalternos à semelhança do que pode ser empregado aos índios e ribeirinhos do Xingu, Scherer-Warren (2010) diz que está havendo nas últimas décadas uma transição de uma condição de marginalidade na esfera pública para a participação que começa a fazer eco a partir de sua condição. Os direitos passam, paulatinamente, ainda que de forma conflituosa, a serem legitimados.

Em outros momentos, discutiram-se como as articulações em redes têm empoderado os movimentos sociais, na medida em que aproximam e criam espaços interorganizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos), contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes interorganizacionais diversas), com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando assim as redes de movimentos sociais. Nesse momento, cabe a reflexão sobre o papel das redes de movimentos para a ressignificação dos processos de colonização na América Latina e para a criação de significados em comum para a superação dos legados históricos opressores (SCHERER-WARREN, 2010).

Outro importante aporte do Movimento Xingu Vivo diz respeito à operacionalização de um debate consistente na esfera pública sobre temas como ilegalidades e incoerências em grandes projetos, violência contra povos tradicionais, desrespeito a normas (inclusive constitucionais e infraconstitucionais) de proteção aos direitos humanos, déficits no sistema Judiciário, precariedades nas relações entre agentes políticos e privados, financiamento público de grandes obras, e outros temas, que, para muito além somente da construção da hidrelétrica interessam à população brasileira (e internacional) de uma maneira generalizada. E isso tem sido publicizado por meio de uma rede incontável de comunicações (reportagens, posts, vídeos, fotografias) e manifestos assinados e compartilhados por dezenas de organizações coletivas e ativistas individuais. Um exemplo emblemático é o manifesto “Carta

Belo Monte” endereçada em novembro de 2012 ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a chefes e representantes dos três poderes, solicitando providências frente a irregularidades do licenciamento da obra de Belo Monte. A carta foi assinada por 122 organizações brasileiras e 65 organizações internacionais dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Indonésia, Índia, Iraque, Itália, México, República Tcheca, Suíça, Turquia e Reino Unido.

No contexto democrático da participação civil, a articulação de qualquer demanda dos cidadãos ou atores coletivos (como o fim da barragem de Belo Monte, por exemplo) é o exercício de um direito democrático de discutir e pautar de forma autônoma, proativa e independente suas demandas, forçando sua incorporação às regras preexistentes, inclusive modificando-as radicalmente como forma e resultado a alteração das relações de governança em vigor e que lhes são prejudiciais⁴⁹. Nesse sentido Maia, 2011 argumenta:

Assim, do ponto de vista normativo, não cabe esperar, por um lado, o progresso de solidariedades autônomas na sociedade civil, prescindindo do Estado [...]. O desafio que se coloca é o de construir uma aparelhagem político institucional capaz de institucionalizar a discussão e a participação de cidadãos e de assegurar variadas formas de controle e fiscalização (MAIA, 2011, p. 65).

Nessa luta por espaço e reconhecimento na esfera pública, a ação comunicativa a partir de lógicas distintas de modos de vida tem um papel central. Ao contrário dos movimentos do passado, que recorriam às greves, ao envolvimento político *stricto sensu*, aos grupos armados ou movimentos de guerrilha, digamos, mais presenciais, os atores coletivos da atualidade se valem de formas discursivas e aparatos tecnológicos para tentar valer sua vontade. Como explica Gohn (2011), houve mesmo um deslocamento do tipo de ação, uma redefinição na sua própria identidade e na qualificação das motivações das lutas sociais:

Esta mudança está menos focada em pressupostos ideológicos, como no passado, e mais nos vínculos de integração com esferas da sociedade, organizadas segundo critérios de cor, raça, gênero, habilidades e capacidades, bem como de conscientização e geração de saberes. Além disso, os movimentos sociais da atualidade, ao atuarem num cenário contraditório, em que políticas, programas e projetos podem engessá-los, discutem e problematizam a esfera pública com vista à construção de novos modelos organizativos (GOHN, 2011, p. 17).

⁴⁹ Nesta construção, é natural que caiba ao Estado oferecer as condições institucionais para o funcionamento dos agentes civis, regulando, por meio do sistema normativo, direitos, deveres e poderes dos cidadãos. A partir do sistema normativo brasileiro podemos elencar dezenas destes dispositivos, que vão desde o artigo 204, da CF, que prevê a participação da sociedade civil na política social nacionais, o que provocou a institucionalização do órgão chamado de “conselho de políticas públicas e/ou setoriais”, até as mais recentes como a Lei da Transparência, etc.

Ou como explica Silverinha (2009), a partir da perspectiva habermasiana de esfera pública, “que os atores são movidos por capacidades comunicativas que os leva a se reconhecerem como iguais na esfera pública e com iguais condições de realizar liberdades e autorrealização por deliberação ou ação”.

Outra questão sobre o mesmo enfoque é que, no passado havia uma luta básica por direitos básicos, “o direito de ter direito”. Hoje, com vários direitos assegurados normativamente e sendo aos poucos assimilados pelo cotidiano das relações sociais, o que se busca é o reconhecimento e o respeito às diferenças e às demandas e características particulares, representados pelos movimentos identitários, que reivindicam a ampliação do leque dos movimentos sociais. Como uma luta por reconhecimento, ela deve operar em instâncias simbólicas muitas vezes, ingressar na seara das opiniões e crenças, nos modos de vida, na cultura em geral, por essa razão que a comunicação pode se prestar tão bem a este papel, operando uma inversão conceitual do que já faz a cultura da mídia. É por esse motivo que a comunicação feita em alguns documentos audiovisuais do MXVPS parece muitas vezes apelar para formatos comunicativos aparentemente pouco eficientes do ponto de vista prático, como poesias, fotos bucólicas, depoimentos emocionados, ou seja, significações por vezes subjetivas.

No entanto, não há ingenuidade nesse processo. Na atual conjuntura de participação política discursiva, as decisões políticas devem ser provocadas e produzidas pelos cidadãos através do debate crítico e da tentativa de persuasão por meio de formas dialógicas de interação, usando a linguagem e a comunicação como formas estruturantes das relações sociais e políticas. Maia (2012) discute essa abordagem da seguinte maneira⁵⁰:

Autores filiados à tradição da democracia participativa preocupam-se com novas formas de institucionalidade capazes de conferir um caráter formal às demandas oriundas dos atores civis. Buscam pensar em formas de se assegurar uma participação empoderada, concebida, sobretudo, como uma participação sustentada por incentivos institucionais e por proteções contra vulnerabilidades econômicas ou contra outros poderes coercitivos. Preocupam-se, assim não somente em expandir a esfera pública para que todos tenham voz - entendendo voz como um instrumento que torna os cidadãos mais potentes (*empowered*) -, mas também em aperfeiçoar e imaginar desenhos institucionais, com especificações sobre quem exatamente deve deliberar, onde, quando e como (MAIA, 2012, p. 66, grifo nosso).

Ao escolher a comunicação como estratégia e metodologia de ação, o Movimento Xingu Vivo não está somente preocupado em mandar releases e notícia por meio de um site

⁵⁰ Para desenvolver seu argumento, Maia (2012) se ampara nos seguintes autores: Fung e Wright (2003); Fung (2004, 2007); Houtzager (2006); Gurza, Lavalle e Acharya (2004); Avritzer (2007).

(isso muitos outros coletivos e movimentos sociais fazem). Para entender o que o Xingu se propõe a fazer é preciso advogar pela comunicação como motor de transformações nas esferas pública, civil e política; é preciso trazer a esta discussão a perspectiva proposta por Habermas a partir do conceito de esfera pública, ou seja, a esfera pública como uma caixa de ressonância cujos alicerces estão sedimentados pelo mundo da percepção, o mundo da vida, ou seja, estão naturalmente organizados a partir da identidade e dos atos comunicativos que buscam entendimento mútuo sobre temas comuns. A partir desse pressuposto, a esfera pública se converte em:

Um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo eficiente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos próprios problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controle ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político (HABERMAS, 1997, p. 91).

Na mesma linha do uso das potencialidades para “cavar” espaços nas esferas pública e política, Escobar (2010) propõe a indagação de que “como converter o conhecimento local em poder, e este conhecimento-poder em projetos e programas concretos. O próprio Escobar defende que “é preciso identificar os discursos socialmente significativos sobre a diferença (cultural, econômica, política, ecológica) e como eles podem se tornar discursos de construção de alternativas” e propostas exequíveis do ponto de vista de políticas públicas, de conteúdos normativos e de sistema de monitoramento e pressão para que não se tornem letra morta, a exemplo do que vem acontecendo com a Convenção 169, da OIT, em relação às oitivas indígenas.

É preciso dar visibilidade às inúmeras lógicas locais de produção de culturas e identidades, à semelhança do que faz o MXVPS quando coloca na tela do computador índios, agricultores, crianças, adolescentes, idosos, falando, a partir de seu próprio lugar na cultura, o que querem e o que não querem para suas vidas, as oitivas, por exemplo, ou o direito de visitarem os túmulos de seus parentes, o que vem sendo proibido aos ex-moradores da Agrovila Santo Antônio (imagem 12).

Imagem 12- Placa colocada no cemitério da Vila Santo Antônio.



Fonte: Xingu Vivo para Sempre (2013).

Segundo Escobar (2010), experiências baseadas no “lugar”, como a do Xingu ou de Hasankeyf, devem se projetar rumo a espaços que atualmente são de domínio do capital e da modernidade (DIRLIK apud ESCOBAR, 2000, p.135).

Sem dúvida, os lugares e as localidades entram na política da mercantilização de bens e massificação cultural, mas o conhecimento do lugar e a identidade podem contribuir para produzir diferentes significados - de economia, natureza e de si próprios - mesmo dentro do capitalismo e da modernidade que os rodeiam. Assim, as esferas ecológicas alternativas podem abrir-se dessa maneira contra as ecologias imperialistas da natureza e a identidade da modernidade capitalista (ESCOBAR, 2010, p. 136).

Alguns movimentos sociais, como o Movimento Xingu Vivo para Sempre, estão apontando nesse sentido com sua redefinição da relação entre a natureza e a sociedade, o cultural e o político.

REFERÊNCIAS

- ALÚTIZ, Juan Carlos. El paradigma comunicativo de Jürgen Habermas para las ciencias sociales. **Revista Española de Sociología**, Rioja, n. 13, p. 81-105, 2010.
- ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Disponível em <<http://www.hchr.org.co/afrodescendientes/index.php/portada/ique-es-el-proceso-de-comunidades-negras-pcn.html>>. Acesso em: 21 fev. 2014.
- AZEVEDO, Reinaldo. Blog do Reinaldo. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/belo-monte-e-papo-de-indio/>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- BADIA, Lluís. La opinión pública como problema. **Revista Voces y Culturas - Revista de Comunicación**, Barcelona, n. 10, 1996.
- BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis Costa. Povos Indígenas e cidadania: inscrições constitucionais como marcadores da diferença na América Latina. **Revista de Antropologia do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 53, n. 02, 2010.
- BUNGE, Mário. **La ciência, su método y su filosofía**. Buenos Aires: Siglo Vinte, 1974.
- CALHOUN, Graig. Comunicação como ciência social (e mais). **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC)**, São Paulo, v.35, n.1, 2012.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da Modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. **La era de la información: economía, sociedad y cultura - El poder de la identidad**. Alianza Editorial: Madrid, 2001.
- _____. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Dênis. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers** Belém: NAEA, n. 92, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COMPARATO. Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Rumo à Justiça**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CNBB. Disponível em: < www.cnbb.org.br>. Acesso em: 21 mar 2013.

CONHEÇA a UHE Belo Monte. Disponível em <www.norteeenergiasa.com.br>. Acesso em: 13 jul. 2013.

CORRÊA, Maurício Neves. **Os Aikewára e a mídia**: relações de poder, cultura e mediação. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Comunicações, Linguagens e Cultura), Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**: uma moral provisória. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

DIANI, Mário; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 3, 2010.

DICIONARIOINFORMAL. Disponível em www.dicionarioinformal.com.br. Acesso em: 10 mar 2014.

DUTRA, Manuel. **A natureza da mídia**: Discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Conrad Livros, 2003.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de La naturaleza y la naturaleza del lugar: comunicación o postdesarrollo. **Arturo Escobar** (blog), North Carolina: Arturo Escobar. Disponível em<<http://aescobar.web.unc.edu/written-texts/>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. **Third World Quarterly**, North Carolina, v. 25, n. 1, p 207-230, 2004.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 2009 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,sting-e-raoni-contra-belo-monte,470456,0.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FRASER, Nancy. **Scales of justice**: reimagining political space in a globalizing world. Columbia: Columbia University Press, 2010.

FREITAG. Bárbara. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

_____. Habermas e a teoria da Modernidade. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 22, p. 38-163, 1995.

GALEANO, Eduardo. A caminho da sociedade da incomunicação. In: MORAES, Denis. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempos de guerra. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, 2009.

GIDDENS, Anthony. Jürgen Habermas. In: SKINNER, Quentin. **As ciências humanas e os seus grandes pensadores**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano**: um conceito em construção. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GOMES, Ramonildes; ALVES, Juliete. A trajetória de mulheres lideranças políticas na Transamazônia-PA. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, 2012.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley. **Internet e participação política no Brasil**. São Paulo: Sulina, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005, Porto Alegre. **Anais...**PortoAlegre, 2005.

_____. Análise do discurso e mídia – a (re) produção de identidades. **Revista Dossiê - Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, 2007.

GUIMARÃES, Aquiles Córtez. O conceito de mundo da vida. **Cadernos da EMARF - Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus Humanidades, 1987.

_____. **Direito e democracia**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Título original: Faktizität und Geltung.

_____. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

IDESP. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/beloMonte/informacoesGeraisXingu/historicoMunicipioXingu.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

INFOESCOLA. Disponível: < www.infoescola.com/filosofia/fenomenologia>. Acesso em: 12 fev. 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. Disponível em: ¹<http://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 5 fev. 2013.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

_____. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

KUCINSKI, Bernardo; LIMA, Venício. **Diálogos da perplexidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

LE GOFF, Jacques, Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Le_Goff>. Acesso em: 23 fev. 2014..

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. São Paulo, n. 34, 1999.

LUBENOW, Jorge. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma construção auto-crítica. **Cadernos de ética e filosofia política**, n. 10, São Paulo, 2007.

MAFALTTI, Selvino Antônio. Os movimentos sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del Rei, n. 6. Versão eletrônica. Disponível em <<http://www.ufjs.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em 23 set. 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e mediações culturais. **Revista Diálogos Midiológicos**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2000.

_____. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

MARTINO, Luís. **Comunicação e identidade**: quem você pensa que é. São Paulo: Paulus, 2012.

MATTERLART, Armand. **Para que “nova ordem mundial da informação”**. In: MORAES, Dênis. **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MONSALVE, Viviana Bohórquez; ROMÁN, Javier. As tensões da dignidade humana: conceituação e aplicação no direito internacional dos Direitos Humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos (SUR)**, São Paulo, v. 6, n. 11, 2009

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Disponível em www.movimentoxinguvivo.org. Acesso em: 12 fev. 2014.

OCUPAÇÃO BELA MONTE. Disponível em <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/>. Acesso em: 13 mar. 2012, 2014.

PIOVESAN, Flávia; SOUZA, Douglas Martins. **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. São Paulo: Instituto ProBono, 2006.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

QUIJANO, Aníbal. El ‘movimiento indígena’ y las cuestiones pendientes en América Latina. **Argumentos**, Xochimilco, v. 19, n. 50, 2006.

REVISTA VEJA, 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ambientalistas-e-indigenas-protestam-contrabelo-monte> >. Acesso em: 23 out. 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONG's: os novos atores da “Aldeia Global”. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA SOCIAL (ANPOCS), 22., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu. 1996.

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SEVÁ FILHO, Oswaldo. **Temotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SILVERINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2009.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

STASIAK, Daiana; BARICHELO, Eugênia. Mídia, identidade e cultura na contemporaneidade. **Revista Contemporânea**. Rio de Janeiro, n. 9, 2007.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

TEISSERENC, Pierre. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientação. **Novos Cadernos do Naea**, Belém: NAEA, v. 20, n. 2, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa**: ação. São Paulo: Cortez, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3149762/construcao-de-belo-monte-continua-diz-ministro-indigenas>>. Acesso em: 10 fev. 2014].

VIDAL, Josep; HILLMANN, Karl, et al. **Dicionário enciclopédico de sociologia**. Barcelona: Herder, 2000.

WIKIPÉDIA. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Les_Schtroumpfs >. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Les_Schtroumpfs >. Acesso em: 21 jan. 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

XINGUVIVO. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/https://www.youtube.com/watch?v=rAvhfwl8Iew>>. Acesso em: fev. 2013, 2014.

YOUTUBE Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UN_MLLwN2XM&list=UUTIqenw8pp8GNIVCACD2J0g>. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICES A – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS Movimento Xingu Vivo e parceiros

Objetivo: Caracterização da organização e da trajetória política e institucional Sugestão de temas para entrevista

1. Caracterização da instituição. ONG, Oscip, fórum, coletivo etc.
2. Cenário e motivações para o surgimento da ação coletiva
3. Cenário e motivações para mudanças e alterações significativas ao longo da ação empreendida
4. As motivações iniciais são as mesmas da atualidade
5. As alianças e parcerias são as mesmas do início e da atualidade
6. Houve alterações nas estratégias de ação do movimento – o que motivou essas alterações.
7. Fortalezas e fraquezas da organização

Objetivo: Identificar as estratégias de ação na atualidade Sugestão de temas para entrevista

1. Principal motivação de luta na atualidade. Sugestão: parar Belo Monte, incidir sobre políticas públicas, proteger os direitos humanos, negociar melhores condicionantes.
2. Como se conforma a rede de parceiros. Sugestão: entidades internacionais, entidades indígenas, ribeirinhas, entidades locais de Altamira, grupos de artistas e outros de repercussão, outros coletivos nacionais ou internacionais.
3. Alcance da ação do MXVPS na atualidade (local, regional, nacional, internacional)
4. Como é a relação com coletivos e/ou etnias indígenas e outros como ribeirinhos, etc.

Objetivo: Identificar estratégias de comunicação / ação comunicativa Sugestão de temas para entrevista

1. Centralidade da comunicação nas ações do MXVPS
2. O que levou o MXVPS a desenvolver ações de comunicação e redes sociais
3. Poder de decisão sobre o que é divulgado no site, facebook e outras redes sociais
4. Processo de produção de textos, fotos, vídeos e outros documentos públicos
5. Como se discute as ações a serem publicizadas e os produtos específicos
6. Avaliação dos resultados da ação /monitoramento das respostas, retornos, interlocutores das comunicações emitidas.
7. Discussão da questão comunicacional com as populações efetivamente atingidas (índios, desapropriados e outros que aparecem em vídeos, fotos e outras comunicações)
8. Discussão sobre consensos e dissensos no âmbito da ação ou do caráter político da ação
9. Como é a relação com a mídia de massa
10. Como é a relação com o governo (Federal, sobretudo).

APÊNDICE B – Lista de reportagens publicadas entre janeiro e dezembro de 2010

TÍTULO
MPF questiona BNDES sobre financiamento de Belo Monte
Defendendo os rios da Amazônia
Atingidos por barragens de vários países reúnem-se contra o atual modelo energético
Procuradores têm encontro com agricultores e ribeirinhos do Xingu afetados por Belo Monte
Lideranças de Altamira divulgam carta aberta de protesto
Belo Monte e a palavra do presidente
Xingu, um símbolo da diversidade biológica e cultural brasileira
Especialistas calculam em Altamira perímetro que pode ser alagado em Belo Monte
Assédio de funcionários da Norte Energia atemoriza comunidades do Xingu
Disposta a financiar Belo Monte, Previ foge de responsabilidade socioambiental
Condicionantes: nenhuma obra para saneamento e saúde saiu do papel
Depoimento: Sheila Juruna
Indígenas do Xingu pedem ajuda a Marina contra ameaças de Belo Monte
Cartas a Dilma e Serra pedem posicionamento sobre Belo Monte
Decreto define quem são os prejudicados por hidrelétrica
Nota: ribeirinhos do Tapajós que defendem suas terras contra Eletrobrás são criminalizados
Em RO: Usina de Jirau está violando direitos fundamentais das populações, diz Ministério Público
Depoimento: Elissandra de Sousa, enfermeira da Aldeia Maia
Altamira faz 99 anos com o fantasma de Belo Monte assombrando suas praias. Há algo a comemorar?
Chat Xingu Vivo: Procurador da República conversa sobre problemas de Belo Monte
Dez bancos e fundos de investimentos são notificados sobre risco de financiar Belo Monte
MPF recomenda ao Ibama que não fragmente licenças para Belo Monte
Qualquer licença para início das obras de Belo Monte é ilegal, avisa MPF
OEA pode recomendar a suspensão de Belo Monte
Internautas entrevistam Felício Pontes Júnior
Belo Monte ou a erradicação da pobreza no Brasil
Ameaçados por barragens no Rio Teles Pires (MT) fazem protesto em Sinop
Técnicos do Ibama dizem que obra de Belo Monte não pode receber nova licença
AGU interfere novamente e adia julgamento de ação contra Belo Monte
MPF questiona na justiça barragem no Teles Pires
Hidrelétricas e seus impactos serão destaque no Fórum PanAmazônico

Vídeo: ainda não é tarde
Luta contra usinas no tapajós ganha site
Caminhada e faixa humana no Fórum PanAmazônico
Documento final do Fórum PanAmazônico – Carta de Santarém
Revisão de condicionantes é tão esdrúxula como licença parcial
Veja como foi a visita de internautas com professor Oswaldo Sevá
Belo Monte está violando direitos fundamentais de povos indígenas denunciam Kayapós, Juruna e Arara
Bispo do Xingu recebe Nobel alternativo na Suécia
Internautas entrevistam Oswaldo Sevá, da Unicamp
MPF quer ação preventiva para problemas que Belo Monte pode causar
Belo Monte de violências
O povo do Xingu em fotos
Justiça paraense suspende licenciamento da Hidrelétrica Teles Pires
Video: Belo Monte violando direitos das comunidades do Rio Xingu
Vistoria mostra que condicionantes de Belo Monte ainda não foram cumpridas
Nota de repúdio: cronograma do PAC é um despautério
Mau negócio: Belo Monte é empreendimento de mega-risco para investidores, diz estudo
Chat Xingu Vivo: Brent Milikan e Telma Monteiro
MPF questiona BNDES sobre financiamento de Belo Monte

APÊNDICE C – Lista com reportagens publicadas entre janeiro e dezembro de 2011⁵¹

TÍTULO
Vídeos: Chefe Raoni e Antônia Melo defendem Xingu
Caso Bayma: a antropofagia do Governo Federal
Avaaz se junta à campanha contra Belo Monte
Possíveis financiadores de Belo Monte recebem documento que alerta sobre riscos
Condicionantes para autorizar Belo Monte não foram cumpridas
Nota de repúdio: licença de Belo Monte é brutalidade sem precedente contra o povo do Xingu
MPF vai à justiça contra licença precária de Belo Monte
Relatório aponta violações sistemáticas de Direitos Humanos na implantação de barragens no Brasil
Organizações gaúchas protestam contra Belo Monte em evento com Dilma
Avaaz faz campanha de telefonemas à Dilma contra Belo Monte
Sem licença, sem dinheiro: resposta do BNDES a questionamentos do MPF sobre política de financiamento de Belo Monte
Documento: parecer da Funai contrário à liberação de Belo Monte
Antropólogos, lideranças indígenas e autoridades discutem instalação da hidrelétrica de Belo Monte
Protesto contra financiamento governamental de Belo Monte
MPF questiona Ibama sobre mudança no projeto de Belo Monte
Mais uma manifestação contra Belo Monte, desta vez em frente ao BNDES
Nota pública do Painel de Especialistas sobre a UHE de Belo Monte
Convocatória: grande ato em Brasília contra Belo Monte
Depoimentos de lideranças no seminário “A hidrelétrica de Belo Monte e a questão indígena”
Ciência e tradição unem-se contra usina de Belo Monte
Mensagem de Dom Erwin Krautler , bispo da Prelazia do Xingu, aos manifestantes contra Belo Monte
Marcos Palmeira, Dira Paes, Letícia Spiller, Brita Brasile Vitor Fasano enviam apoio às populações do Xingu
Governo recebe comissão de ameaçados promete diálogo mas diz que, sobre Belo Monte, “fará o que tem que ser feito
Fotos e vídeos das manifestações em Brasília
Protesto contra Belo Monte aconteceram também em São Paulo e Brasília
Em vídeo, Funai garante que reuniões com indígenas não foram oitivas
Justiça suspende licença parcial para hidrelétrica de Belo Monte
Missão internacional fará denúncias contra barragens na Amazônia
Missão à Europa denunciou impactos de hidrelétricas e desrespeito aos direitos humanos na Amazônia

⁵¹ No ano de 2011 foram veiculadas por meio do site www.xinguvivo.org foram publicadas 111 reportagens. Aqui foram reproduzidos os títulos das reportagens mais significativas para o objeto da dissertação.

Liberação de obras de Belo Monte sem redução de impactos é carta branca para o caos na região, diz MPF
Nota: covardia, irresponsabilidade e sanha ditatorial
Nota: o que vale para este governo, a palavra dada?
Nota de repúdio: Coiab
OEA intima Brasil a se manifestar sobre licença de Belo Monte
Grande pesca no Xingu protesta contra Belo Monte
Imagens da grande pescaria contra Belo Monte
Mais de 600 pessoas participam de pescaria contra Belo Monte no Xingu
Sessão “Belo Monte – herança da ditadura” será exibida em São Paulo
MAB denuncia violação de direitos humanos na barragem de Estreito
Nota: Jirau de hoje pode ser Belo Monte, Tapajós e Teles Pires de amanhã
Empresas interessadas em Belo Monte recebem alertas sobre riscos a imagem
Abraço simbólico no rio Xingu
Cameron e Schwarzenegger visitam região que será afetada por Belo Monte no Pará
Dom Erwin: o diálogo não houve
Organização dos Estados Americanos determina suspensão imediata de Belo Monte
Belo Monte: governo precisa respeitar o direito das oitavas indígenas
Nota pública sobre manifestação do Itamaraty a respeito da decisão da OEA sobre Belo Monte
Nota do CIMI: Funai mente sobre Belo Monte e ressuscita critérios racistas da indianidade
Senado: a estranha multiplicação das perplexidades
Audiência pública aprova manifesto de apoio à OEA
Comissão dos Direitos Humanos do Senado avalia pré-condições de Belo Monte
Carta de Belém em defesa dos rios, da vida e dos povos da Amazônia
Plataforma dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais aprova pedido da OEA
MP recomenda respeito aos direitos dos agricultores e ribeirinhos na região de Belo Monte
Após confrontar OEA, Brasil pede tempo para resposta sobre violações de Belo Monte
Extrativistas exigem que governo os reconheça como ameaçados por Belo Monte
Movimentos sociais em Altamira descartam participação em Comitê gestor do PDRS Xingu
Nota: pela demissão imediata de Edison Lobão
Entidades nacionais e internacionais questionam posição brasileira frente à CIDH
Relatório aponta violações em Jirau e prevê repetição em Belo Monte
MPF quer comprovação de que condicionantes de Belo Monte foram cumpridas
Associação Brasileira de Antropologia e SBPC pedem suspensão de Belo Monte
Entidades de todo o mundo expressam apoio à CIDH
Ibama libera licença de instalação para Belo Monte às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente

Nota de repúdio do Movimento Xingu Vivo para Sempre sobre a licença de instalação
Questão de Belo Monte é levada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU
Sob protesto, Casa Civil declara instalado Comitê Gestor do PDRS Xingu
Mais de 360 cientistas, pesquisadores e intelectuais se opõem à licença de instalação de Belo Monte
Nota pública da Aliança dos Rios da Amazônia: que o parlamento comece a agir antes que seja tarde
Em Belém, manifestantes dizem não à construção da UH de Belo Monte
Nota: Peru dá lição de democracia que deveria envergonhar nosso governo
Brasil a caminho da Corte Interamericana de Direitos Humanos
Movimento indígena interrompe diálogo com governo
RJ, SP e MS fazem passeatas de carnaval contra Belo Monte e Código Florestal
Manifestação contra Belo Monte reúne 2 mil em São Paulo
Conversa fiada: o brilhantismo da ABIN e a credulidade de Paulo Henrique Amorim
Audiência pública no TRF1: circo sem graça
Às margens do Xingu: vozes não consideradas
PAC em Altamira: aceleração do crescimento da violência e da pobreza
Belo Monte de asneiras: Curt Trennepohl
Constrangido, governo cancela ato inaugural de Operação Cidadania Xingu
Anistia Internacional denuncia Belo Monte em relatório sobre direitos indígenas na América
Despejados, sem teto de Belo Monte acampam em frente à prefeitura
Cartazes, panfletos e banners para os grandes protestos
Release: protestos contra Belo Monte prometem reunir milhares no Brasil e no exterior
Dia 22: Rio protesta contra financiamento de Belo Monte pelo BNDES
Protestos em Altamira: Belo Monte não é fato consumado
Protesto em Belém contra Belo Monte reúne cerca de mil
Sob chuva, mais de mil protestam em São Paulo contra Belo Monte
Nota: ameaças de Mirim Belquior que deveriam abalar o país
Imagens do mundo contra Belo Monte
Protestos contra Belo Monte continuam com tuitaço
Raoni puxa a orelha de presidente da Funai por Belo Monte
#parebelomonte ganha a web
CNBB manifesta-se sobre Belo Monte
Denúncias de abuso ficam sem respostas do governo e da Norte Energia
Líder do Xingu Vivo se reúne com CIDH nos Estados Unidos
Gota D'Água pede e governo nega paralisação de Belo Monte

APÊNDICE D – Lista com reportagens publicadas entre janeiro e dezembro de 2012

Título
Bancos são alvo de campanha contra Belo Monte
Governo federal formaliza desapropriações no Pará sem consultas e explicações
Vale concorre a prêmio internacional de pior empregado mundo
Belo Monte inicia primeiro barramento do Xingu
Índios arara pedem ao MPF investigação em Belo Monte por poluição nas águas do rio Xingu
Protesto interrompe barramento do rio Xingu por uma hora
Problemas continuam sem respostas após reunião com presidente da Funai, dizem indígenas
Coleta de amostras de águas do rio Xingu será acompanhada por indígenas
Vale vence o Public Eye Awards de pior empresa do mundo
Protesto no Ibama, inundar Xingu dos outros é refresco
Vila é destruída e, sem opções, famílias são exotadas com indenizações mínimas
Condicionantes: nenhuma obra para saneamento e saúde saiu do papel
Obra de Belo Monte antecipa alagamento em Altamira
MPF questiona BNDES sobre financiamento de Belo Monte
Defendendo os rios da Amazônia
Atingidos por barragens de vários países reúnem-se contra o atual modelo energético
Procuradores têm encontro com agricultores e ribeirinhos do Xingu afetados por Belo Monte
Lideranças de Altamira divulgam carta aberta de protesto
Belo Monte e a palavra do presidente
Xingu, um símbolo da diversidade biológica e cultural brasileira
Especialistas calculam em Altamira perímetro que pode ser alagado em Belo Monte
Assédio de funcionários da Norte Energia atemoriza comunidades do Xingu
Disposta a financiar Belo Monte, Previ foge de responsabilidade socioambiental

APÊNDICE E – Lista com reportagens publicadas entre janeiro e dezembro de 2013

Título
Comitiva do Parlamento Europeu está no Brasil para debater Belo Monte
Munduruku protestam contra vereadores que defendem construção de hidrelétricas
Sob pressão, governo suspende estudos de barragens no rio Tapajós
Munduruku expulsam pesquisadores de terra indígena em Jacareacanga
Ministro Gilberto Carvalho se recusa a receber indígenas
Índios reclamam de calúnia e protocolam reclamação criminal contra Gilberto Carvalho
Polícia impede indígenas de entregar carta a Dilma
Xingu Vivo, hoje e sempre
No apagar das luzes do ano jurídico, colegiado do TRF1 libera Belo Monte
TRF determina nova paralisação das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte
Greve para Belo Monte ha cinco dias
MPF entra na Justiça para suspender licenciamento de mineradora no Xingu
Coordenadora do Xingu Vivo recebe premio de Direitos Humanos no Rio por luta contra Belo Monte
Hidrelétricas na Amazônia e dois graves delitos da Justiça: omissão e leniência
Nota ao Governo e à sociedade brasileira Conselho Nacional de Política Energética: onde está a sociedade civil?

APÊNDICE F – Lista com reportagens publicadas entre janeiro e 30 de março de 2014

Título
Auditoria do TCU sobre Belo Monte: BNDES 'sonega' dados a órgãos de fiscalização
Casas para despejados de Belo Monte são feitas em um dia
Protesto em assembleia de acionistas questiona Siemens sobre Belo Monte e corrupção
Belo Monte ameaça maior sítio de desova de tartarugas da América do Sul
Decisão do TRF1 obriga Norte Energia a refazer projeto de assentamento urbano
Ação pede indenização de R\$ 1 milhão a famílias atingidas pela UHE Belo Monte
Indígenas norte-americanos vencem hidrelétricas e contam experiência a povos do Xingu
Em Altamira, atingidos por enchente ocupam reassentamento de Belo Monte
Mulheres do Xingu: Nem rosas, nem bombons. Mãe de dez filhos só queria salvar o pouco que tinha
Governo é denunciado na ONU por violação dos direitos indígenas e uso da Suspensão de Segurança
TRF1 exige novo estudo de impacto ambiental sob pena de suspender Licença Previa de Belo Monte